

9508946
MÁRIO FERREIRA DE CASTRO

O DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO

NO JORNAL

“A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO”

ENTRE OS ANOS DE 1875 – 1889

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1997



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	711 Unicamp
	C279d
V.	Ex.
TOMBO 80/	31302
PROC.	281197
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	12/02/97
N.º CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE
DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

CM-00099590-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

C279d

Castro, Mário Ferreira de

O debate sobre a educação no jornal "A Província de São Paulo" entre os anos de 1875-1889 / Mário Ferreira Castro. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

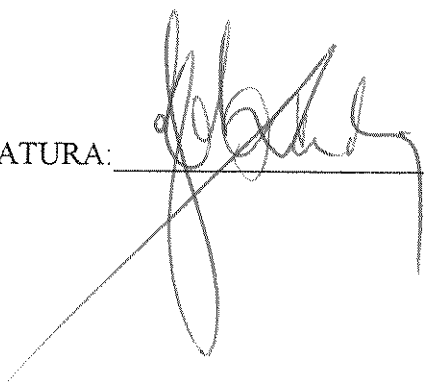
Orientador : José Claudinei Lombardi.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação - Brasil - História - 1875-1889. 2. Imprensa - Brasil - História - 1875-1889. 3. Educação - Periódicos - História. 4. Periódicos brasileiros - História. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

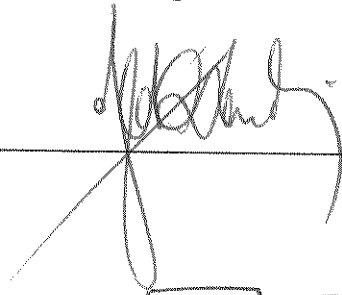
Este exemplar corresponde à redação final da
dissertação (tese) defendida por Mário Ferreira de
Castro e aprovada pela Comissão Julgadora.

DATA: 30/6/97

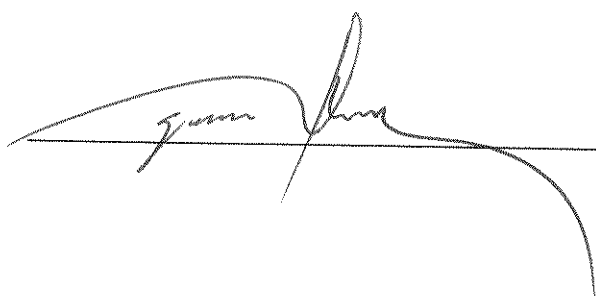
ASSINATURA: 

Dissertação apresentada como exigência parcial para
obtenção do Título de Mestre em Educação na Área
de Concentração: Filosofia e História da Educação à
Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação
do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi.✱

Comissão Julgadora



A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized initial 'P' and a long, sweeping horizontal stroke extending to the right. The signature is positioned between two horizontal lines.



A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized initial 'P' and a long, sweeping horizontal stroke extending to the right. The signature is positioned between two horizontal lines.

Dedico esta Dissertação de Mestrado aos meus pais, Mário de Castro e Lucinda Ferreira, que me deram a vida, a minha irmã Gisele de Castro, ao meu sobrinho Felipe Augusto de Castro Geremias, ao meu tio Gilberto e aos meus primos Rodney e Robson.

Dedico ainda, *In Memoriam*, aos meus avós maternos, *Valdomiro Ferreira* e *Ana Maria Corat*, assim como ao senhor *José Carlos Simão Vancuesque*.

A todos vocês o meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, pela amizade, paciência, atenção, dedicação e confiança no meu trabalho e pela orientação desta Dissertação de Mestrado. Ao Prof. Zezo e à sua família, que dispensam por mim a maior gentileza, por vezes até abrindo mão do seu lazer para contribuir com minhas atividades, meu eterno agradecimento.

Agradeço a CAPES pela Bolsa de Mestrado, sem a qual eu não poderia ter realizado os meus estudos.

Agradeço aos meus amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR - Campinas), pela amizade, pelas sugestões e pelo respeito manifestados, especialmente ao Anselmo, Jorge, Gilmar, Luiz, Mara e Silvia, com suas respectivas famílias.

Agradeço a todos os funcionários da FE/Unicamp, especialmente a Ana, D. Ana, Carmo, D. Jaci, Marina, Nadir,

Agradeço ao Virgílio Anderson Moraes, à Sra. sua mãe D. Olinda e a toda a sua família, que sempre ofereceram um ambiente familiar e salutar, quando das minhas fugas para a cidade de Piracicaba (SP), a fim de recompor as minhas energias para pesquisar.

Agradeço a Ana Carolina Xavier Fernandes e a Anna Lúcia Xavier Volpini que fizeram a revisão do texto desta dissertação com dedicação e carinho, privando-se do sono ou de um descanso.

Agradeço a Ideli, Lília, Lucas e todos os demais amigos que torceram para o meu sucesso.

A todos vocês, sou eternamente grato. Muito obrigado.

“(...) O materialismo dialéctico considera o conhecimento como produto do desenvolvimento social, como resultado da acção do homem sobre o mundo que o rodeia. A actividade material dos homens orientada para a transformação da natureza e da sociedade constitui a base e o objectivo do conhecimento. Todas as formas de conhecimento se formam na prática, no trabalho conjunto dos homens. O homem conhece o mundo vivendo no meio social e utilizando a experiência acumulada pelas gerações precedentes, materializada nos instrumentos de trabalho, fixada na língua, na ciência, na cultura, etc.

(In: KRAPÍVINE, V.. Que é o Materialismo Dialéctico?; Tradução de G. Mélnikov. Moscovo, URSS : Edições Progresso, 1986, p. 217).

RESUMO

O objeto desta dissertação é o discurso republicano sobre a Instrução Pública, expresso através da imprensa paulista, particularmente no jornal “A Província de São Paulo”, no período 1875-1889.

O presente trabalho tem como objetivo identificar os assuntos debatidos no jornal “A Província de São Paulo”, no que diz respeito aos princípios e ao diagnóstico feito pelos republicanos paulistas sobre a situação em que se encontrava a escola pública na Província de São Paulo e no país como um todo. Estes debates eram motivados pela preocupação de alguns segmentos sociais da época em estruturar, de acordo com seus interesses, um sistema de ensino público que fosse compatível com as necessidades daquele momento histórico.

Para a realização desta pesquisa foram utilizados os microfilmes das edições do jornal “A Província de São Paulo”, entre os anos de 1875 e 1889, consultados no “Arquivo Edgard Leuenroth” (IFCH-Unicamp). A metodologia adotada consistiu na técnica de Análise Documental: identificado o acervo, localizou-se nas edições do jornal os artigos que tratavam do assunto em questão, ou seja, a Instrução Pública em São Paulo e no Brasil.

Da análise dos dados concluiu-se que o debate sobre a Instrução Pública ganhou força no interior do Movimento Republicano, neste período. Dentre os assuntos tratados na imprensa republicana, destacam-se: o direito à educação; a obrigação do Estado no tocante à educação; a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e a liberdade de atuação da iniciativa particular no ensino. Verificou-se ainda que seus protagonistas apresentaram propostas de solução para os problemas educacionais existentes, como por exemplo, de que o Estado

deveria investir mais na Instrução Pública com o objetivo de melhorá-la, diante da situação de abandono da mesma. Apesar do jornal “A Província de São Paulo” ter tratado da questão educacional como um de seus baluartes, grande parte da população ficou afastada de qualquer participação nos debates.

Os dados da pesquisa permitem concluir ainda que o desenvolvimento e a ampliação do sistema educacional estavam atrelados aos interesses políticos, econômicos e sociais dos diversos segmentos de classe presentes no período, expressos nas opiniões veiculadas no jornal analisado. Além disso, pode-se concluir também que diversas disputas políticas impediram que se concretizassem as aspirações dos republicanos em relação à Instrução Pública, divulgadas pelos mesmos, ao longo de sua propaganda.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - A idéia republicana no Brasil e a posição dos republicanos sobre a questão da instrução pública.....	7
1.1. Alguns aspectos a respeito da idéia republicana no Brasil	7
1.2. As idéias e os princípios defendidos pelos republicanos no Brasil em relação à instrução pública.....	9
1.2.1. Principais assuntos tratados pelos republicanos no jornal “A Província de São Paulo”entre 1875-1889	10
1.2.2. Breves considerações sobre a nação brasileira, de 1831 a 1889	16
1.3. A posição dos republicanos quanto a educação, em alguns documentos de época	19
1.3.1. O Manifesto Republicano de 1870	19
1.3.2. Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873	24
1.3.3. Manifesto do Congresso Republicano Federal de 1887	27
1.3.4. Manifesto do Congresso Republicano Paulista de 1888	31
1.3.5. Carta Política ao País e ao Partido Republicano de Silva Jardim - 1889.....	34
1.3.6. Manifesto de Quintino Bocaiúva ao Partido Republicano Brasileiro - 1889	42
1.3.7. A Proclamação do Governo Provisório da República	47
CAPÍTULO II - Imprensa, educação e sociedade brasileira entre os anos de 1875 a 1889	49
2.1. Alguns aspectos referentes a sociedade brasileira e a educação entre o final do Império e o início da República Brasileira (1875 - 1889)	49
2.2. O papel da imprensa no movimento republicano	78
2.3. A concretização do pensamento republicano sobre a educação através da Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892	82

CAPÍTULO III - O debate sobre a educação no Jornal “A Província de São Paulo” entre 1875 - 1889.....	95
3.1. As origens históricas dos debates sobre a educação	95
3.2. Os principais personagens dos debates e os assuntos tratados.....	99
3.3. Assuntos e questões em debate	103
3.3.1. O direito de todos os cidadãos à educação.....	103
3.3.2. A Instrução Pública como dever do Estado.....	109
3.3.3. Da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário	115
3.3.4. Liberdade de atuação da iniciativa particular.....	117
3.4. Interesses em disputa	118
3.5. Quadros descritivos das matérias do jornal “A Província de São Paulo”, de 1875 a 1889	125
CONCLUSÃO	182
BIBLIOGRAFIA	192

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar os debates sobre a educação na imprensa paulista do final do Império ao início da República; a saber; entre os anos de 1875 a 1889. Como fonte de pesquisa foram utilizados os exemplares do jornal “A Província de São Paulo”, no período compreendido entre os anos de 1875 a 1889. Este órgão de imprensa, com a Proclamação da República, passou a chamar-se “O Estado de São Paulo”, denominação que se mantém até a atualidade.

São considerados debates, neste caso, os artigos e matérias presentes nas edições deste jornal e que tratavam de questões referentes à educação. A pesquisa visa, ainda, identificar os princípios defendidos pelos republicanos e os diagnósticos feitos por eles com relação à instrução pública (primária) da época.

A escolha do período delimitado para estudo, ou seja, 1875 a 1889, se justifica em razão deste poder ser caracterizado pela instalação de um sistema nacional de ensino¹, processo que se originou com o movimento republicano e cuja culminância se deu com a Proclamação da

¹ PAIVA, V.. “Um século de educação republicana” In: **Pró-Posições**. Campinas : FE/Unicamp, julho 1990,

República, surgindo assim, conseqüentemente, as primeiras tomadas de decisões quanto à reorganização do Estado e de suas ações político administrativas.

É no interior deste quadro que se pretende entender como os problemas educacionais eram debatidos. Nas páginas do jornal “A Província de São Paulo” eram apresentados os argumentos do Estado Imperial e dos defensores da monarquia, bem como dos defensores do republicanismo, sendo que estes últimos atuavam no sentido de fazer a divulgação de suas propostas e de suas idéias sobre o assunto, conseqüentemente, compatíveis com os interesses então existentes.

A escolha deste tema originou-se da preocupação em estudar e compreender o papel desempenhado pelos meios de comunicação nos debates sobre a questão educacional, especialmente na fase que antecedeu a Proclamação da República, acompanhando os reflexos desses debates nas décadas imediatamente seguintes, abrangendo o período de 1875 até em torno de 1930, procurando identificar e compreender os argumentos e as propostas apresentadas e seus reflexos na política educacional. Sua importância se fundamenta na necessidade de interpretar esta fase da história da educação brasileira que, para alguns estudiosos, constitui-se na mais significativa de todas:

(...) A história da educação republicana inclui o que há de mais relevante na nossa história educacional. Com isso não queremos dizer, evidentemente, que pouco ou nada merece menção nos períodos anteriores. (PAIVA, V., 1990)².

Neste sentido, o papel desempenhado por este meio de comunicação na identificação de problemas, particularmente os educacionais, bem como na forma como eles são tratados, parecem de fundamental importância para a compreensão e a interpretação da influência desses debates sobre a política educacional adotada no período.

O jornal “A Província de São Paulo”, foi fundado em 1875 pelos republicanos com o objetivo de ser um órgão de propaganda de suas idéias e de suas propostas, sendo que estas decorriam das disputas e dos interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. Esses debates eram travados por meio de críticas, comentários e sugestões propostas para o Estado, demonstrando que os republicanos seriam mais eficientes na condução do país e, conseqüentemente, mais capacitados para solucionar os problemas, entre eles os educacionais. Significavam, portanto, uma disputa política entre os grupos que econômica e politicamente presentes na sociedade da época.

O levantamento bibliográfico sobre o assunto aponta para a necessidade de uma retomada das fontes documentais e a elas formular questões que não lhes foram feitas por estudos anteriores, ou que não foram suficientemente respondidas pelos mesmos. A busca no sentido de avançar e de ampliar os estudos e, conseqüentemente, o conhecimento sobre o assunto, possibilitará identificar e compreender a importância de tais debates sobre a política educacional na História da Educação Brasileira, notadamente para os estudos do período republicano. É preciso que sejam feitos aos documentos alguns questionamentos; tais como:

- * quais eram as críticas e as propostas de solução apresentadas?;
- * a que interesses essas críticas e/ou soluções estavam vinculadas?;
- * em que elas se assemelhavam e/ou destoavam?;

- * quais dessas críticas e propostas sofriam resistências, de quem partiam estas, como elas se expressavam e por que ocorriam?;

- * quais ganharam ampla penetração (venceram resistências) como e por que conseguiram? (identificar como e por que viabilizaram-se);

- * quais aspectos das propostas foram adotadas?;

- * quais os prejuízos e benefícios que as propostas adotadas trouxeram para o período?;

- * quais as conseqüências que as propostas adotadas trouxeram para a política educacional do período?.

Acredita-se que este trabalho se justifica pela importância que a análise dos dados e das informações possam trazer sobre a política educacional adotada na época e caracterizá-la diante da História da Educação Brasileira, ressaltando que a natureza crítica e questionadora dos debates permanecem até os dias atuais, embora ela tenha sofrido modificações através dos tempos.

Para a realização deste trabalho de pesquisa optou-se pela utilização dos procedimentos técnicos de análise documental. Por isso, utilizou-se como fonte de pesquisa uma fonte primária, ou seja, as edições do jornal “A Província de São Paulo”, veículo da imprensa que tinha ressonância destacável, ainda que atingindo pequena parcela da população (que poderíamos denominar de a elite instruída), única que tinha acesso às informações, mas que exercia muito bem o papel de formadora e divulgadora de opinião.

Este jornal expressava a posição de um segmento social dominante quanto à questão educacional, portanto, não era a expressão de todas as classe da época. Era, além do mais, um veículo de imprensa influente no período, criado, mantido e dirigido por republicanos à serviço da defesa e da propaganda das propostas republicanas, inclusive no campo da educação³.

No Arquivo “Edgard Leuenroth” (AEL), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP (onde encontram-se microfilmados os exemplares do jornal “A Província de São Paulo que serviram de base para esta pesquisa), foi realizado um levantamento preliminar para a identificação dos exemplares referentes ao período de estudo, 1875 a 1889, que continham artigos que tratavam da questão educacional e, a partir daí, iniciou-se a leitura, organização das informações e a análise do conteúdo existente nos artigos e matérias encontrados. O desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa, ora concluídos, estão aqui apresentados ao longo de três capítulos.

No capítulo I - *A Idéia Republicana no Brasil e a Posição dos Republicanos sobre a questão da Instrução Pública*, são apontados alguns aspectos importantes da idéia republicana no Brasil, assim como, os princípios defendidos pelos republicanos. Destacam-se as idéias republicanas relativas à educação, expressas desde O Manifesto Republicano de 1870 até a Proclamação da República em 1889.

No capítulo II - *Imprensa, educação e sociedade brasileira entre os anos de 1875 e 1889*, é feita uma breve, porém, importante retomada histórica tanto da sociedade como da educação brasileira entre os anos de 1875 e 1889.

³ ZIMMERMANN, Maria E. M.. “O PRP e os fazendeiros de café”. Campinas : Editora da UNICAMP, 1986.

É apontado o papel de destaque desempenhado pela imprensa no interior do Movimento Republicano e a concretização do pensamento republicano com relação a educação, expressa através da Lei n.º 88, de 8 de Setembro de 1892, inclusive justificando a importância e a necessidade de análise da referida lei que, embora seja datada fora dos limites do presente trabalho (1875-1889), reflete e materializa muito do que havia sido discutido e proposto nos debates sobre a educação entre os anos de 1875 e 1889.

No Capítulo III - *O debate sobre a educação no jornal "A Província de São Paulo" entre 1875 -1889*, são apresentados os debates sobre a educação, indicando quem eram os principais personagens em cena e os assuntos apontados no seu interior e que revelam a existência de uma disputa de interesses (político-partidário e de classe) presentes nestes debates.

Na *Conclusão* são expressas algumas considerações finais que indicam que os problemas debatidos e as questões apontadas, não foram solucionadas pelos republicanos quando assumiram o poder político em 1889.

CAPÍTULO I

A IDÉIA REPUBLICANA NO BRASIL E A POSIÇÃO DOS REPUBLICANOS SOBRE A QUESTÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

1.1. Alguns aspectos a respeito da idéia republicana no Brasil

Não se pode falar sobre a educação no Brasil, mais precisamente entre os anos de 1875 e 1889, sem falar do Movimento Republicano, cujo estudo, análise e entendimento permite, por conseguinte, uma maior compreensão do processo histórico educacional entre o final do Império e o início da República e, portanto, apontar alguns aspectos delineadores a serem analisados com maior profundidade.

O Movimento Republicano foi, sem dúvida, um dentre os maiores e mais importantes movimentos ocorridos ao longo de toda a História do Brasil que, por sua magnitude e envolvimento de âmbito nacional, caracterizou-se por vários aspectos que o define singularmente e o destaca em relação aos demais. Dentre esses aspectos pode-se apontar, enquanto principais, os seguintes: uma liderança bastante forte, calcada ainda em fundamentos ideológicos bastantes definidos; um nível de organização que deu origem a dois entre os mais

importantes partidos políticos brasileiros, o Partido Republicano (P.R.) e o Partido Republicano Paulista (P. R. P.), que trabalharam e atuaram em defesa de suas causas, quais sejam, o fim da Monarquia e o estabelecimento da República.

O início do “Movimento Republicano no Brasil” é identificado com a “Revolução Republicana de 1817”, também chamada de “Revolução Pernambucana de 1817”, e que constituiu-se num movimento armado ocorrido em março daquele ano, na cidade de Recife. Enquanto movimento de amplitude nacional, a “Propaganda Republicana no Brasil” teve início no ano de 1870 através do “Manifesto Republicano”, que veio a público através do jornal carioca “A República”, datado de 03 de dezembro daquele ano.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, é de fundamental importância identificar os traços principais do pensamento republicano no Brasil. Essa exigência se faz, principalmente, pelo fato de terem existido no Movimento Republicano várias correntes ideológicas, identificáveis através e a partir do Manifesto Republicano de 1870, do Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888 e, ainda, da Carta de Silva Jardim. Essas manifestações, no seu conjunto, explicitam e fundamentam as bases ideológicas do movimento republicano brasileiro. O conhecimento desses aspectos é fundamental para o entendimento do republicanismo no Brasil, notadamente quanto a forma e o conteúdo como este pensamento foi importado, interpretado e difundido no Brasil.

É importante saber, ainda, os personagens e os papéis que estes desempenharam na sociedade da época, os argumentos, os meios e as ações compreendidas para que tal idéia se configurasse e se propagasse pelo país, desde a sua origem até a sua consagração vitoriosa, marcada historicamente pela Proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889.

Indo mais diretamente ao encontro dos objetivos do presente trabalho, é primordial, enfim, identificar as opiniões (ou críticas) e as soluções sobre a educação (instrução pública) apresentadas pelos republicanos e verificar até em que ponto foram incorporadas pela República, pelo menos em seus anos iniciais.

1.2. As idéias e os princípios defendidos pelos republicanos no Brasil em relação à instrução pública

A partir da pesquisa realizada para esta dissertação, é possível a identificação dos principais princípios defendidos pelos republicanos, bem como os diagnósticos feitos pelos mesmos com relação à situação em que se encontrava a educação, em especial a instrução pública primária. Esses aspectos foram identificados nas matérias, artigos e notícias publicadas nas páginas do jornal “A Província de São Paulo”, pesquisados entre os anos de 1875 e 1889 e, para facilitar uma exposição preliminar dos resultados da pesquisa realizada, segue o arrolamento, ano por ano, das idéias defendidas e que acabaram, via de regra, configurando-se em princípios quanto à instrução.

1.2.1. Principais assuntos tratados pelos republicanos no Jornal “A Província de São Paulo” entre 1875-1889

ANO DE 1875

- defesa pelo estabelecimento de uma lei de ensino obrigatório;
- exposição de um plano para a criação de escolas populares e gratuitas;

ANO DE 1876

- importância em se ter uma Instrução com caráter público, além de obrigatório;
- o Estado deveria ter mais gastos com a Instrução Pública, com o objetivo de melhorá-la;
- necessidade de uma educação para a moralidade e para o civismo: é da escola que deverá sair a geração capaz de salvar a Pátria;
- a educação / instrução como formadora do homem, com vistas a transformação da sociedade;
- idem, mas visando a educação para a liberdade e a ordem;
- defesa de uma instrução que, além de pública, deveria implicar para os pobres a obrigatoriedade e esta, por sua vez, deveria implicar na gratuidade;
- necessidade de haver escola de meio período para que os menores pudessem trabalhar;

ANO DE 1877

- a atribuição do governo quanto a Instrução Pública era em cuidar, examinar e fiscalizar;
- deve-se cuidar da Instrução sem esperar que somente o Governo o faça;

- a Instrução de todas as camadas sociais é a base mais segura para a instauração de instituições democráticas;
- denúncia de que a verba com o ensino é mal gasta;

ANO DE 1878

- necessidade de liberdade ao professor no exercício de suas atribuições;
- a centralização da educação é um mal e de que esta, juntamente com a uniformidade do ensino, atrapalham bastante;
- a reforma geral, inclusive da educação, não era uma questão partidária, mas uma necessidade;

ANO DE 1879

- urgência de se decretar o ensino primário obrigatório;
- defesa em prol da Reforma da Instrução;
- necessidade de tornar o ensino primário e secundário livre da Corte;
- defesa em prol do estabelecimento de bases para a fundação de escolas normais;
- conclamação por transformações no regime da Instrução, enquanto ensejadas pelas lutas partidárias e políticas;

ANO DE 1880

- o progresso de um povo, também é medido pela verba gasta com a educação;
- denúncia de que poucos professores eram habilitados e defesa da necessidade de qualificação e habilitação do corpo docente;

- neste país o ensino público ainda não merece a consideração e a estima das diversas classes sociais;
- os que mais precisam aprender não procuram a instrução;
- a educação e a instrução identificam-se;
- o ensino deve ser entendido como marcha da inteligência para a verdade;
- a instrução deve estar ligada ao aperfeiçoamento moral, do contrário nada vale;
- a idéia de reformar a instrução agitava o Rio de Janeiro;
- os maiores vícios da instrução vem do regime centralizador e tutelar;
- é natural cuidar do ensino e acabar com o analfabeto;
- a educação do povo deve e há de vir do próprio povo;
- os partidos imperiais não podem aperfeiçoar o ensino público;
- a instrução em São Paulo não progride;
- denúncia de que os ministros nunca trataram seriamente da Instrução e de que nossas escolas públicas jazem no abandono;
- necessidade da reforma se dar por meio da educação e da democracia;
- face à situação educacional do povo, que teríamos que esperar pelo menos um século para educar o povo antes de fazer a reforma política;
- articulista questionando: “que educação pode nos dar uma monarquia caduca e imoral como a que temos?”;
- defesa para que as Câmaras Municipais interferissem mais diretamente na administração do Ensino Público;
- o Projeto de Reforma da Instrução pública no Rio de Janeiro resultaria em mudanças quanto aos efeitos da centralização;

ANO DE 1881

- Matéria dirigida ao Exmo. Presidente da Província de São Paulo, expondo o estado lastimável da Instrução Pública de São Paulo e fazendo sugestões para melhorá-la;
- atraso nos salários dos professores normalistas;
- São Paulo progride e tem dinheiro para tudo, menos para a Instrução Pública;
- o povo precisa de Instrução primária e não de Universidade.

ANO DE 1882

- crítica de que nada se reforma com mais freqüência que a Instrução Pública e esta continua desorganizada;
- considerações à respeito da reforma da Instrução então em andamento;
- solicitação de providências com a questão dos salários dos professores;
- discurso do Senador Rodolfo Dantas sobre Instrução Pública e a má intenção de ampliar o ensino secundário;
- resenha do discurso do Senador Rodolfo Dantas na parte relativa ao ensino;
- traz as Leis publicadas pelo Presidente da Província sobre a Instrução Primária;
- narra o Projeto Ruy Barbosa de reforma da Instrução Pública, salientando que nele há coisas úteis e já em prática em outros países;
- defesa da urgência de reforma da Instrução Pública, tão necessária e que ainda não havia sido posta em execução;
- dignidade ao trabalhador da Instrução;

- denúncia da aristocratização crescente da educação por parte dos governos;
- matéria informando que Leão Veloso, Ministro do Império, aconselhou aos presidentes, a darem mais atenção à Instrução Pública;
- acusação à Soares Brandão pois este não cuida da Instrução e deixa muita coisa abandonada, maculando a imagem de seu Imperador;

ANO DE 1883

- defesa para que a então Legislatura deixasse acabada a reforma da Instrução Pública, já que o projeto estava pronto;
- matéria tratando da “Instrução Pública” - sobre a situação e os direitos dos professores no projeto de reforma da Instrução Pública;
- denúncia de que a Assembléia em lugar de discutir e votar a reforma da Instrução Pública, criou cadeiras a esmo: nem presidente, nem inspetor puderam resistir às pressões;
- informe de que o Imperador fez um outro Congresso, onde se discutiu novamente a reforma do ensino público;
- organização da Liga do Ensino no Brasil, para estudo do ensino público, dos métodos e das condições do professorado;
- carta aberta “Ao Professorado Público Primário da Província” - de Olympio Catão - que diz que a Reforma da Instrução Pública tem artigos prejudiciais aos professores;

ANO DE 1884

- matérias sobre a Instrução e a Imprensa ;

- incentivos para um Movimento em prol da reforma da Instrução Pública;

ANO DE 1886

- defesa do princípio da eletividade;
- explicitação de como é entendida a descentralização;
- matéria defendendo a necessidade de se fazer a descentralização do ensino.

ANO DE 1887

- crítica à diminuição das verbas para com a instrução pública;
- exposição da questão da passagem do serviço da instrução pública para a responsabilidade das municipalidades;
- informa que a reforma da instrução pública, mesmo deficientemente, foi aprovada e defende que a mesma fosse anulada;

ANO DE 1888

- aponta para o fato do ensino oficial estar tão ruim que era insuportável ser aceita a situação em que ele se encontrava;
- trata da legislação da instrução pública
- indica as bases da reforma da instrução;
- comentário de que o projeto de reforma proposto pelo Presidente da Província de São Paulo perderia a ação mais direta sobre os professores públicos;
- articulista defende que enquanto se continuar a usar da política com a instrução pública,

não haverá meio de melhorá-la;

ANO DE 1889

- trata da diminuição das verbas para com a instrução pública;
- informa que o serviço da instrução pública passou para a responsabilidade das municipalidades;

Feita essa exposição preliminar, ano por ano, dos principais assuntos sobre a instrução pública encontrados nas páginas do jornal “A Província São Paulo”, e que serão retomados de maneira mais profunda e exaustiva ao longo do trabalho, passar-se-á à uma reconstituição, mesmo que breve, dos dois principais momentos vividos pelo Brasil Monárquico compreendido entre “A Proclamação da Independência do Brasil”, ocorrida em 07 de setembro de 1882, com D. Pedro I, até a “Proclamação da República”, ocorrida em 15 de novembro de 1889, com o Marechal Deodoro da Fonseca.

1.2.2. Breves considerações sobre a nação brasileira, de 1831 a 1889

O chamado “Período Regencial” (1831-1840) constituiu-se num período marcado por intensas agitações nas Províncias, notadamente a partir da renúncia de D. Pedro I, que acarretou uma acirrada disputa política entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, resultando em revoltas e manifestações armadas em várias províncias. Entre esses movimentos,

pode-se citar a Cabanagem (1835 - 1840), a Sabinada (1834 - 1837) e a Guerra dos Farrapos (1835 - 1845).

A crise econômica assolava o país, as dívidas se avolumavam, assim como o déficit na balança comercial tornava-se preocupante, gerando, por conseguinte, pesadas e negativas conseqüências que se fizeram sentir por todos os setores da sociedade. Essa crise levou a uma profunda desestabilização político-administrativa e desordem social, dificultando sobremaneira a efetiva unidade nacional, em virtude do aumento da miséria e das dificuldades de sobrevivência numa sociedade em crise e com elevado custo de vida. Esse quadro de crise estendeu-se ao longo do Segundo Reinado.

No tocante à educação, dois aspectos foram importantíssimos no período, pois permitem identificar as origens do debate sobre a educação pública no país:

- a) a organização da Assembléia Constituinte (1823) e que resultou na Constituição de 1824;
-
- b) o Ato Adicional de 1834 que, dentre várias mudanças, estabeleceu a criação das Assembléias Legislativas provinciais, que passaram a assumir a competência de legislar sobre assuntos de interesse de cada província, incluindo-se aí, aqueles relativos a instrução pública (Dualidade do Ensino)⁴.

A instabilidade e as dificuldades político-administrativas não só perduraram como se agravaram. O Partido Liberal e o Partido Conservador mantinham seus interesses de classe

⁴ Por este artifício do Ato Adicional de 1834, cada província cuidaria de legislar somente sobre o ensino elementar (popular), em nível local/regional, cabendo ao poder central legislar sobre o ensino secundário

dominante através de eleições fraudulentas. Do ponto de vista econômico, a introdução e a posterior comercialização do café, trouxe a partir de 1860 superávites na balança comercial. Aos poucos, a economia foi se tornando estável, fazendo com que os fazendeiros de café do Oeste paulista acumulassem cada vez maior riqueza, prestígio e poder de representação de seus interesses, levando-os a uma crescente participação nas decisões nacionais.

Por sua vez, a decretação da abolição da escravidão em 1888, desestruturou o sistema econômico até então vigente e baseado na força de trabalho escrava, organizado no período colonial. Passou-se a utilizar a mão-de-obra estrangeira (assalariada). Este fato está relacionado com o início da industrialização no Brasil e, por conseguinte, com o fim do Império.

Este período situa-se entre a chamada crise da Monarquia, quando ocorreu o início da Propaganda Republicana (1870) e a Proclamação da República que coroou de êxito e consolidou uma antiga e forte aspiração de brasileiros influentes.

Foi através do Manifesto Republicano de 1870 que o Partido Republicano apresentou de forma objetiva e sistematizada as suas propostas e idéias. O manifesto foi divulgado através do jornal “A República”, do Rio de Janeiro, em 1870. Tratava-se de um meio de comunicação que, embora fosse de acesso restrito (posto que era reduzido o número de pessoas que podiam comprá-lo e, além disso, que sabiam ler), constituía num importante meio de divulgação das notícias e de informações, notadamente entre os grupos que exerciam controle político e econômico, que eram aqueles que participavam das principais decisões do país. Nesse manifesto, os republicanos defenderam princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Através dos jornais os assuntos, os temas, as opiniões e as idéias eram debatidas, discutidas e apresentadas, assim como algumas alternativas ou soluções para os problemas existentes no país.

1.3. A posição dos republicanos quanto a educação, em alguns documentos de época

1.3.1. O Manifesto Republicano de 1870

Este documento foi originalmente publicado no jornal carioca “A República”, em 3 de dezembro de 1870⁵. Foi um manifesto político do movimento republicano que, segundo PESSOA (1973), pretendeu esclarecer à opinião nacional e, ao mesmo tempo, apresentar uma proposta voltada aos interesses nacionais e que fosse alternativa ao estado de corrupção existente na sociedade brasileira da época. Acreditavam ainda os seus signatários, que estavam sustentados pela bandeira da democracia e que tal obra era de acentuado patriotismo.

Na exposição indicavam a experiência vivida em meio a erros e a usurpações que haviam prejudicado os interesses da nação e que foram motivados pela ausência da democracia,

⁵ Para o presente trabalho foi usada a publicação de uma coletânea de textos pesquisados e organizados pelo professor Reynaldo Carneiro Pessoa, do Departamento de História da USP, intitulada *A idéia republicana no Brasil através dos documentos : textos para seminários*. São Paulo, Alfa Ômega, 1973.

na qual os partidos eram impedidos de manifestarem suas idéias e posições. Acompanhe-se as informações contidas nesta citação

(...) A imprevidência, as contradições, os erros e as usurpações governamentais, influindo sobre os negócios internos e externos de nossa patria, hão creado essa situação deplorável, em que as intelligencias e os caracteres politicos parecem fatalmente obliterados por um funesto eclipse. (PESSOA, 1973 : p. 40).

Foram esses os motivos que levaram os republicanos a apresentar à Nação esse manifesto, no qual responsabilizam o Governo Imperial, de forma direta, pelos desmandos administrativos, jurídico-legais, econômicos e sociais, justificados pelo fato de que, no sistema monárquico só um poder irresponsável prevalecia, assim como os privilégios sociais e políticos arbitrários em benefício de alguns.

Os republicanos entendiam que os desequilíbrios existentes eram consequência da desorganização administrativa e dos problemas econômicos e sociais não dirimidos pela monarquia, e que colocavam em risco o futuro da nação. Imputavam, também, ao regime monárquico o fato de ser contrário ao progresso, à liberdade e aos princípios democráticos. A citação a seguir indica este estado de acontecimentos

(...) D. Manoel de Assis Mascarenhas, caracter severo e digno, manifestou no senado o seu profundo desgosto pelo que observava nos seguintes termos:

'Quando a intelligencia, a virtude, os serviços são preteridos e postos de parte; quando os perversos são galardoados com empregos emminentes, póde-se affoutamente exclamar como Seneca:

'Morreram os costumes, o direito, a honra, a piedade, a fé, e aquillo que nunca volta quando se perde - o pudor". (Idem, p. 48-49).

Fundamentavam-se, portanto, em explicações que tinham por objetivo explicar o processo histórico dessa desagregação que, segundo eles, coincidia com a origem histórica da fundação do império e, por conseguinte, da forma de governo monárquico, onde a democracia não encontrou abrigo em momento algum, ao passo que o despotismo e as arbitrariedades eram moeda corrente.

Entendendo eles que a vontade popular não havia se apresentado em nenhum momento, criticavam a ausência de garantias democráticas, numa nação em que não só a vontade mas também a liberdade do povo estavam à mercê de quem detinha o poder. A citação a seguir indica a situação vigente

(...) Sob a influencia do visconde de camaragibe, Pinto de campos e outros monarchistas por excellencia, foi publicado em Pernambuco no Constitucional em 18868 o seguinte:

'O governo, a nefasta politica do governo do imperador foi quem creou este estado desesperado em que nos acanhamos... politica de proscricao, de corrupcao, de venalidade e de cynismo... um tal governo não é o da nação pela nação, é o governo do imperador pelo imperador... A proporção que o poder se une nas mãos de um só, a nação se desune e divide'.
(Idem, p. 50).

Para corroborar com seus argumentos, explicitavam notícias publicadas na imprensa e que apontavam a falta de democracia como a grande responsável pelas mazelas do país e que eram manifestadas por homens eminentes da época como, por exemplo, pelas informações contidas na citação a seguir

O proprio barão de São Lourenço teve a franqueza de dizer no Senado:

"A força e prestigio que com tanto trabalho os partidos tinham ganho para o governo do paiz estão mortos.

As províncias perderam a fê NO GOVERNO DO IMPÉRIO”.

Tal é a situação do paiz, tal é a opinião geral emitida pelo parlamento, na imprensa, por toda a parte. (Idem, p. 52).

Este tipo de opinião era, segundo os republicanos, comum em toda a parte.

Quanto ao princípio da Federação, mesmo com a vinda da família real para o Brasil, passando pela Proclamação da Independência, a divisão territorial seguia os moldes daquela forma existente desde o período colonial. O princípio da Federação estava inserido no interior da idéia de democracia como um instrumento do progresso, porém, as necessidades locais e regionais (das cidades e províncias) estiveram subordinadas a interesses do governo de forma centralizada. É isso o exposto na citação a seguir:

(...) Pra que um governo seja representativo, todos poderes devem ser delegações da nação, e podendo haver um direito contra outro direito segundo a expressão de Bossuet, a monarchia temperada é uma ficção sem realidade.

A soberania nacional só póde existir, só póde ser reconhecida e praticada em uma nação cujo parlamento, eleito pela participação de todos os cidadãos, tenha a suprema direcção e pronuncie a ultima palavra nos publicos negocios..

Desde que exista em qualquer constituição, um elemento de coacção ao principio da liberdade democratica, a soberania nacional está violada, , é uma cousa irrita e nulla, incapaz de salutaes effeitos da moderna formula do governo – o governo de todos por todos. (Idem, p. 58)

Essa situação resultou em discussões, projetos e leis que defendiam princípios como o de autonomia das províncias. Apontavam, ainda, que a verdadeira democracia era incompatível com o modelo de administração monárquico, já que este último a abominava assim como toda forma de representação. Monarquia e democracia, por serem diametralmente opostas, não

poderiam coexistir e, somadas à vitaliciedade do senado, significavam um grande risco à soberania nacional.

Em conclusão, defendiam no Manifesto que os princípios explicitados eram aqueles que serviam de alicerce à democracia moderna. Para a instauração do regime republicano, pregavam a convocação de uma Assembléia Constituinte com ampla liberdade para instaurar um novo regime como base de sustentação das reformas e das mudanças sociais que superassem os empecilhos até então existentes e que impediam o progresso da nação. A citação a seguir esclarece o enunciado.

Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição da preliminar estabelecida na propria carta outhorgada; - a convocação de uma assemblêa constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regimen, é necessidade cardeal.

As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mechanismo social.

Negá-las absolutamente, fôra uma obra impia porque se provocaria a resistencia.

Aprazá-las indefinidamente, fôra um artificio grosseiro e perigosos.

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciencia, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do partido republicano federativo.

Somos da America e queremos ser americanos. (Idem, p. 59-60)

Assinaram o manifesto dentre outros, Dr. Flávio Farnese (advogado e jornalista), João de Almeida (jornalista), Alfredo Moreira Pinto (professor), José Teixeira Leitão (professor),

Dr. Francisco Rangel Pestana (jornalista), Octaviano Hudson (jornalista), Dr. Salvador de Mendonça (jornalista).

1.3.2. Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873

O trechos do documento Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873 foram extraídos da obra de PESSOA (1973) e os assuntos nele contidos tratam principalmente:

- a) da propaganda democrática realizada pelo Partido Republicano;
- b) de que não poderia ficar indiferente face as gritantes e urgentes questões sociais da época;
- c) de que era capaz de fazer a felicidade da nação, confiando tanto na índole do povo, em sua educação e nas reformas que deveriam ser feitas para reerguer a nação.

O Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista, datado de 03 de julho de 1873, reflete a grande repercussão que teve na Província de São Paulo o Manifesto Republicano de 1870. Esse Congresso reuniu-se com o fim de discutir as bases que deveriam nortear a organização do Partido Republicano na então Província de São Paulo, bem como de outros assuntos importantes, como o caso da escravidão, e que a todo momento exigiam uma tomada de posição dos republicanos. A citação a seguir aponta o pensamento dos republicanos

(...) E por isso vimos sobre este objecto apresentar desde logo o nosso pensamento.

No intuito de obstar os progressos da propaganda democratica, temse attribuido alternativamente ao partido republicano, ora tendencias exaggeradas no sentido da emancipação, ora o pensamento de manter o estado servil...

(...) Na circular de 18 de janeiro de 1872, redigida de accôrdo com a deliberação vencida em uma reunião de diversos amigos politicos, que se achavam nessa capital, foi nosso pensamento amplamente externado da forma seguinte:

'Sendo certo que o partido republicano não pôde ser indifferente á uma questão altamente social, cuja solução affecta todos os interesse, é mistêr, entretanto, ponderar que elle não tem a responsabilidade de tal solução, pois que antes de ser governo estará ella definida por um dos partidos monarchicos. E quando porventura ao partido republicano viesse a responsabilidade de um acto tão importante, a sua propria organização seria uma garantia efficaz de que elle não se afastaria das vistas da nação, que neste caso seria chamada a pronunciar-se livre e soberanamente.' (Idem, p. 64-65)

Por meio desse Manifesto, o Partido Republicado apresentava à opinião pública os seus princípios norteadores, com a finalidade de dirimir dúvidas e debelar comentários quanto a posição do partido, feitos na imprensa monarquista com o intuito de impedir os progressos da propaganda democrática e de tentar criar contradições internas entre os republicanos.

Com relação às várias questões que afligiam a nação brasileira, os republicados paulistas reafirmam a posição geral do partido de que não lhes cabia dar soluções a elas. Estas deveriam vir de um dos partidos monárquicos, pois eram eles que estavam no poder.

Na sequência, afirmam que se o Partido Republicano estivesse no poder, que ele convocaria a Nação para decidir livremente sobre que encaminhamento dar aos problemas

então existentes. Para tanto, manifestavam fé no povo assim como na educação para a tomada de decisões, pois a democracia era o caminho mais apropriado à solução justa e adequada, alicerçada na vontade nacional.

Quanto à questão da escravidão, afirmam que era uma questão nacional, de todos os partidos e não somente do Partido Republicano. Voltam a destacar que eram os monarquistas que se encontravam no poder e que eram eles quem deveriam apontar soluções também para essa questão. Reafirmam que caso o sistema republicano de governo viesse a ser adotado, a questão da abolição da escravidão seria tratada de forma a serem respeitados os interesses de cada província, resguardando-se direitos e propriedades e que, em virtude desta, haveriam indenizações. Veja-se a este respeito a citação a seguir:

(...) Fique portanto bem firmado, que o Partido republicano, tal como consideramos, capaz de fazer a felicidade do Brasil, quanto a questão do estado servil, fita desassombrado o futuro, confiado na índole do povo e nos meios de educação, os quaes unidos ao todo harmonico de suas reformas e do seu modo de ser de facilitar-lhe a solução mais justa, mais pratica e moderada, sellada com o cunho da vontade nacional'.

Parece que esta declaração seria sufficiente para apagar todas as duvidas.

A questão não nos pertence exclusivamente porque é social e não politica: está no caminho da opinião nacional e é de todos os partidos, e dos monarchistas mais do que nossa, porque compete aos que estão na posse do poder, ou aos que pretendem apanhar-o amanhã, estabelecer os meios do seu desfecho pratico. (Idem, p. 65)

Nota-se na citação a confiança depositada pelos republicanos na educação do povo e nas reformas que deveriam ser executadas em todos os aspectos da sociedade, com vistas à solução adequada dos problemas nacionais existentes.

Por fim, ressaltam que a exposição de suas idéias estavam fundados em doutrinas claramente definidas, sob os alicerces da razão e do direito.

1.3.3. Manifesto do Congresso Republicano Federal de 1887

Este documento⁶ trata de vários assuntos: dos resultados causados pelo atual sistema de governo; do monopólio do que chamavam de classes privilegiadas; da ausência de voto popular; do mal uso dos recursos econômicos; das condições sociais e políticas existentes; da necessidade da implantação da República; do estabelecimento de liberdades, entre essas a liberdade de ensino; dos debates então realizados na imprensa.

Para PESSOA (1973) este Manifesto nada mais é que a síntese do pensamento dos congressistas e é iniciado com uma chamada de atenção para a nova situação criada com a doença do imperador e o seu conseqüente afastamento do governo do Brasil, que ficou sob a responsabilidade da Princesa. Diante de tais acontecimentos, os delegados do Partido Republicano Brasileiro vinham a público para expor aos seus simpatizantes os intuitos do partido e as atitudes a serem assumidas frente a tais circunstâncias.

Apontam, na seqüência, o seu descontentamento com as atitudes políticas dos monarquistas cujas ações vinham arruinando o país, já que os mesmos não comungavam da prática da boa moral e do bem e que, por isso, institucionalmente debelavam os esforços para a instalação da consciência nacional, do direito e da democracia. Reclamam, também, que o

⁶ Idem, p. 84-91.

sistema de governo existente era artificial e que atuava de forma inadequada no trato do poder público. A citação a seguir bem ilustra o que se disse:

(...) Os resultados desse sistema de governo artificial a artificiosos ai estão patentes e podem ser resumidos nas seguintes proposições: na desmoralização do poder público; na desordem administrativa que se fez servir em todos os serviços do Estado; na ruína financeira que ameaça submergir o futuro de nossa pátria no pélago da bancarrota e da desonra... (Idem, p. 85)

Apontam ainda a situação de abandono da instrução pública e que este objetivava deixar o povo na ignorância, posto que desta forma o manteria distanciado de uma plena participação social e política. O próprio texto é esclarecedor neste sentido:

(...) no abandono da instrução pública, para que o povo continue imerso nas trevas da ignorância, com prejuízo da independência pessoal dos cidadãos e da força fecundante do trabalho que tão útil deverá ser ao Estado, mas que só é poderoso, eficiente e criador quando animado pelo influxo da inteligência esclarecida;
no monopólio criado pela constituição de classes dirigentes, privilegiadas na sua própria instrução, à custa do imposto geral, e às quais estão efetivamente penhoradas todas as posições oficiais;
no sequestro do voto popular, espoliado o povo da sua soberania e impedido de interferir na escolha dos pretendidos mandatários do poder, sofismados por este modo os seus inauferíveis direitos... (PESSOA, 1973 : p. 86).

São elencados, ainda, uma série de situações existentes na sociedade brasileira, que iam da manutenção da escravidão à corrupção, e que beneficiavam apenas o Partido

Monárquico, que com isso oferecia um verdadeiro espetáculo de decadência. Ainda quanto ao sistema de governo, era apontado que

(...) na prodigalidade, cega e criminosa, com que são desbaratados os recursos do Estado, aumentando-se todos os anos em escala progressiva o déficit dos orçamentos e elevando-se por meio de empréstimos sucessivos a dívida interna e externa do império a um algarismo aterrador... (*Idem*, p. 87).

Como superação desse quadro, sugeriam aos republicanos e a todos os cidadãos a necessidade de se alistarem como eleitores sempre que lhes fossem facultadas tal oportunidade. Sobre as circunstâncias existentes, opinavam que

(...) Sendo estas, sem exageração, as condições do nosso estado social e político, invertidas tôdas as noções morais e constituído o govêrno da nação uma verdadeira emprêsa de negócios, frutíferos sômente para o partido que está no poder ou para os indivíduos que à sombra da política visam sômente a exploração dos cargos públicos, não admira, embora seja entristecedor, o espetáculo que oferece a sociedade brasileira neste periodo de decadência da instituição monárquica no Brasil (*Idem*, p. 88).

Apontavam ainda que todo o quadro em que vivia o Brasil, devido ao regime monárquico, decorria da própria característica desse regime.

(...) A instituição monárquica que se funda no regime do privilégio, que cria classe e distinções no seio do povo, que é por si mesma a negação do regime democrático, o qual se funda na igualdade, que fatalmente tende a exploração do maior número para nutrir e enriquecer a alguns privilegiados, está evidentemente em contradição com essa fórmula e com a lei natural e com os direitos inalienáveis do homem,

superiores e anteriores a toda lei humana, imprescriptíveis e irrevogáveis. (Idem, p. 88-89).

Essa defesa do regime democrático, em oposição ao monárquico, subsidiava os republicanos quanto à proposta de uma nova organização para a nação: a República Federativa do Brasil, assim formulada:

(...) A república federativa brasileira, fundada na base da recíproca autonomia e independência das províncias e circunscrições, que no futuro hão de formar os Estados Unidos do Brasil, apoiadas nos princípios eternos da liberdade e da justiça; - tal é a bandeira em torno da qual nos achamos congregados na mais perfeita solidariedade para o fim de conquistarmos, com o bem ser dos nossos concidadãos e com a grandesa da pátria, a efetividade de todos os direitos inerentes à comunidade social, tais como:

o sufrágio universal,

a liberdade da palavra escrita,

a liberdade da consciência,...

... a liberdade do ensino,...

... a abolição dos privilégios pessoais, títulos de nobreza ou condecorações ... (Idem, p. 90-91)

No final do Manifesto remetem para o debate que vinha se realizando pela imprensa e que para os problemas sociais ou políticos a solução *natural* se encontrava no *credo político* republicano:

(...) Concidadãos. Dos problemas sociais ou políticos, cuja solução mais urgente está sendo reclamada pelos interesses elementares da sociedade, não carecemos tratar especialmente nesta exposição.

Êles estão sendo debatidos pela imprensa livre e para todos êles acha-se a solução natural dentro dos princípios cardeais do nosso crêdo político.... (Idem, p. 91).

1.3.4. Manifesto do Congresso Republicano Paulista de 1888

Este documento foi publicado pelo jornal “A Província de São Paulo” em 27 de maio de 1888⁷. Comparativamente aos outros manifestos republicanos, constitui-se o mais importante, na medida em que tornou público os procedimentos, ações e caminhos trilhados no interior do Movimento da Propaganda Republicana. Foi elaborado por três republicanos, entre os quais merece menção Francisco Rangel Pestana, pelo grande destaque que tinha no cenário nacional da época.

A publicação desse manifesto foi assim explicada:

(...) Entende a Comissão Permanente que interpreta o pensamento dos seu correligionários alli reunidos, dando á publicidade a primeira e última parte desse documento político, porque ellas se prendem pelo interesse da actualidade, deixando as outras, de valor histórico, para mais adiante, conforme determinou o Congresso.

(...) Investida de plenos poderes para a direcção do partido, a Comissão Permanente comprehende bem a difficuldade do seu honroso mandato; mas, confiada na dedicação e patriotismo dos seus correligionários e na louvável disciplina com que elles sempre têm sabido entrar nas lutas partidárias, espera ver nas que se vão abrir mais significativos exemplos de civismo. (PESSOA, 1973: p. 94 -95)

⁷ Idem, p. 94-ss.

Na sequência do documento, indicam para a existência de unidade de pensamento e também para o nível de organização partidária do Partido Republicano Paulista (P. R. P.).

Apesar da declaração de apoio e de elogios à Lei de Abolição da Escravidão (Lei nº. 3.353 de 13 de maio de 1888). Mesmo aplaudindo a iniciativa dos representantes da dinastia reinante, criticam severamente a forma como a abolição foi decretada, *de um dia para outro*, por um lado deixando os proprietários de escravos sem nenhuma garantia e expoliados de sua propriedade legal e, por outro lado, abandonando os escravos à própria sorte, posto que não foram preparados convenientemente para usar da liberdade em benefício próprio. Enfatizam que os republicanos foram um dos elementos que mais ativamente contribuíram, com suas idéias ou com suas críticas, ao modelo abolicionista lento e gradual.

(...) Nós os republicanos, acceitamos o facto no seu justo merecimento, admittida mesmamente a cooperação sentimentalista dos representantes da dynastia reinante e cobrimol-o com os seus applausos.

Fomos também leaes cooperadores do acto de 13 de maio, porque entramos como factor na operação lenta que deu o resultado da libertação dos escravos. (Idem : p. 96)

Qual, sr. presidente, a posição dos meus illustres adersários? Acceitavam a que lhes foi imposta com longanimidade, digna certamente do maior elogio, mas que importa a sua suppressão como partido militante. O seu papel foi, durante o ministério último, combater as idéas adversas, crear os maiores embaraços á sua realisação.

...Pois bem, Sr. Presidente, é o governo legal do Brazil que, em contraposição áquelle governo revolucionário, faz decretar, de um dia para outro, a abolição immediata, pura e simples, sem uma garantia para os proprietários, expoliando-os da propriedade legal, abandonado-os á sua sorte, nos

ermos do nosso interior, entregandos á ruína, expondo-os ás mais temerosas contingências, sem uma providência a bem daquelles, que vota em grande parte á misérias e ao exterminio, nos primeiros passos da liberdade, de que, não preparados, convenientemente, difficilmente saberão usar para seu próprio beneficio. (Idem : p. 98-99)

Ao realizar uma crítica mais abrangente aos problemas e às deficiências vividas pelo Brasil de então, o Manifesto busca inseri-las num quadro histórico mais amplo, desde a “Proclamação da Independência do Brasil” (1822) e que até então (1888), só havia produzido degradação econômica, política, social e moral à nação brasileira.

Neste manifesto é assumida uma oposição desvelada e pública à monarquia e de conclamação para que fossem envidados todos os esforços, através de ações e de todos os recursos válidos, que contribuíssem e culminassem com o fim da Monarquia e a imediata instauração da forma de governo republicano.

(...) Quanto ao partido republicano não mais lhe cabe representar a função pública como simples cooperador das refôrmas que operam por partes a eliminação da monarchia. Queremos a República como a solução mais prompta á crise social.

Portanto:

não podemos receber com sympathias o 3º reinado que não é capaz de corresponder nem ás aspirações dos conservadores; recusamo-lhes qualquer apoio por menos indirecto que seja; decalaramo-nos por todos os meios em franca hostilidade; havemos de combatel-o em todos os terrenos.

No meio da dispersão dos elementos conservador da sociedade brasileira, o nosso trabalho neste momento é de integração das forças revolucionárias e consequentemente só temos hoje um postulado:

A República.

Assim, o partido republicano, pelos seus representantes reunidos em congresso, para tornar efficaz esse trabalho de integração das forças revolucionárias, resolveu:

I - Combater o 3º reinado em todos os terrenos em que as circumstancias o colloque.

II - Entrar em acção mais vigorosa, combinado todos os esforços e meios de leval-a a effeito - talentos, actividades, recursos pecuniários, sympathias populares, influencia da tribuna da imprensa e dos "meetings", e levando o exemplo, o auxilio e a protecção a todos os pontos onde sua acção possa e deva chegar. (Idem, p. 104-105)

1.3.5. Carta Política ao País e ao Partido Republicano de Silva Jardim – 1889

A pessoa de Silva Jardim e a sua atuação no Movimento de Propaganda Republicana no Brasil, o colocam como um dos mais destacados e importantes propagandistas do ideal republicano. A publicação de sua carta no jornal "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1889⁸, constitui uma denúncia pública do terrorismo e da falta de liberdade a que estavam submetidos aqueles que realizavam a propaganda republicana, ao mesmo tempo em que defendia o princípio da liberdade de pensamento.

Ela resulta da preleção que fez em conferência realizada no Rio de Janeiro no último dia do mês de dezembro de 1888, na qual fazia a propaganda das idéias republicanas, tendo

⁸ Idem, p. 94-105.

sido bruscamente interrompido em razão do grande tumulto e da violência praticada por homens do Governo Imperial.

Foi a partir deste episódio que a propaganda republicana assumiu outros rumos, notadamente a de forte oposição à idéia de um possível Terceiro Reinado. Também foi ele quem motivou ações mais efetivas em favor da divulgação da causa republicana e da imediata instalação da República como forma de governo, defendida como a mais urgente possível. Na carta publicada pela imprensa, todo o episódio ficou assim registrado:

(...) e por parte dessa imprensa foram expostos mesmo com uma má vontade visivelmente consciente. nas condições actuaes da sociedade brasileira, porém e nas condições da propaganda republicana e do estado de reconhecido enfraquecimento do throno e da pessima saude do monarcha, assumen esses acontecimentos um character grave, devendo tomar a responsabilidade primeira de suas tristes consequencias aquelles que as tiverem provocado; - donde a necessidade de ser escripta a verdade sobre o conjunto do dito conflicto, a qual, de resto, está na consciencia publica, e que, com a maior lealdade, eu não vou fazer mais que constatar aqui.

Desde que o movimento republicano, que vem de longe na nossa historia, ...

- augmentou com o grande concurso dos agricultores enganados pela monarchia quanto á manutenção da chamada propriedade servil, ...

- é sabido que o chefe do gabinete actual, até a vespera escravocrata, julgou dever perseguir a lavoura, certamente para, por odio á classe ex-proprietaria do escravo, fazer crer á Princeza regente e ao publico a força e a profundez de seus sentimentos abolicionistas de occasião.” (PESSOA, 1973 : p. 116)

Com relação a Abolição da Escravatura de 1888, Silva Jardim manifesta que esta idéia era apoiada pelo Partido Republicano, não sendo assim uma mera decisão da Monarquia ou um ato bondoso da Princesa. A este respeito Silva Jardim enfatiza sua própria participação no movimento abolicionista nos seguintes termos

(...) o meu pedido constante em conferencias publicas, desde 1881, pela abolição da escravidão; a minha conducta domestica a respeito, o meu auxilio como advogado e como particular, sempre continuo, a todo proletariado preto; esquecia-se o meu pedido publico ao Dr. Campos Salles, para que se fizesse com que os membros do partido republicano libertassem seus escravos, pedido solememente aceito...
(Idem, p. 118).

Quanto aos acontecimentos da reunião republicana de 30 de dezembro de 1888, na cidade do Rio de Janeiro, ele aproveita para ratificar a sua defesa à causa republicana, ao mesmo tempo que aponta os perigos de tal atitude, e que ela se constituiu num ato de salvaguarda do direito de manifestação de pensamento.

(...) depois da defeza heroica do dia 30, em que ou republicano ou revolucionarios, residentes nesta cidade, disputaram a sua vida e a minha vida, o direito de manifestação de pensamento, e a causa da Republica. (Idem, p. 128).

A carta refere-se, ainda, ao enfraquecimento do poder da monarquia e ao grande crescimento em favor da causa republicana verificada em várias Províncias, o que indica o fortalecimento da idéia de República.

(...) Eu sei que essa descentralisação está abalada pela pujança do movimento republicano nas provincias; mas estou pensando alto num momento solemne da vida de minha Patria - mas sei tambem que é aqui que está o unico reducto da

monarchia; que todos os movimentos feitos nas provincias por homens bravissimos abortaram, e que um unico aqui realizado, o 7 de Abril, deu por effeito o banimento de um rei.. Sei que os tempos são outros para as provincias, que hoje a monarchia é menos forte para conte-las,... (Idem, p. 128).

Tanto Silva Jardim como a liderança do Partido Republicano, apesar das circunstâncias e dos acontecimentos políticos e sociais da época, comungavam da idéia de que a propaganda republicana não poderia deixar de ser feita. A este respeito, assumia-se o firme propósito de se fazer a propaganda até às últimas conseqüências, em nome da liberdade de expressão e do direito da livre expressão do pensamento, das palavras e das idéias. A esse respeito Silva Jardim escreveu:

(...) Por isso, é minha opinião, e estou certo que a opinião do partido republicano inteiro - como prova a adesão geral e explicitada á minha attitude do dia 30 - é minha opinião, discordando embora do generoso patriota que a proposito me escreveu mediata carta, que não devem um só instante para as conferencias de propaganda republicana, já nas provincias, já principalmente na capital do Imperio, onde ellas foram abertamente atacadas, prova evidente de que é onde o inimigo sente-se realmente ferido. Mantemos um direito sagrado, e isto darnos-á a maior força; mantemos, antes de tudo, o direito de reunião e a liberdade da palavra..." (Idem, p. 129).

Silva Jardim insiste na necessidade de se continuar a abordar o assunto da propaganda republicana sem cessar, tomando-a como antídoto a monarquia, considerada como um atraso em todos os aspectos.

(...) Na capital do Imperio hei de continuar a realizar as conferencias republicanas. Enpenhei-me, em companhia de amigos, em convencer aos homens de meu paiz que a

republica é a ordem e o progresso, que a monarchia é a desordem e a retrogradação; e hei de convence-los, enquanto para tanto tiver alento. Tenho dito que só pararei diante de um tumulto, ou diante da victoria, e até aqui, com o auxilio do povo, não tenho deixado de cumprir essa promessa.” (Idem, p. 130)

Manifestando sua disposição de continuar a defender suas idéias, deixa bem claro aos seus opositores do partido republicano, da propaganda republicana, do movimento republicano, da idéia de República e, ao Governo Imperial que:

(...) De ante-mão declaro a todos do governo que m'o quizesse impedir, que eu preferiria morrer, a ceder do meu direito, que é o meu dever; porque estou resolvido a disputar com a vida o direito de pregar a causa da republica em meu paiz: a autoridade, o governo, o despota, que quizesse impedira minha palavra - que não chamou ainda o povo á revolução á mão armada, - teria, ao envez de me franquear, de me matar na tribuna, ou de me prender e de me processar, para vêr-me em ultimo caso voltar a essa mesma tribuna por todo e qualquer meio, até que eu realizasse a grande divisa dos lutadores: VENCER OU MORRER. (Idem, p. 130-131).

Ao defender o princípio da liberdade, Silva Jardim o estendia desde a liberdade de pensamento até a liberdade de ensino. Enquanto um dos mais destacados propagandistas da República, defendia tal causa como sendo a sua causa de vida, desde os tempos de estudante e depois como membro do magistério na Província de São Paulo. Ele mesmo relata na carta esta sua atitude

(...) Em pequenos periodicos, enquanto estudante de humanidades, através de jornaes e de opusculos litterarios, através de minha disciplinação philosophica, moral e religiosa, á luz da philosophia positiva, sempre a idéa

republicana e a liberdade de pensamento foram por mim sustentadas. (Idem, p. 132).

Ele continua a carta fazendo um relato de várias de suas conferências e acaba citando o Congresso Republicano Paulista de 1888, ocorrido a 24 de maio desse ano, e a figura de Francisco Rangel Pestana, importante personagem da época, em virtude de sua atuação crítica frente aos problemas nacionais e da Província de São Paulo.

(...) a conferencia paulista que produziu a Salvação da Patria, o discurso no Congresso republicano de S Paulo que fez o memoravel manifesto de 24 de Maio, a cuja comissão de redacção, com A. de Campos, pertenci, sendo relator um dos mais illustres homens do nosso partido, Rangel Pestana, e que está publicado no 2 folheton da Salvação da Patria, com o sub-titulo - A revolução;... (Idem, p. 133).

Prosseguindo a sua análise aponta outros aspectos relativos as condições em que se encontrava a sociedade brasileira, inclusive, sobre instrução, que segundo ele, não existia. Assim, chega a afirmar

(...) A analyse das nossas instituições o constata: pela do codigo fundamental, que todo se resume no poder moderador; o estado do paiz o exige; sem liberdade legal, de pensamento ou sentimento religiosos; sem instrucção; sem administração; sem capital; sem industria; sem representação..." (Idem, p. 136).

Mais especificamente sobre a educação, são importantes as suas considerações em defesa da instrução e de seu oferecimento:

(...) O nosso valor nativo o merece; pela defeza da colonia, pela manutenção da integridade da terra,...

pela catechese do selvagem, pelo ensino aos pequenos, pelos combates dos estrangeiros... (Idem, p. 136).

Ao estado de desorganização a que estava submetida a nação, Silva Jardim aponta uma única saída urgente, capaz de livrá-la dos terríveis designios que se apresentavam para o futuro.

(...) A República torna-se então, para nossa honra eterna, e para nossa salvação unica, a grande fatalidade: é a Republica que é urgente instituir, é a Republica que é urgente proclama; morrendo, si fôr preciso: morrendo para faze-la viver. É mister continuar esse bello movimento geral de reacção contra a monarchia, isto é, se fôr preciso contra uma vida muito longa e cada vez mais inutil, cuja insania já é perturbadora;... (Idem, p. 138).

Das suas análises diante dos problemas existentes na sociedade da época, aponta que a sociedade pede reformas ao Governo Imperial, mas aponta ter dificuldades para elaborá-las, justamente em razão da desordem política, econômica, social e cultural pela qual estava atravessando a nação brasileira naquele período de sua História.

(...) Porque á nação brasileira não cabe hoje outro recurso senão vencer, ou morrer! Para ella, ao lado do grito de Viva a republica! deve existir bem alto este outro de A republica ou a morte! que eu ouvi no seio da multidão da capital de São Paulo. Porque a nação brasileira pede reformas e a monarchia é incapaz de decreta-las; e quando não vem a reforma, que é a revolução governamental, é mister que se faça a Revolução, que é a reforma popular! (Idem, p. 138).

Para Silva Jardim, somente atrelada a República é que viriam as reformas que poderiam oferecer instrução de maneira ampla e com liberdade à nação brasileira. A reforma da

instrução (pública e primária) era uma das principais mudanças que a sociedade estava pedindo e era um dos alicerces do movimento republicano. O autor, além disso, apresenta a instrução do povo como forma de salvar o país das circunstâncias difíceis pelas quais passava. E como a idéia de República significava também liberdade, direitos, democracia, progressos (materiais e intelectuais), estes eram aspectos em que o assunto instrução pública tinha muito a ver.

(...) Essa função, realiza a ei, pugnado pela república Brasileira, estabelecida conforme e bella explanação do manifesto do Partido republicano de Pernambuco, com a mais completa descentralisação administrativa, ... a plena liberdade de exposição e de discussão, a reforma do ensino official, a verdadeira liberdade do ensino, e o derramamento do ensino primario; com o desenvolvimento da industria... (Idem, p. 143).

Confiante na sorte da nação e na coincidência, Silva Jardim afirmava que a república deveria se instalar no ano de 1889, como um ano de bom agouro para a nação brasileira, pois nele se comemorava o centenário da Revolução Francesa (de 1789), cujos ideais coincidiam com o dos republicanos brasileiros. Para tanto, defendia a ampliação da propaganda:

(...) É para a propaganda republicana, que preparará a revolução brasileira, que a substituirá mesmo no anno que inauguramos com uma demonstração de energia civica - que eu solicito todo o apoio dos correligionarios que delles me julgarem digno, fazendo-o publicamente, pelo não combinar-se faze-lo de outro modo com a lealdade que sempre dirige meus actos. (Idem, p. 144).

1.3.6. Manifesto de Quintino Bocaiúva ao Partido Republicano Brasileiro - 1889

Esse manifesto foi publicado em dois jornais: “O País”, em 22 de maio de 1889, e no “A Província de São Paulo”, na edição publicada em 24 de maio de 1889⁹. O Manifesto de Quintino Bocaiúva ao Partido Republicano, permite entender as principais deliberações do Congresso Federal Republicano, ocorrido na cidade de São Paulo em 1889, entre as quais a reforma da lei orgânica do partido, a alteração da composição de seu comitê central. Além disso, exprime e reafirma o ideal político de instaurar com urgência a República Federativa no Brasil.

(...) mas como a harmonia resultante da identidade das associações e das vantagens de uma accção conjunta destinada a assegurar a victoria dos nossos principios, os quaes em substancia se sumem na fórmula que exprime o nosso ideal politico: instaurar na nossa patria o regimen republicano federativo. (PESSOA: 1973, p. 148).

É importante destacar que este Manifesto resulta de uma disputa interna no Partido Republicano, precisamente quanto a escolha da direção do partido, decidida no Congresso Republicano Federal de 1889. Quintino Bocaiúva, ao conclamar para a harmonia e unidade partidária, logo de início faz questão de deixar claro que os seus princípios norteadores, eram o dos republicanos, tal como estavam contidos no manifesto Republicano de 1870.

(...) Falando aos meus co-religionarios, não careço fazer neste documento uma exposição de principios.

⁹ Idem, p. 146-162.

Estes já estão gravados na consciencia de todos os republicanos e exarados do manifesto de 3 de dezembro de 1870 e nos manifestos posteriores pelos quaes, em diferentes ocasiões, tem o partido republicano falado aos seus concidadãos. (Idem, p. 149).

Explicitando sua firme convicção na causa republicana e na propaganda das idéias republicanas, ele defende que a forma de governo republicano era uma oposição ao modelo de governo monárquico. Republicanismo e democracia caminhavam juntas e sustentavam-se entre si através do respeito aos direitos do cidadão, às liberdades, à igualdade e à fraternidade entre os homens. Era uma crítica a ausência de liberdade, verificada pelo modo de proceder do Governo Imperial.

(...) O regimen do governo republicano é a fórmula pratica da democracia. (Idem, p. 149).

(...) taes são os dous fundamentos do regimen constitucional republicano, cuja syntese é universalmente expressa por este gloriosos lema: liberdade, igualdade, fraternidade.

A liberdade, pressuppondo a ausencia de qualquer privilegio, que arbitrariamente determine entre os homens a superioridade de uns sobre os outros,...

A fraternidade, finalmente, pressuppondo o reciproco amor entre os homens e particularmente entre os filhos da mesma patria ou cidadãos do mesmo estado; pressuppondo o mutuo auxilio e a mutua tolerancia... (Idem, p. 150).

Quintino aponta para o fato de que a forma de governo republicano possui um conjunto de idéias relativas a organização de vários setores de uma sociedade e de sua administração, calcadas na ponderação, na responsabilidade, no respeito aos direitos e na liberdade. Sobre esses aspectos, ele afirma que

(...) O regimen republicano assim definido tem, como facilmente se comprehende, uma idéa politica, uma idéa administrativa, uma idéa economica e uma idéa social. (Idem, p. 150).

(...) O seu dever primordial é respeitar o direito da manifestação do pensamento nacional e a acção pratica da liberdade do cidadão por todos os meios e orgams ou aparelhos institucionaes adaptados a esses fins; taes, por exemplo, o suffragio universal, o direito de reunião , o direito de associação, , o uso da imprensa, a instituição do jury e do habeas corpus, a liberdade do trabalho na industria, no commercio, nas artes, nos officios e profissões honestas, no ensino, na concurrencia leal entre os competidores,... (Idem, p. 151)

No terreno das liberdades, Quintino aponta a elevação do nível de educação e de instrução do povo, revelando a sua preocupação com a instrução e com a formação do indivíduo. A ausência de liberdades em razão da forma de administrar do Governo Imperial, seja talvez a crítica subentendida aqui. De qualquer forma, tanto a educação como a instrução do povo, são objetos de seu manifesto, o que indica o grau de importância e a pertinência de tal assunto no cenário da época. Ao tratar do assunto liberdade veja o que ele diz

(...) A liberdade não crea, portanto, somente a riqueza; ella estimula igualmente a justa emulação de concurrencia das actividades e dá origem á força moralisadora, que se revela no amor ao trabalho e na elevação do nivel da educação e da instrucção do povo. (Idem, p. 153).

Fica evidente no Manifesto que ele defende a idéia de que o regime republicano de governo significa emancipação do homem, em todos os aspectos, inclusive no tocante ao

ensino, para o qual defende a necessidade de haver uma grande difusão. As passagens citadas a seguir indicam tal preocupação

(...) O regimen republicano tem tambem como acima o disse, a sua idéa social. Essa idéa é a da emancipação dos proletariados, tanto a daquelle que anda acorrentado pelas algemas da ignorancia como a daquelle que, victima das desigualdades sociaes e politicas, vive arrastando a calceta da miseria pelo trabalho mal remunerado. (Idem, p. 156).

(...) Diffundir o ensino, sob os auspicios das mais absoluta liberdade tanto scientifica quanto administrativa; desenvolver, pela aprendizagem profissional, a capacidade productiva dos operarios e elevar o nivel igualitario dos cidadãos... (Idem, p. 156).

(...) O primeiro passo para essa obra de transformação social já foi dado pelo povo brasileiro e essa é uma das demonstrações de haver elle chegado á sua maioria politica. A escravidão foi extincta pelo voto imperativo da nação brasileira: e o que resta fazer para complemento da obra apenas iniciada e o que compete ao partido republicano e é o que só póde ser consummado de accôrdo com a justiça e com a liberdade.

De nada vale resolver, ainda quando bem se resolve, as questões ou os problemas politicos se parallelamente não são resolvidos os problemas sociaes, muito mais graves do que aquelles. Como bem o recorda um republicano illustre, é esse um dos enigmas que a democracia tem de decifrar, se não quizer ser devorada pela esphyngue. (Idem, p. 157).

O Manifesto de Quintino Bocaiúva apontava a necessidade de se colocar um basta nos problemas que afligiam a nação brasileira, como as questões de ordem social e de ordem política, que exigiam mudanças até então não realizadas por parte do Governo Imperial.

Explicitava que os princípios constantes na propaganda republicana objetivavam trazer esclarecimentos à população e possibilitar uma posterior tomada de atitudes e de ações que viessem a alterar aquele quadro de complicações existentes, inclusive no que diz respeito à educação.

(...) Nessa ordem de idéas a nossa propaganda tem sido uma propaganda de principios e não uma propaganda de odios. Temos visado e visamos a transformação social, pacifica e legal, pelo esclarecimento da opinião publica e pelas conquistas graduaes effectuadas no dominio da consciencia nacional. (Idem, p. 157-158).

(...) No espirito publico a elaboração da idéa republicana concorreu igualmente para promover a modificação dos costumes impregnados do falso espirito da viciosa educação que recebemos. Finalmente, na alma nacional, fixou-se com a aspiração republicana a idéa de que o termo da monarchia deve fatalmente coincidir com o termo do segundo reinado."(Idem, p.158).

Quintino manifesta a sua preocupação face a possibilidade de um Terceiro Reinado, apontando como solução a instalação do regime republicano de governo. A citação a seguir oferece indicativos sobre sua opinião a respeito de tal assunto

(...)Tanto quanto, porém, me é permitido expressar a opinião da maioria do partido republicano e da maioria do povo brasileiro, julgo poder assegurar que somos chegados ao periodo agudo da crise social e politica da nossa patria e que a nação brasileira, por todos os órgãos extra-officiaes, tem demonstrado a sua firme intenção de repellir energicamente a hypothese do terceiro reinado."(Idem, p. 159).

(...) A Republica Federativa Brasileira ha de ser, porque tem de ser. (Idem, p. 160).

1.3.7. A Proclamação do Governo Provisório da República

O documento intitulado “Proclamação dos Membros do Governo Provisório” e o Documento “Decreto No. 1, de 15 de Novembro de 1889” tomados para referência aqui, encontram-se na obra de PESSOA (1973, p. 167-170). Neles os republicados, recém tomado o poder, apresentam as linhas básicas do que pretendiam, até que uma nova Constituição fosse elaborada e promulgada.

Esses documentos constituem uma verdadeira “carta de intenções” do Regime Republicano e anunciam que a Proclamação estava sendo feita por um Governo Provisório (de Transição), imbuído da tarefa de garantir a ordem e os direitos do cidadão e que o mesmo estava assumindo, a partir daquele momento, todas as funções político-administrativas civis e militares de governo.

Através desses documentos, o Governo Provisório se comprometia, única e exclusivamente, com a promessa de garantir a todos os habitantes do Brasil:

- **Segurança** - da vida e da propriedade;
- **Respeito aos direitos individuais e políticos** - ressalvados os interesses da Pátria e da “legítima defesa” do governo, mesmo que para isso fosse necessário o uso da força bélica (militar).

Da leitura de ambos os documentos, é interessante observar que as idéias, as propostas, as sugestões, as exposições de motivos / vantagens / benefícios prometidos pela propaganda republicana (tais como: o estabelecimento da democracia, da liberdade e do sufrágio universal; também da igualdade econômica, social educacional; a erradicação do analfabetismo e a conseqüente ampliação das oportunidades de acesso e permanência no sistema de ensino e do próprio sistema de ensino), nenhum desses aspectos foram assumidos ou garantidos ao ser implantada a República Federativa do Brasil.

Isto significa que muito se prometeu, muito se falou e muito se propagou em defesa da República e, por conseguinte, em defesa da educação pública (voltada especialmente para as camadas pobres da população), mas nada disso foi assumido no texto da Proclamação da República, denominado de “Proclamação dos Membros do Governo Provisório”, que apenas se comprometia em garantir a segurança e o respeito aos direitos individuais e políticos.

Neste capítulo buscou-se situar o leitor a respeito das condições e circunstâncias em que eram tratadas algumas das principais idéias dos republicanos. O objetivo foi, através da explicitação de alguns documentos da época, o leitor pudesse ter uma visão geral do cenário social, político, econômico social e cultural do período do republicanismo, entre 1870 e 1889, e em um nível mais geral, de 1831 a 1889.

CAPÍTULO II

IMPrensa, Educação e Sociedade Brasileira entre os Anos de 1875 - 1889

2.1. Alguns aspectos referentes a sociedade brasileira e a educação entre o final do Império e o início da República Brasileira (1875 - 1889)

Conforme as informações destacadas no capítulo anterior, é possível perceber que a situação educacional brasileira em nada se alterou com a Proclamação da República, quando comparada com aquela anterior à 1889, ou seja, a educação no Império. Se o período imperial, em termos de educação, significou a ocorrência de um ensino essencialmente caracterizado pelo caráter elitista, os primeiros anos da República, embora acenassem para a possibilidade de mudanças, estas não se concretizaram. Apesar disso, conforme já se mostrou no capítulo anterior, os discursos e as preocupações expressas pelos partidos políticos da época, especialmente o Partido Republicano e o Partido Republicano Paulista, indicavam claramente as propostas e preocupações com a instrução popular. Ocorre que os interesses de classe, se

faziam prevalecer, por exemplo, através de medidas políticas e econômicas em defesa da política de Valorização do Café.

As disputas políticas impediram que se concretizassem as promessas, freqüentemente divulgadas pelos republicanos ao longo de sua propaganda, sendo em sua maioria de caráter democrática. O ensino elementar permaneceu precário e a tão propalada difusão desse não ocorreu, embora tenha sido expressa, inclusive, em mensagem presidencial enviada ao Congresso.¹⁰ A própria Constituição de 1891, restringia ao analfabeto o direito de votar, considerando-o sem condições de decidir sobre qualquer coisa; ocorre, porém, que a maioria da população brasileira, na época, era analfabeta.

Desta forma, ao invés do Estado providenciar as condições necessárias para que se desse a difusão do ensino elementar, priorizou-se o desenvolvimento dos níveis de ensino voltados às camadas sociais melhor estabelecidas econômica e politicamente, notadamente a educação secundária. Este quadro veio confirmar o modelo educacional com um caráter dualista e elitista, dado que, para aquelas camadas manterem-se no poder, não necessitavam de apoio ou de sustentação popular, pois os acertos e os conchavos políticos e partidários, eram suficientes.

A maioria da população, por sua vez, sofria pesadas restrições, a começar pelo preconceito, que era forte e amplo. Os analfabetos eram responsabilizados por todos os problemas nacionais, inclusive pelo atraso econômico, social e cultural da sociedade da época.

Ao longo deste capítulo teremos uma melhor explicitação deste quadro de pensamento através das citações transcritas do jornal “A Província de São Paulo”.

¹⁰ Mensagem enviada pelo Vice-Presidente da República, Floriano Vieira Peixoto, ao Congresso Nacional em 1892 e que pode ser consultada no livro *EDUCAÇÃO nas mensagens presidenciais (1890-1986)*. Brasília, INEP, 1987. 2v. anexos. p. 19.

No Editorial de 06.01.1876, o periódico faz um balanço do ano anterior, procurando discutir o quadro educacional da província de São Paulo e chamando a atenção para o grande número de analfabetos até então existente. O editorialista reporta-se ainda ao aumento de gastos da província com a instrução pública, embora reconheça que estes gastos não fossem suficientes, entende que o grande problema não residia na quantia despendida, mas na sua má utilização, como podemos constatar a seguir:

(...) Comprehendemos, portanto, em nosso quadro – a instrução primaria e a secundaria, incluindo tambem o que se póde chamar conhecimentos praticos, indispensaveis á generalidade das funcções e espheras do viver social.

Traçadas essas raias, as demais questões destacam-se por si mesmas:

Quaes as fontes de ensino na provincia;

Que pontos de divergencia ou harmonia existem entre as escólas officiaes e as particulares;

Qual a natureza, gráu e mérito do ensino professado em taes escólas;

O que há ahí de bom e de máu, o que há a extinguir, melhorar ou crear;

E finalmente, em que proporção esses fôcos de ensino illuminam, aquecem e fecundam a população.

(...) Para esta instrução primaria, exclusivamente, o orçamento provincial d 74 – 75 auctorizou a despesa de 397:979\$330.

O orçamento actual de 75 – 76 elevou a verba a 404:355\$990.

Isto, só com as chamadas escolas publicas primarias e respectiva repartição superior do inspector geral.”

(...) Se ainda é pouco, é pelo menos muito mais do que cogitava-se para essa importante despesa há alguns anos.

O que há, isso sim, é que tal verba é com certeza mui pouco aproveitada, como teremos occasião de verificar (Editorial de 06.01.1876)

O periódico reclama ainda da ausência do ensino secundário para as pessoas que exerciam cargos públicos e dos baixos níveis de instrução primária que eram dados à população em geral, ao afirmar que

(...) O governo provincial não distribui a seus administrados instrução secundaria. Em materia de ensino limita-se a sua solicitude ao pouco e ainda pessimo ensino primario, de que já temos conhecimento.” (Editorial de 15.01.1876)

O editorial de 19.01.1876, continuação do Retrospecto de 1875, embora reconhecendo que a instrução pública na província de São Paulo não esteja entre as mais atrasadas, lamenta o estágio em que se encontra. Procurando alertar os governantes do império como um todo e da província em particular diz que

*(...) É lastimavel, digamol-o com franqueza, a situação em que estamos em tal sentido, embora sirvanos de consolo a circumstancia de que não pertencemos ainda assim no numero das mais atrasadas provincias d’este vasto imperio.
Nem o governo e nem os governados dão mostras de comprehender a gravidade do caso, e isto assim, não só na provincia como em todo o paiz.*

Dado o grande número de analfabetos no Império, a reforma do ensino passa a ser entendida como sendo de extrema importância, como descrito no editorial de 10.08.1876 “Algarismos Eloqüentes – Dados sobre a Instrução Pública”

*(...) Esta orçada a população geral do imperio, conta redonda, em dez milhões de almas.
Nessa massa total conta-se como sabendo ler:
Homens, 1.012,097
Mulheres, 550,981
Ao todo, 1.563,078.*

Conta redonda de analphabetos: oito milhões e quinhentos mil! (...)

Na tentativa de reverter o quadro educacional denunciado nos editoriais apresentados, as camadas médias reivindicavam e depositavam os seus esforços em defesa da educação, como sendo de caráter urgente, objetivando desta forma romper com a discriminação sofrida pelo analfabeto e que significava, em um nível mais abrangente, sua total exclusão social. Estas mazelas haviam se avolumado com o Ato Adicional de 1834. XAVIER (1994) afirma que

(...) Evidência inquestionável do desinteresse do governo republicano pela difusão da instrução foi a manutenção da descentralização do sistema escolar. (XAVIER, 1994, p. 105)

Não havia sintonia nem um comungar de interesses em nível federal e estadual em defesa da educação, porém, assemelhavam-se quanto as ações e medidas tomadas, não possibilitando que o ensino popular se difundisse e fosse oferecido com qualidade. O próprio Estado se omitia de qualquer responsabilidade para com o ensino popular, contribuindo ainda mais para piorar a situação em que se encontrava a instrução pública oficial. Este assunto era bastante abordado nos jornais da época, onde eram explicitadas uma série de problemas e de dificuldades.

A instrução pública para as camadas populares continuou inadequada, sem condições de expandir-se e com má qualidade. No editorial de 13.01.1876, lamenta-se o pequeno número de matrículas existentes e chama-se a atenção para o fato de que apesar desse número ser inexpressivo, a realidade da frequência é ainda menor, apesar da existência de um numero acima de quinhentas escolas, nas quais se gastava mais de quatrocentos contos de réis

(...) Os dados conhecidos sobre nossa instrucción primaria official resumen-se no seguinte: 508 escolas, despeza de 400 e tantos contos de réis, e 11 mil alumnos constantes da matrícula.

Em nada é lisongeo semelhante quadro, principalmente quando se considera que esses 11 mil alumnos significam a realidade da matricula escolar, e que esta, sem exageração, póde ser diminuida de um terço pelo menos para corresponder á realidade da effetiva frequencia.

Não é pelo menos contristador o facto, desde que se confronta essa minima parcella com os 150 mil meninos e meninas de idade escolar que, pelos dados da estatistica, não frequentam nem escolas publicas nem escolas particulares.

São varias e de natureza diversa as causas deste deplorável retrahimento e desamor popular pela instrucção. Pertencem umas aos proprios habitos e nivel intellectual da sociedade, e outras ao modo porque procede a acção governamental na direção deste importantissimo ramo dos serviços publicos.

Mesmo havendo reivindicações e recomendações em favor da instrução pública no final do Império, o seu oferecimento não foi efetivado pelos republicanos, ao menos nos primeiros anos que sucederam a Proclamação da República, como indicam as informações contidas no jornal “A Província de São Paulo”, entre os anos de 1875 e 1889.

A educação entre o final do Império e o início da República tinha importância tamanha que motivou uma série de determinações do ponto de vista legal, visando sanar os problemas e as deficiências existentes, entretanto, o modelo adotado como padrão para o ensino nacional era aquele adotado e executado na capital do Império, ou seja, um modelo elitista, de oportunidades restritas, como se pode notar pelas exigências impostas para se ter o acesso e permanência no sistema de ensino. As Províncias, em momento algum, se utilizaram da “autonomia” legal que lhes era atribuída em questão de política educacional local, para torná-la

adequada e responder às necessidades educacionais específicas de cada localidade ou região. Adotava-se um modelo externo à realidade das localidades, neste caso, o modelo da capital do Império.

De modo geral tentava-se fazer adaptações que se mostravam, na prática, “impossíveis”, quanto a sua execução, com resultados desfavoráveis à instrução pública das províncias. Daí resulta terem ocorrido, exatamente nesta época, uma série de mudanças, adequações e adaptações, em matéria de instrução pública, que foram chamadas de “reformas educacionais”, as quais tinham como princípio e objetivo a resolução dos problemas educacionais, ao mesmo tempo que pretendiam que ocorresse a ampliação das oportunidades escolares, especialmente em nível elementar, atingindo os setores mais pobres da população e os analfabetos.

Mesmo quando a questão educacional assumiu grande importância nesses debates, visto que tratavam de questões referentes ao oferecimento, ao acesso e a qualidade do ensino a ser oferecido, grande parte da população ficou afastada de qualquer participação nos mesmos, inclusive em relação as medidas a serem tomadas no destino do país.

Assim, a questão da defesa da educação tornou-se um problema político, pelo qual perpassava uma série de interesses, inclusive e principalmente, de classes. Se de um lado os setores ou segmentos de classe privilegiados economicamente defendiam um modelo de ensino para poucos (para eles mesmos), do outro as camadas médias e aqueles indivíduos pertencentes às camadas populares defendiam mudanças nas regras existentes, de forma a estenderem o seu oferecimento. Isso resultou em pressões em favor do atendimento às necessidades educacionais, de caráter liberal, visando a democratização do ensino público: que fosse gratuito, extensivo a todos, como tarefa e obrigação tanto de sua expansão como de sua

manutenção e legislação pelo Estado. Pensava-se que somente desta forma, seria possível alcançar o progresso, tanto do ponto de vista individual, como do conjunto da nação brasileira.

Preocupado com esta questão, Alberto Salles em artigo de 06/01/1877, tratando da problemática da “Instrução Pública no Brasil e nos Estados Unidos”, escreve:

(...) É inegavel que a única base verdadeira do progresso e da grandeza de um povo reside na escola, porque é ella a fonte para onde correm anciosos, a beber a agua da vida, aquelles que mais tarde, na qualidade de cidadãos, influirão não só na direcção da náu do Estado, como tambem em sua legislação e na distribuição de suas leis. Assim compete ao Estado o cuidado, o exame e a fiscalização completa dos estabelecimentos de instrucção publica.

(...) Se os Estados Unidos tem espantado o mundo em seu desenvolvimento moral e material, é devido ao gigantesco impulso que recebera a instrucção popular; e se o Brazil é pobre, embora tenha a natureza sido pródiga para connosco, e se causamos pasmo ao mundo pelo nosso atrazo, é porque não temos escolas.

Fundem-se escolas, eduque-se o povo, espalhe-se a luz por todas as camadas sociaes, e o gigante da América meridional, hoje adormecido, levantará amanhã a cabeça altiva diante das outras potencias da terra.

Na Seção Administrativa de 10/02/1877 “Escolas em Campo-Largo”, comemora-se o crescimento do movimento em defesa da instrução pública acompanhado do crescente número de escolas criadas pela iniciativa particular, evidenciando o interesse da população pela educação no Império em geral e na Província em particular como podemos ver a seguir:

(...) O movimento em favor da instrucção vae se tornado cada vez mais notavel em nossa provincia. O desejo de instrucção cresce de dia em dia e a iniciativa particular consegue crear escolas, fazer professores, edificar casas especiaes e organizar

associações, que se incubem de propagar os conhecimentos uteis.

(...) A questão do ensino publico, portanto, apresenta-se hoje reclamando todo o cuidado e exame dos cidadãos.

Instruir convenientemente o povo equivale a liberta-lo; mas no convenientemente está a grandeza do acto.

Solidifica-se a idéia de que só a educação do povo era capaz de salvar o país e tirá-lo do atraso em que se encontrava em relação às demais nações do mundo. Tal crença foi sendo alimentada como idéia e concepção para se resolver os problemas nacionais. As desigualdades econômicas e sociais presentes na sociedade da época, suas causas e o porquê de sua existência eram, porém, camufladas.

XAVIER (1990:60-61), analisando este tipo de ocorrência, observa que:

(...) o pensamento liberal desembocou na defesa da "Escola Pública, Universal e Gratuita", como condição indispensável para a garantia da igualdade de direitos e oportunidades que justificava, em última instância, a desigualdade social "justa" porque "natural". (XAVIER, 1990 : 60-1).

Se nos primeiros anos da República foram propostas várias reformas, a efetiva implantação delas era extremamente problemática, em razão das peculiaridades regionais e dos interesses políticos existentes. As aspirações e as necessidades populares em torno da questão educação não foram consideradas, já que sequer a ampliação do número de vagas nas escolas e a melhoria das condições de infra-estrutura das unidades escolares eram atendidas de acordo com a demanda e as exigências necessárias.

A situação que a República herdou do Império permanecia basicamente a mesma, de forma que as determinações e as medidas legais adotadas em relação à instrução pública serviram para agravar ainda mais os problemas existentes: os índices de analfabetismo, por exemplo, aumentaram. Os relatórios e as estatísticas governamentais da época eram unânicos em indicar um quadro sofrível do ponto de vista do nível de oferecimento e de aproveitamento do sistema escolar brasileiro.

Os discursos da época falaram muito em defesa da educação e de sua expansão mas a política excludente limitava a participação nos debates. As conseqüências dessas ações refletiram-se em profundas desigualdades sociais que se perpetuaram na história da educação brasileira, e que, desde os primeiros anos da República, já se configuravam de forma bastante evidente. A despeito de outras decepções, a recém implantada República não conseguiu cumprir as promessas feitas com tanta ênfase no período da propaganda. As críticas e as reclamações feitas ao governo e à administração imperial, inclusive, no trato da questão educacional, não serviram como ponto norteador para que se evitassem as discriminações, as desigualdades, os preconceitos e os erros do passado.

Apesar dos dados não falarem por si mesmos, é interessante verificar e analisar os gastos e as despesas da Província de São Paulo com a Instrução Pública e, no total, os gastos anuais somados de todas as Províncias entre os anos de 1874 e 1889.

Tabela 1 - Despesas (valores em Franco) com a Instrução Pública
da Província de São Paulo, comparada com as despesas das demais 19 (dezenove)
Províncias mais o município neutro, de 1874 a 1889 ¹¹

Ano	Província de São Paulo	Taxa de Cresci- mento	Demais Províncias (19), mais o município neutro	Taxa de Cresci- mento	Média das 19 Províncias, mais o município neutro
1874 - 1875	994,918		16,876,155		843,808
1875 - 1876	1,010,888	1,61	18,231,685	8,03	911,584
1877 - 1878	1,104,732	9,28	19,208,088	5,36	960,404
1878 - 1879	1,104,732	0,00	18,437,948	- 4,01	921,897
1879 - 1880	2,104,732	90,52	18,377,648	- 0,33	918,882
1880 - 1881	1,322,041	- 37,19	20,964,910	14,08	1,048,245
1881 - 1882	1,251,150	- 5,36	21,987,943	4,88	1,099,397
1882 - 1883	1,139,100	- 8,96	23,551,015	7,11	1,177,551
1883 - 1884	1,500,000	31,68	26,032,015	10,53	1,301,601
1884 - 1885	1,502,000	0,13	27,090,946	4,07	1,354,547
1885 - 1886	2,102,978	40,01	27,850,608	2,80	1,392,530
1886 - 1887	2,064,473	- 1,83	28,136,221	1,03	1,406,811
1888	2,379,150	15,24	29,218,940	3,85	1,460,947
1889	2,444,587	2,75	27,033,880	- 7,48	1,351,694
1875 a 1889		145,71		60,19	

A análise da Tabela 1, com relação aos gastos com a Instrução Pública na Província de São Paulo no período 1874-1889, permite identificar a existência de um aumento significativo de investimentos no período, da ordem de 145,71% de taxa de crescimento, evidenciando que houve uma atenção no tocante às despesas, embora os dados não permitam saber exatamente como foram empregados e se houve real correspondência com as necessidades existentes.

¹¹Tabela adaptada de ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil, 1500 a 1889**; tradução de Antonio Chizzotti. São Paulo : EDUC; Brasília, DF : INEP/MEC, 1989, p. 293.

É possível verificar, ainda, que as cifras atingidas em cinco oportunidades, ou seja, nos anos de 1879-1880 (2.104,732); 1885-1886 (2.102,978); 1886-1887 (2.064,473); 1888 (2.379,150) e em 1889 (2.444,587), ultrapassaram a casa dos 2.000 francos. O pico de gastos com a instrução pública foi em 1889 (2.444,587). Entre os anos de 1877 e 1879 os gastos se mantiveram idênticos, sofrendo um significado aumento em 1879-1880 (2.104,732). No período seguinte, 1880 a 1883, os investimentos sofreram quedas seguidas, sendo que o menor investimento ocorreu em 1882-1883 (1.139,100).

Nas páginas do jornal “A Província de São Paulo, frequentemente identifica-se escritos que negam que o governo provincial tenha dispendido, ao longo do período, recursos com a instrução pública que fossem suficientes para as necessidades de investimentos. O mesmo periódico reclamava repetidas vezes que os gastos com a instrução pública na Província de São Paulo eram insuficientes e mal aproveitados.

A leitura dos artigos transmite a idéia de que os gastos com a instrução pública na Província de São Paulo eram sempre insuficientes em relação aos gastos anuais com a escola e com as necessidades educacionais do período como um todo, a ponto de sugerirem que se gastasse mais com esse ramo do serviço público, mesmo que fosse necessário quadruplicar os investimentos nessa área.

No caso da Província de São Paulo entre os anos de 1875 e 1889, de acordo com as informações contidas na tabela e sua posterior análise, é possível dizer que os gastos com a instrução pública variaram em um mínimo de (994,98) e no máximo (2.444,587), quantias estas que expressam valores altos em relação aos gastos totais de todas as províncias mais o município neutro, que foram em torno de 1875 (16.876,155), 1888 (29.218,940) e 1889

(27.033,880), enquanto que a Província de São Paulo, teve os seguintes gastos com a instrução pública 1875 (994,918) 1888 (2.379,150) 1889 (2.444,587).

Acontece que da leitura dos artigos escritos nas páginas do jornal “A Província de São Paulo”, as críticas, as reclamações e as opiniões manifestadas a respeito, especialmente, da instrução pública em São Paulo e dos investimentos da mesma ao longo do período, é possível concluir que a despesa com a instrução pública primária era insuficiente e estava muito aquém das necessidades e exigências existentes à época, com relação a este nível de ensino.

Se apesar da alta taxa de crescimento de gastos com a instrução pública (145,71%), a Província de São Paulo tinha uma instrução pública tida como uma das mais atrasadas do país, imagine-se a situação de outras Províncias que despendiam valores menores para a mesma finalidade.

Os escritos contidos no jornal “A Província de São Paulo” são unânimes em apontar que os gastos e as despesas com a Instrução Pública (Primária e Secundária) eram insuficientes, tanto na Província de São Paulo como no país em geral, ou seja, nas demais Províncias, mais o município neutro.

Lamentando o baixo salário pago sobretudo aos professores alunos da província, na Seção Livre, de 02/07/1875 em artigo denominado- “O Professorado Público Primário”, Catão afirma o seguinte:

(...) Parece á primeira vista, que a assembléa fez tudo o que devia em favor do professorado publico primario; mas se attendermos á careza da vida nesta capital, temos necessariamente de ver, sr que é aqui impossivel a subsistencia de uma familia ou mesmo de um só individuo com a quantia de trinta e quarenta e tantos mil réis mensaes, (que é o ordenado que recebemos nós os professores-alunos), e tiramos a conclusão de que ainda alguma cousa a fazer.

Analisando os dados disponíveis sobre os gastos com a instrução pública, levando-se em consideração o número de alunos e de escolas existentes, conclui-se que há número excessivo de escolas para a demanda existente, demonstrando que o problema não estava apenas na ausência de recursos destinados a educação, mas na sua má utilização, como podemos perceber em outras passagens do jornal:

(...) Fiquemos por enquanto n'esses dados, e vejamos o que elles nos dizem.

Quatrocentos e quatro contos e tanto para ensinar onze mil creanças.

É muito ou é pouco?

Uma e outra coisa: muito e pouco.

Ezplica-se facilmente o enigma:

Quatrocentos e tantos contos para ensinar primeiras lettras a onze mil meninos é uma exorbitancia; essa quantia porém para custear 508 escólas é miserave ninharia.

O mal d'essa desharmenta, que torna a verba do orçamento ao mesmo tempo excessiva e insignificante, está em não ser o numero de escolas proporcional ao dos alumnos.

Em 508 escólas, a 50 alumnos para cada uma, ensinava-se 25,400.

Se a população escolar estivera regularmente condensada n'essa proporção de 50 meninos para uma escola, os 11. 000 alumnos das matriculas officiaes podiam receber instrucção em 220 escólas, e para esse numero de escólas os quatrocentos contos do orçamento já seriam uma verba regular nas nossas actuaes circumstancias."

(...) o que quer dizer que não é possível pensar em diminuir o numero de escólas, é força reconhecer como facto irrecusavel que a verba do orçamento é insignificantissima.

(...) Se a quantia ora votada é insignificante, como de facto é, dupliquemol-a, quadruplicuemol-a Em vez de quinhentos

contos, seja embora isso o quinto da renda provincial, votemos para essa despesa mil contos, dous mil contos.

A questão não é gastar; a questão é gastar com proveito.

(Editorial de 11/01/1876 “Retrospecto de 1875-III- A Instrução Pública”)

Os professores lamentavam ainda, que o ordenado pago a eles diminuía em vez de aumentar, como podemos observar no artigo de 07/03/1880 “S. Paulo e Sua Instrução Pública”, escrito por um professor público

(...) Compulsando nossa legislação provincial, vemos que nosso ordenado fixo de 500\$, é o maximo marcado para as cidades pela lei n. 34 de 1846 (há 34 annos!!) lei n. 47 de 7 de maio de 1857 estabeleceu a gratificação de 100\$, que a lei n. 8 de 1862 elevou a 150\$,...

(...) Em materia de instrucção publica parece que regressamos em logar de progredir.

Essa situação de penúria por que passava o professorado, contribuía para piorar ainda mais a situação do ensino, conforme podemos verificar nos editoriais e artigos a seguir apresentados

(...) É um facto incontestavel, e confessado oficialmente, que a instrucção publica nesta provincia está atrazadissima e muito longe do seu desenvolvimento material.

(...) Póde-se dizer que, tratando-se de progresso, o nome paulista apresenta-se como um exemplo, como um estimulo.

Não assim quanto á instrucção publica. (Editorial de 30/07/1880)

(...) Eis ahi uma verdade, confessada oficialmente e incontestavel.

Nesses trinta annos atrazámo-nos ou parámos, sem um ideal em materia de ensino, sem um plano scientifico, sem

compreensão do valor da instrução. (Editorial de 22/09/1880)

(...) Os professores normalistas e os que a elles são equiparados não tiveram ainda, até esta data, solução alguma definitiva sobre o pagamento de seus vencimentos dados pela lei n.110 d'este anno e suspensos por s. exc. O sr. Presidente da provincia, em 29 do mez findo.

- Que demora é esta de decidir-se uma questão decidida?
(Editorial de 01/10/1881)

(...) Há mais ou menos cinco mezes que, em virtude de uma portaria do governo, o Thesouro provincial suspendeu o pagamento da melhoria de vencimentos concedida aos professores normalistas da provincia pela lei n. 110 de 30 de junho do anno passado. (Seção Livre de 06/10/1882 “Instrução Pública - Ao Exm. Sr Conde de Três-Rios”)

(...) Muitos professores são casados, e teem já familia. Poderão manter-se em S. Paulo só com o seu vencimento!? O governo tira lhes a gratificação, dando-lhes sómente os vencimentos; o seu ordenado fica reduzido a cincoenta mil réis por mez. Com essa quantia, o professor há de Ter casa, mesa, roupa lavada e engommada, livros para os seus estudos e mais utensilhos necessarios?!” (Instrução Pública de 13/03/1883 “Instrução Pública”, trata da situação em que ficará os professores com a reforma da instrução pública.)

Também podemos notar uma preocupação com questões de natureza mais pedagógica, como por exemplo a necessidade de uma reforma que tivesse um caráter mais amplo que as modificações até então realizadas

...É preciso executar a reforma da instrução publica com lealdade e desejo de acertar. As tricas usadas nas eleições

políticas devem ser banidas de todo o processo eleitoral para formação dos conselhos.

... O interesse publico e a condição neutra da instrucção, que não tem partido, nem deve ser a imagem de seitas ou o producto da religião official, exigem accôrdo no procedimento leal para constituição dos conselhos directores. (Editorial escrito por Rangel Pestana, em 12/07/1885)

(...) Não vale a pena levantar questões que ficarão abandonadas ou quando muito tratadas ás carreiras, sem a devida importancia.

A instrucção publica é uma dessas questões.

Ninguém ignora que esse ramo de serviço publico, na provincia, se acha em condições injustificaveis em face do progresso industrial; não corresponde de modo algum, á fama que acompanha o nome paulista.

... O actual systema de ensino é pessimo; os processos absurdos, o plano geral defeituosissimo. (Editorial de 23/04/ "A Instrução Pública na Província", editorial escrito por Rangel Pestana)

... O ensino official vae se tornado insupportavel, impossivel de ser dirigido e condemnado por todos os homens de bom senso. O governo parece caprichar em anarchisar tudo. Há alguns actos que são verdadeiros disparates administrativos.

... Havemos de mostrar a que estado os ministros destes ultimos annos reduziram a instrucção publica e a que tristes condições levaram as faculdades de Direito e outros estabelecimentos de ensino. (Editorial de 21/01/1888 "Novos Exames")

... O elemento popular não exerce a menor influencia sobre a instrucção e tudo presagia que este estado de cousas há de perdurar.

Desenganemo-nos:

Em quanto quizerem fazer política com os negócios da instrução publica, não teremos escolas, não teremos professores, não teremos fiscalização do ensino. (Editorial de 23/11/1888 “Instrução Pública”)

Como é possível verificar nessas transcrições acima, as críticas e as reclamações expressas nas páginas do jornal, eram de um discurso que apontava falhas, deficiências, mal uso dos recursos destinados à instrução pública, e mais que o dinheiro gasto era pouco.

Os escritos nas páginas do jornal apontam que os gastos com a instrução pública no país eram poucos, o que a “Tabela 1” também deixa transparecer. As despesas com a instrução pública na Província de São Paulo eram insuficientes apesar dos 145,71% de taxa de crescimento de investimentos nessa área, no mesmo período. O Governo Imperial, entretanto, teve uma despesa com a instrução pública da nação, na ordem de 60,13%, o que se configura como sendo pouco, vindo a confirmar as reclamações encontradas nos trechos transcritos acima, do jornal “A Província de São Paulo”.

Tabela 2 - Despesas (valores em Franco) feitas pelo Estado com a Instrução Pública Primária e Secundária, comparativamente com as despesas com a Instrução em Geral ¹²

Ano	Despesas com Instrução Primária e Secundária (Incluído o Col. D. Pedro II)	Taxa de Crescimento	Despesas Anuais com a Instrução em Geral no Brasil	Taxa de Crescimento	Relação (%) dos gastos com Instr. Prim. e Sec. em relação à da Instrução em Geral
1874-1875	1,899,908		5,684,030		33,43
1875-1876	2,034,405	7,08	6,164,105	8,45	33,00
1876-1877	2,159,792	6,16	6,660,849	8,06	32,43
1877-1878	1,941,052	- 10,13	6,749,669	1,33	28,76
1878-1879	1,923,230	- 0,92	6,140,188	-9,03	31,32
1879-1880	2,006,401	4,32	6,433,401	4,78	31,19
1880-1881	2,181,245	8,71	7,125,064	10,75	30,61
1881-1882	2,214,575	1,53	7,139,636	0,20	31,02
1882-1883	2,225,324	0,49	7,907,963	10,76	28,14
1883-1884	2,522,067	13,33	7,908,463	0,01	31,89
1884-1885	2,523,016	0,04	9,218,953	16,57	27,37
1885-1886	2,522,066	- 0,04	9,315,181	1,04	27,07
1886-1887	2,556,750	1,38	9,191,760	-1,32	27,82
1888	2,362,432	- 7,60	8,967,250,	-2,44	26,35
1889	2,352,127	- 0,44	9,047,430	0,89	26,00
1874 a 1889		23,80		59,17	

Mesmo considerando-se a época, essas quantias significavam valores bastante insuficientes em relação às exigências de gastos com a educação. Entre os anos de 1875 e 1889, as despesas nacionais com a instrução variaram entre um mínimo de 1875-1876 (6.164,105) e um máximo de 1876-1877 (6.660, 849), já que somente a partir de 1880-1881 (7.125,064) até o ano de 1883-1884 (7.908,463), é que houve um aumento pequeno, porém, significativo se comparado ao período descrito anteriormente.

¹² Idem, ibidem, p. 295.

Após 1875, houve outra elevação de investimentos somente entre 1884-1885 (9.218,953), em 1889 (9.047,430) e em 1885-1886 (9.315,181), quando os gastos ultrapassaram a marca dos 9000 francos. Em todo o período estudado, verificou-se uma queda de investimentos em três oportunidades, comparando-se com os investimentos em anos anteriores aos citados: 1878–1879 (6.140,188); 1886–1887 (9.191, 760) e 1888 (8.967,250).

De qualquer forma, o aumento de investimento da nação brasileira entre 1874-1875 até o ano de 1889, foi na ordem de 59,17%, que embora aparente ser muito tem uma significação pequena, pois com a instrução pública primária e secundária em 1886-1887 foram gastos somente 2.556,750 francos. Acrescente-se a isso o fato de que, no período compreendido entre 1874-1889, essas mesmas despesas variaram anualmente em média, em torno de 23,80% de taxa de crescimento.

Este quadro apresentado destaca ainda que com relação as despesas com a instrução primária e a instrução secundária, entre os anos de 1874-1875 e 1889, essas mesmas despesas variaram em torno de uma taxa de crescimento de 23,80% para as despesas com a Instrução Primária e secundária (incluindo o Colégio D. Pedro II) e uma taxa de crescimento da ordem de 59,17% para as despesas anuais com a Instrução em Geral no Brasil.

Esses valores, se comparados com as despesas anuais relativos com a Instrução Pública em Geral no Brasil, no mesmo período, mostram que os gastos com a instrução primária nunca atingiram sequer um terço do total de gastos anuais com a instrução. Tal quadro apresenta uma situação que era bastante reclamada nos artigos contidos no jornal “A Província de São Paulo”, conforme os trechos transcritos a seguir

(...) O povo brasileiro, digo com dôr, não é hoje mais instruído do que era quando fez a sua independencia; nem se-lo ha mais

daqui a 50 annos se continuar a levar o serviço da instrucção publica o mesmo teor.

Também, meu caro senhor, como poderão concorrer com a instrucção do povo escolas, quaes as que possuímos, baldas de bons mestres, e baldas quasi totalmente de livros e dos outros meios de ensino?.(Seção Livre de 5/12/1876 “o Sr Abílio César Borges”, transcrição do Diário de Minas, fala de seu officio dizendo do péssimo estado em que se encontra a instrucção pública”)

(...) As escolas publicas, creadas e providas em tão grande numero, não podem preencher inteiramente seu fim.

Em todas ellas as creanças perdem grande parte de seu tempo : os professores não podem adoptar um systema de ensino, nem empregar os processos mais apropriados, porque o logar da aula é acanhado, porque não dispõem de móveis, porque os alunos não possuem os mesmos livros de leitura, a mesma grammatica, a mesma arithmetica, o mesmo catechismo, porque a uns faltam traslados, a outros a tinta, a pena, o papel!

O professor, a principio, procura vencer todos estes obstaculos, sacrifica uma parte de seu mingoado ordenado para obter uma casa melhor e fornecer alguns objectos mais necessarios, redobra de actividade, multiplica-se, mas, depois, vendo que os meios de subsistencia escaceiam, que a saude foge, esmorece e deixa que a escola caminhe a mercê das circumstancias. (Seção Livre de 15/02/1879 “Escola Pública”, escrita por Cesário Lange)

(...) SENADO

Na sessão de 26 o sr. Junqueira occupou-se do decreto sobre a reforma do ensino.

Ataca-o por Ter sido feito sem auctorisação do corpo legislativo; e diz que elle crêa despesas enormes e altera o acto addicional.

É contradictório, como se vê, comparando o artigo 26 com o art. 28. Manda pôr já em execução medidas, que ao mesmo tempo diz que ficam dependentes da aprovação legislativa: porque importam aumento de despesa.” (Seção Livre de 19/04/1879 “Fala do senador Dr. Junqueira sobre o Decreto 7247)

(...) Ilms. E exms. srs. deputados á assembléa legislativa provincial de S. Paulo. – Os abaixo assinado, professores publicos primarios n'este districto de Lorena, vêm pedir a essa illustre assembléa a elevação dos vencimentos dos actuaes professores simples ou não normalistas, e bem assim o auxilio, a todos os professores publicos, de metade, ao menos, da quantia que cada um d'elles despende com aluguel de casas para as funcções da escola e residencia. (Seção Livre de 09/06/1881 “Instrução Pública”)

Conclui-se que as opiniões constantes desta série de transcrições confirmam um quadro geral de pouco investimento com a Instrução Pública por parte do Governo Imperial.

A análise comparativa das informações contidas nas transcrições e dos dados da Tabela 2 indicam claramente que havia pouco investimento com a instrução em geral no Brasil- Império, notadamente, com a Instrução Primária e Secundária.

Isto significa que as opiniões, as reclamações e os assuntos apontados nas páginas do jornal “A Província de São Paulo” encontram ressonância nos dados e na análise das informações contidas na Tabela 2, situação contrária da análise comparativa entre as informações do mesmo jornal com os dados e as análises feitas na Tabela 1. Analisados isoladamente, os dados da Tabela 1 e as informações contidas nas páginas do jornal “A Província de São Paulo” apresentam ao leitor dupla interpretação, até mesmo opostas e destoantes.

Somente a comparação entre ambas é que revela a contradição e a não ressonância entre si, exigindo que se reporte aos dados da Tabela 2, para, aí sim, confirmar e complementar as informações do jornal “A Província de São Paulo” com as despesas relativas a Instrução em Geral no Brasil (Instrução Primária e Secundária), que eram insuficientes, segundo os dados do jornal e da Tabela 2.

Tal comparação nega, inclusive, que as despesas com a Instrução Pública na Província de São Paulo tenha sido suficiente, como faz supor os dados da Tabela 1. Apesar dos valores despendidos com a Instrução pública na Província de São Paulo terem sofrido uma taxa de crescimento no período estudado de (145,71%), eles não correspondiam às necessidades de despesas, inclusive, de acordo com os trechos transcritos acima, pedia-se que as somas gastas com a educação fossem aumentadas, multiplicadas.

Isto é um dado importante e, ao mesmo tempo, muito grave, porque expressa em números, os limites de investimentos com a instrução pública particularmente que não atingiam sequer 1/3 dos gastos totais da nação e, por isso, impondo limites enormes ao oferecimento desse nível de acordo com as necessidades verificadas, mergulhado num estado de desordem, de insuficiências, de inadequações de baixa qualidade e em baixa quantidade de abrangência sobre as crianças com idade entre 7 e 12 anos de idade.

Com este quadro, fica claro que a questão da instrução era uma problemática de difícil situação e em complicada resolução dos seus problemas e das suas deficiências.

Em 1870 foi criado o Partido Republicano. Suas propostas e suas idéias foram amplamente difundidas e divulgadas por meio da imprensa, especialmente, o jornal “A Província de São Paulo”, órgão de imprensa criado e mantido pelos republicanos, para fazerem a propaganda de suas idéias. A influência desse partido foi aumentando cada vez mais sua

importância, entre os anos de 1870 e 1889, graças à ação da imprensa e dos clubes republicanos que exerceram grande atuação na divulgação das idéias e das propostas republicanas nos grandes centros populacionais, como São Paulo, Rio de Janeiro e, ainda, no Rio Grande do Sul.

Dentre todos os partidos republicanos existentes nas Províncias, o mais importante deles era o Partido Republicano Paulista (P. R. P.), cuja composição era, essencialmente, de fazendeiros de café do Oeste Paulista e de membros das camadas médias urbanas. O poder, a organização e a influência desse partido foi verificado com a realização da Convenção de Itu, realizada em 1873. O movimento republicano tem na ação dos partidos republicanos e, principalmente, do P.R.P. a base de sua sustentação.

O movimento republicano foi o resultado de pressões, especialmente da burguesia agro-exportadora paulista, mais precisamente os fazendeiros de café do Oeste paulista. Eles eram os detentores do poder econômico e buscavam o controle do poder político. Dentre os principais republicanos, não podemos deixar de citar o nome de Silva Jardim, um dos mais importantes e influentes mentores e difusores da propaganda republicana. Ao seu lado, estão Rangel Pestana e Júlio de Mesquita, idealizadores, editores e, posteriormente, no caso deste último, proprietários do jornal “A Província de São Paulo”, criado em 1875, com a tarefa de difundir e propagar por meio de suas páginas, as idéias, as críticas, as opiniões, os assuntos e os debates em torno de questões consideradas importantes para a causa republicana.

Em razão da grande amplitude e alcance que este jornal atingia, em número de leitores, as opiniões expressas em sua páginas, tinham uma penetração não só regional como também nacional. As idéias e as opiniões neles expressas, faziam eco e contribuíam para a

formação de opiniões a favor de suas idéias, arrebanhando adeptos à sua causa, de nomes e instituições importantes no cenário nacional.

Implantada a República, a 15 de novembro de 1889, foi instalado um Governo Provisório, liderado pelo Marechal Deodoro, composto basicamente por deodoristas, positivistas e por republicanos históricos. Neste governo, se o poder político estava nas mãos dos militares, o poder econômico estava em mãos de fazendeiros (notadamente paulistas), em grande medida identificados com o movimento republicano. Este gabinete provisório tomou várias medidas, dentre elas, a dissolução dos legislativos, a separação da Igreja do Estado e a exoneração dos presidentes de províncias. Em seus lugares foram nomeados interventores federais ligados ao novo regime. A ascensão das oligarquias agrárias deu-se com a vitória do fazendeiro e cafeicultor Prudente de Moraes; com isso, o setor da sociedade que detinha o poder econômico assumiu, também, o poder político, consolidando de fato a República.

A intransigência, a instabilidade e o desgaste da administração do Marechal Deodoro, levaram-no a renunciar ao cargo de Presidente da República, em novembro de 1891, assumindo o seu Vice, Floriano Peixoto, sob o apoio das oligarquias cafeeiras e das camadas médias. Seu governo foi autoritário, reprimindo com violência as oposições e as manifestações contra seu governo, consolidando a República à força.

Os acontecimentos e as determinações advindas com a República, assim como o quadro econômico, social, político e cultural que se instalou, revelou logo de início que a República instalada não era a que havia sido sonhada pela maioria da população. A economia tornou-se próspera, em razão do crescimento da população urbana e do volume de serviços necessários a atender esta demanda, porém, na mesma proporção, aumentava a diferenciação e as desigualdades econômicas e sociais. A economia brasileira era dependente das alterações

verificadas na economia internacional, além disso, haviam as desigualdades geradas pela concentração de renda nas mãos de poucas pessoas, em sua maioria concentradas na região Sudeste.

Do ponto de vista da divisão social, havia a burguesia, a camada média e o proletariado, sendo que essas duas últimas sofriam pesados encargos, já que era comum a elevação das taxas referentes ao custo de vida, sendo que o salário de ambas não acompanhava as necessidades mínimas de sobrevivência.

Nas duas últimas décadas do século XIX, houve o surto de industrialização, mais precisamente em São Paulo, em razão, deste possuir as condições mais propícias à sua instalação, e indicativos que permitissem a expansão do capitalismo urbano e industrial. Destacam-se entre esses, a disponibilidade de capitais e de força de trabalho. Acontece que a indústria brasileira foi instalada tardiamente. Assim a industrialização não tinha como competir com os grandes impérios tecnológicos europeus, com a mesma qualidade e quantidade de produção e capacidade de investimentos. A maioria dos brasileiros não possuía grau de instrução compatível com aqueles exigidos nos grandes parques industriais europeus, para operarem os novos equipamentos, fruto dos avanços tecnológicos no mundo desenvolvido e pelas elites para a instrução pública, somaram-se as reivindicações operárias em defesa da instrução e de melhores condições de trabalho e de vida.

Haviam reivindicações por melhores condições de trabalho e salário, de vida social e de acesso à instrução de qualidade. Estas reivindicações eram amplas e contemplavam a necessidade de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais importantes para o conjunto da sociedade brasileira. Evidenciavam que as lideranças possuíam um grau de politização

altíssimo. Ao analisar o período, constata-se que a questão da educação era tratada e interpretada como sendo um problema social.

Os Censos de 1900 (que compreendem os dados do período anterior) e mesmo o Censo de 1920 apontam que o analfabetismo entre as pessoas maiores de quinze anos havia se elevado pouca coisa¹³. Se for feita uma comparação com os níveis de escolarização verificados no Brasil e em outros países, logo saltaria aos olhos a importância da instrução popular e sua relação com os aspectos referentes as condições econômicas e sociais da população. A desigualdade dos níveis de instrução são dependentes de variáveis econômicas e sociais que permitem ou não, em diferentes níveis e condições, o acesso à instrução e à permanência ou não na escola.

A preocupação com o estabelecimento de um sistema nacional de instrução pública não é recente, porém, a sua instalação é datada precisamente com a implantação do regime republicano. O Ministério da Instrução Pública, de vida curtíssima, foi criado no governo provisório, apesar disso, a instrução, especialmente a primária, não se expandiu, impedindo que se diminuísse os índices de analfabetismo. Os indicadores eram extremamente baixos se comparados com os de nações como a Venezuela ou a Bolívia¹⁴. Esta situação que parece crônica, foi manifestada através de críticas nos jornais, como pode ser verificado no artigo publicado no jornal “A Província de São Paulo” de 20/06/1879 na Seção “Questões Sociais” - “Os Estadistas e o Estado” (Palestra Política)”, escrito por José Leão, onde se expressa a deficiência de nossa instrução em todas as áreas.

¹³ Os dados relativos indicam que em 1900 haviam 34,7% e que em 1920 haviam 35,1%, como indica Fausto Cupertino no livro *EDUCAÇÃO como um problema social (Uma radiografia do ensino no Brasil)*. Rio de Janeiro : Ed. Civilização Brasileira, 1978, Coleção realidade brasileira, v. 7, mais precisamente na página 10.

¹⁴ Idem, página 15.

Aparentemente houve uma crença de que acabar com o analfabetismo fosse uma questão de tempo; bastavam algumas medidas para corrigir as distorções e pronto. As sucessivas reformas educacionais atacaram o problema do analfabetismo, sem contudo, atacar uma das causas desse problema, ou seja, o oferecimento desigual em qualidade e quantidade de ensino oferecido aos diversos segmentos existentes na sociedade entre 1875 e 1889 e posteriormente.

O dualismo do ensino, a restrição ao voto do analfabeto e o atendimento desigual para aqueles que fossem diferenciados social, econômica e politicamente, parecia bastante coerente com os interesses dos grupos que detinham o poder político e econômico da época. A apresentação de dados em Relatórios, em Censos e em Estatísticas de que a instrução pública ia de mal a pior, que os índices de analfabetismo eram altos, apenas traziam publicamente, inclusive para as elites, a ineficácia dos projetos, das reformas e das legislações educacionais. Os limites, bastante estreitos, estavam postos, bastava apenas não excedê-los, como realmente ocorreu. O discurso em favor da educação era acompanhado de medidas e de ações legais que, sabidamente, em nada contribuiriam para que os problemas educacionais existentes fossem tratados a altura das exigências, quiçá de resolvê-los.

Ao longo de todo o período de 1875 e 1889, os esforços para a ampliação das oportunidades escolares, sofreram impedimentos e barreiras para concretização, justamente daqueles que propagaram a sua importância e a sua defesa.

É muito importante atentar para o fato de que os discursos e os personagens que tanto defenderam a instrução popular e a sua ampliação, inclusive os Presidentes da República, terminaram por restringir e limitar o seu acesso às camadas populares.

Se nos primeiros anos da República foram propostas várias reformas, a efetiva implantação delas era extremamente problemática, em razão das peculiaridades regionais e dos interesses políticos existentes. Com isso, as aspirações e as necessidades populares em torno da questão da educação (instrução pública) não se concretizaram, já que sequer a ampliação do número de vagas nas escolas e a melhoria das condições de infra-estrutura das unidades escolares eram atendidas de acordo com a demanda e as exigências necessárias.

A situação que a República herdou do Império, além de permanecer a mesma, as determinações e as medidas legais adotadas em relação à instrução pública serviram para agravar ainda mais os problemas existentes. Os índices de analfabetismo, neste período, permaneceram altos.

Os relatórios e as estatísticas governamentais da época eram unânimes em indicar um quadro sofrível do ponto de vista do nível de oferecimento e de aproveitamento do sistema escolar brasileiro, conforme ficará evidenciado nos quadros descritivos expostos no capítulo seguinte.

Nos discursos da época falava-se muito em defesa da educação e de sua expansão, porém essa expansão não se realizou em função dos impedimentos políticos que se configuravam no cenário nacional. A política excludente assumida por parte das principais segmentos sociais da época, direcionadas à maioria da população, significaram limitações à participação dessa maioria nos debates nacionais e ao exercício de sua cidadania. As consequências dessas ações, refletiram-se em profundas desigualdades sociais que se perpetuavam na nossa história, e que, entre 1875 e 1889, já se configuravam de forma bastante evidente. Apesar de outras decepções, a recém implantada República não conseguiu cumprir as promessas feitas com tanta ênfase no período da propaganda republicana. As críticas

e as reclamações feitas ao governo e à administração imperial, inclusive, no trato da questão educacional, não serviram como ponto norteador para que não se repetissem as mesmas discriminações, as mesmas desigualdades, os mesmos preconceitos e os mesmos erros do passado.

2.2. O papel da Imprensa no Movimento Republicano

É importante destacarmos, inicialmente, a que imprensa estamos nos referindo, uma vez que a palavra imprensa será assumida no sentido de jornalismo presente em periódicos impressos em papel, isto é, o jornal impresso. Como não constituía objetivo deste estudo analisar toda a imprensa da época, toma-se como objeto de estudo um veículo dessa imprensa, o jornal “A Província de São Paulo”, fundado em 1875, que após a Proclamação da República em 1889, passou a chamar-se “O Estado de São Paulo”, denominação com a qual permanece até os dias atuais.

Inicialmente, os clubes e as associações republicanas muito contribuíram tanto para a propaganda republicana, como para a divulgação de idéias e propostas relativos a este movimento. Assim, colaboraram para a difusão da imprensa republicana com qualidade de liderança e de atuação por várias regiões brasileiras, sendo instaladas publicações periódicas, especialmente jornais, junto aos grandes centros urbanos e nas principais cidades daquela época. A Associação Campineira de Imprensa (A.C.I.) foi fundada em Campinas pelo professor Norberto Souza Pinto, em 1927, cujo patrono era o jornalista e republicano Francisco Quirino dos Santos, fundador do jornal “A Gazeta de Campinas”, em outubro de 1869. Consta neste

jornal, mais precisamente na sua apresentação, a informação de que era o primeiro órgão de imprensa republicana no Estado de São Paulo (MARIANO, 1972).

No caso do jornal “A Província de São Paulo”, sua origem relaciona-se ao “Manifesto Republicano de 1870” e a “Convenção de Itu”, a partir dos quais deu-se criação e a formação do Partido Republicano Paulista (P. R. P.), que em seguida fundou o jornal “A Província de São Paulo”, em 1875. Em relação ao periódico em estudo, os compradores da empresa que assumiram e organizaram este jornal agiam de forma que o mesmo defendesse e propagasse os ideais republicanos e a democracia. O jornal “O Correio Paulistano”, também tornou-se órgão defensor das idéias republicanas, quando passou a estar à serviço oficial do P.R.P. Outros veículos de imprensa republicanos são “A República”, “A Gazeta de Notícias” e “O País”, localizados na cidade do Rio de Janeiro. É por esta e outras razões que se justifica conhecer com profundidade a influência e o papel de destaque exercido pela imprensa republicana entre os anos de 1875 e 1889, bem como da sua contribuição na divulgação da causa e da exposição de princípios e da própria efetivação da forma de governo republicano em 1889.

No caso específico do jornal “A Província de São Paulo”, ele foi criado com uma filosofia bastante peculiar, já que, dentre outros aspectos, advogava-se que não seria filiado a nenhum partido, nem defenderia interesses de qualquer agremiação política. Verifica-se que, quanto a esses dois aspectos, a prática efetivada pelo jornal foi exatamente ao contrário, já que em suas páginas é visível a defesa de interesses republicanos e a sua filiação ao P. R. P.. Este aspecto é importante para trabalhar a questão da diferença entre o discurso e a prática.

O poder da imprensa pode ser medido pelas campanhas nos jornais a favor de uma causa e contrária a outras. Não há dúvida de que o jornal é um influente instrumento de divulgação e formador de opiniões e de pensamentos a respeito dos assuntos nele tratados, seja

em defesa ou em oposição a uma causa qualquer. Importante entender as intenções dos jornais: na forma como expressam as notícias; na apresentação de determinados fatos e dados e na omissão de outros; com relação à questão que está sendo proposta ou que está sendo trazida para o debate; as pessoas e as instituições que participam desses debates; as propostas e soluções apontados; os erros e as críticas feitas, etc.

Sendo assim, a imprensa republicana tratou da questão educacional como um dos baluartes principais no jornal “A Província de São Paulo”, entre os anos de 1875 e 1889. As opiniões, as propostas e as críticas encontradas em suas páginas no período aqui delimitado para estudo foram muito importantes e influenciaram as autoridades, os políticos, os partidos e os setores sociais da época.

As campanhas sistemáticas feitas pela imprensa republicana, inclusive aquelas realizadas pelo P. R. P., através do jornal “A Província de São Paulo”, em defesa da propaganda republicana, influenciaram e contribuíram para a instalação da República.

A imprensa exerce considerável influência junto à comunidade e aos seus leitores. A opinião pública é formada pelas informações que a imprensa lhe oferece, divulga e faz a propaganda. Na imprensa, os limites entre informar aos seus leitores e dar uma opinião que se deseja que os leitores ouçam e assumam, é um problema pouco discutido. Trata-se de questão fundamental e de interesse de todos os cidadãos, não só pelo direito como pelo acesso à informação, que sabemos, não é imparcial. O importante é identificar, sempre que possível, os falsos discurso, as falsas propostas, as falsas intenções, as falsas resoluções como aquelas referentes aos problemas educacionais presentes entre o final do Império e o início da República. Neste sentido, é importante destacar que esse órgão de imprensa, “A Província de São Paulo”, ao longo dos anos de 1875 e 1889, atuou como meio/instrumento de divulgação

das idéias, das opiniões, das propostas e dos pensamentos dos republicanos sobre os assuntos da época, notadamente sobre a instrução pública.

Este jornal não atuava como formador da opinião pública no sentido amplo do termo, mesmo porque a maioria da população era analfabeta, porém, tinha significativa penetração não só nos limites da Província de São Paulo, como também, em outras regiões do país. “A Província de São Paulo” não pode ser entendido, portanto, como um meio de comunicação de massa, com a noção que temos atualmente, inclusive, porque a sua tiragem à época era algo em torno de 2.250 a 4.200 exemplares, vendidos entre assinantes e leitores avulsos.

Por volta de 1875 a sua tiragem, somados à venda de exemplares dos assinantes e dos exemplares das edições avulsas atingia um total de 2.250 exemplares vendidos, já no ano de 1889 a venda de exemplares de assinantes e avulsos atingia a quantia de 4.200 exemplares

É importante verificar como se deu o debate sobre a educação entre o final do Império e o início da República, as propostas, os argumentos e as idéias existentes para se identificar os erros cometidos, as táticas e os argumentos mascaradores de interesses.

Os problemas educacionais brasileiros do início do século, como é o caso dos altos índices de analfabetismo, de oferecimento de ensino com qualidade diferenciada para filhos de trabalhadores e filhos de proprietários, assim como a falta de vagas nas escolas, ainda persistem como problemas nacionais a serem enfrentados.

2.3. A Concretização do Pensamento Republicano Sobre Educação Através da Lei Nº. 88 de 8 de Setembro de 1892

Iniciamos neste item a análise da Lei nº 88 de 8 de Setembro de 1892, que trata da Reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Embora a referida lei esteja fora do período delimitado pelo presente trabalho, a inserção da Lei nº 88, de 8 de Setembro de 1892, revela-se importante. A sua inserção se justifica pelo fato de que os debates verificados na imprensa e os interesses em disputa revelados nos mesmos, especialmente os interesses dos republicanos entre 1875 e 1889 sobre a questão educacional, somente se concretizaram de fato na política educacional anos mais tarde, justamente com a promulgação da Lei nº 88/1892. Com relação a referida Lei, é importante salientar o que diz REIS FILHO (1981:88):

(...) a Lei da Reforma da Instrução Pública é resultado das aspirações democráticas da época. O papel do professorado, de seus líderes, e o dos representantes da classe média urbana foram destacados ao longo de todo debate legislativo. O Senador Paulo Egídio faz referência explícita a essa união de esforços para se obter a melhor organização possível da instrução pública paulista.

Ainda segundo REIS FILHO (1981), a referida Lei só foi regulamentada por um decreto publicado em 30 de dezembro do mesmo ano (Decreto 144 B), sendo implementada somente em 1893. Outra Lei, a de número 169, foi publicada em 7 de agosto de 1893, sendo que esta última, inclusive, adita diversas disposições à Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892.

Tal determinação legal (Lei nº88/1892) é, de fato, a primeira manifestação concreta e assumida das propostas e dos interesses dos republicanos e, por conseguinte do Estado republicano, em relação aos negócios da Instrução Pública. REIS FILHO (1981) observa que:

(...) O legislativo, para atender as necessidades da reforma da instrução pública, elaborou a Lei de 8 de setembro de 1892 e o executivo reegulamenta-a pelo decreto de 30 de dezembro de 1892... (Idem, p. 94)

Verifica-se que muitos dos assuntos e das propostas defendidas pelos republicanos expressam-se neste texto legal, porém, o seu cumprimento por completo não foi efetivado por razões operacionais, econômicas e políticas.

Dessa forma, por exemplo, ocorreram dificuldades para o efetivo estabelecimento e cumprimento da obrigatoriedade do ensino. O não cumprimento dessa obrigatoriedade foi reclamada por diversas vezes e em várias oportunidades, entre os anos de 1875-1889.

Passa-se a efetuar, a seguir, uma apresentação comentada dos principais aspectos da Lei nº88, de 8 de Setembro de 1892.

De acordo com a referida Lei, em seu primeiro artigo, o ensino público no Estado de São Paulo seria dividido em: Ensino Primário; Ensino Secundário e Ensino Superior. O Ensino Primário estava dividido em dois cursos: a) Curso Preliminar - obrigatório para as crianças de ambos os sexos, entre a idade de sete aos doze anos; b) Curso Complementar - destinado àqueles alunos que se mostrassem habilitados e que tivessem os pré-requisitos contidos no curso preliminar.

Quanto à organização escolar, no seu parágrafo segundo, a Lei determinava que seria instalada uma escola preliminar em todas as localidades do Estado em que houvesse uma demanda entre 20 e 40 alunos; se a mesma fosse superior a quarenta e inferior a oitenta alunos haveriam duas escolas, e caso a demanda fosse superior a oitenta alunos, seriam criadas tantas escolas quanto fossem necessárias, na proporção máxima de quarenta alunos para cada escola.

Para a organização de salas, a Lei determinava ainda que se a demanda fosse inferior a vinte alunos seria criada uma escola mista e, sempre que as circunstâncias exigissem, seria criada uma escola ambulante. Todo lugar em que houvesse uma frequência provável de aproximadamente trinta alunos adultos, seria criada e instalada uma escola noturna, com um curso gratuito com as mesmas matérias do curso preliminar, excetuando-se os trabalhos manuais e os de ginástica e ensino, regidos por um professor público do lugar escolhido pelo governo. Além disso, todas as escolas com mais de trinta alunos teriam um professor e um adjunto.

O ensino nas escolas preliminares seria oferecido de acordo com as seguintes matérias: Moral Prática e Educação Cívica, Leitura e Princípios de Gramática, Escrita e Caligrafia; Noções de Geografia Geral e Cosmografia; Geografia do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo; História do Brasil e Leitura da vida dos grandes homens da História; Cálculo Aritmético sobre os Números Inferiores e Frações, Sistema Métrico Decimal, Noções de Geometria, especialmente nas suas aplicações à medição de superfícies e volumes; Noções de Ciências Físicas, Químicas e Naturais, nas suas mais simples aplicações, especialmente a Higiene; Desenho a mão livre, Canto e Leitura de Música, Exercícios Ginásticos, Manuais e Militares, apropriados a idade e ao sexo.

Um parágrafo único indica que, no regulamento a ser expedido para execução da lei, seria minuciosamente especificada em programas as matérias que constituirão o ensino e mesmo a sua distribuição, conforme o desenvolvimento intelectual dos alunos, de forma a se observar com rigor os princípios do método intuitivo.

Para uso e instrução do professor cada escola preliminar teria uma biblioteca escolar com manuais modernos e que tratassem das principais aplicações da Ciência, da Agricultura e da Indústria. Caberia ainda ao professor ampliar o estudo da Geometria

O governo investiria todos os anos a quantia de 500:000\$000 para a construção de edifícios para as escolas preliminares; dessa forma o governo daria preferência às cidades cujo governo municipal auxilie-o, quer em dinheiro, quer em terrenos e materiais.

As escolas complementares serão instaladas de preferência, nos municípios que se comprometam em fornecer prédios e terrenos apropriados às atividades escolares. Nos municípios, para cada dez escolas preliminares haverá uma escola complementar, já que para a matrícula, nesta última é indispensável aprovação no exame relativo às matérias do curso preliminar.

Nestas escolas complementares será ensinada as seguintes matérias:

- Educação Moral e Educação Cívica, Portugues e Frances; Noções de História, Geografia Universal, História E Geografia Do Brasil; Aritmética Elementar e Elementos de Álgebra até Equação do Segundo Grau; Geometria Plana e no Espaço; Noções de Trigonometria e de Mecânica, visando as suas aplicações de Máquinas; Astronomia Elementar (Cosmografia); Agrimensura; Noções de Física e Química Experimental e História Natural especialmente em suas aplicações mais importantes, a Indústria e a Agricultura; Noções de Higiene; Escrituração Mercantil; Noções de Economia Política, para os homens; Economia Doméstica, para as mulheres; Desenho a Mão Livre, Topográfico e Geométrico; Caligrafia; Exercícios Militares, Ginásticos e Manuais apropriados a classe e ao sexo.

O Governo, através de regulamento especial, determinará o número de professores e dos demais funcionários da direção e do ensino das escolas complementares de forma a

distribuir o oferecimento das matérias gradualmente e de acordo com o desenvolvimento intelectual dos alunos.

As escolas complementares também terão bibliotecas com material apropriado para ensino, como lousas e mapas. Aqueles que completarem os cursos complementares, estarão habilitados a assumirem o cargo de adjunto das escolas preliminares.

A RESPEITO DO ENSINO SECUNDÁRIO, CIENTÍFICO E LITERÁRIO

O Governo determinou a instalação de três ginásios sendo um deles instalado na capital. Eles ministrarão cursos com duração de seis anos, sendo os quatro primeiros comuns a todos os alunos (Básico), somente os dois últimos haverá a divisão e a opção por curso científico e curso literário, porém, haverá cursos comuns a ambos.

O Ensino Comum (Básico), compreenderá o ensino das seguintes matérias:

- Educação Moral e Educação Cívica; Portugues, Frances, Ingles ou Alemão; Noções de Grego; História e Geografia; Cosmografia; Aritmética Elementar e Álgebra, Equações do Segundo Grau, Geometria Plana e no espaço; Noções de Mecânica; Física e Química Experimental; História Natural; Escrituração Mercantil; Economia Política, Desenho, Caligrafia, Exercícios Ginásticos e Militares.

Matérias do curso científico:

- Revisão e complemento da Aritmética e Álgebra; Estudos das curvas usuais; Trigonometria Retilínea; Mecânica Elementar; Astronomia Elementar; Agrimensura; estudo complementar de Física, Química e História Natural.

Matérias do curso literário:

- Filosofia; Latim; Grego; Literatura Portuguesa, Francesa e Inglesa e Alemã e História da Civilização.

Nestes ginásios haveriam a instalação de laboratórios, biblioteca e matérias necessárias para o ensino. A admissão de alunos nestes colégios, a divisão de matérias por ano e tudo mais eram regidas por regulamento especial do Governo e de acordo com a capacidade intelectual dos alunos, o grau de aprendizado, assim como o número de professores e demais funcionários necessários à execução do ensino e da administração e a todos os pormenores relativos ao bom andamento das atividades escolares.

Haverá o pagamento de uma taxa anual de matrícula, no valor de 50\$000, assim como um número de vagas gratuitas igual a um décimo do total de alunos do ginásio destinado aos meninos pobres, inteligentes e laboriosos que mediante concurso após aprovados e capacitados a se matricularem e a cursarem esses ginásios.

Com relação aos professores eles terão os mesmos direitos dos demais membros do magistério.

DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação dos professores que ministrariam aulas nos cursos preliminares e complementares, seriam instaladas quatro escolas normais primárias (com cursos compreendidos em três anos) e, para formar os professores destas e do ginásio haveria a criação de um curso superior anexo à escola normal da capital.

Eram ministradas algumas matérias como Educação Moral, Educação Cívica, Psicologia, Pedagogia, Direção de Escolas; Português, Francês, Inglês; História, Geografia, Matemáticas Elementares, Astronomia Elementar; Generalidades sobre Anatomia E Fisiologia; Desenho e Caligrafia, Exercícios Ginásticos, além de um laboratório, bibliotecas bem como material necessário para ensino, já que os alunos permaneceriam o dia todo na escola.

A matrícula nas escolas normais primárias se faziam através de concurso (de acordo com regulamento especial do governo), sendo a classificação por merecimento. Somente poderiam se inscrever os alunos com dezesseis anos de idade.

Os professores das escolas normais formulavam um programa de ensino detalhado para ser apresentado à direção e, posteriormente, ser publicado e distribuído aos alunos. O Governo regulamentava e controlava todos os assuntos relativos às escolas normais, desde o número de professores e de funcionários até em relação aos seus vencimentos, por meio de um regulamento único.

Os alunos aprovados no 2º ano , seriam diplomados professores de escolas preliminares, assim com a adjunto as escolas complementares, já os alunos aprovados no terceiro ano, eram diplomados professores de escolas complementares.

Foi determinado ainda, que excetuando os atuais lentes efetivos da escola normal da capital, toda vez que as cadeiras ficassem vagas, haveria a necessidade de concurso para provê-las.

DOS PROFESSORES

Nenhuma nomeação se faria sem concurso, incluindo aqueles não diplomados que tenham exercido pelo menos cinco anos de magistério; neste último caso, haverá uma prova teórica e uma prova prática.

O professor só será removido a pedido, assim, os professores públicos estaduais são classificados de adjuntos primários, professores primários, adjuntos de escolas complementares, professores de escolas complementares, professores de escolas normais primárias, professores do curso superior da escola normal e como professores de ginásios.

DA DIREÇÃO DO SERVIÇO

O diretor supremo é o Presidente do Estado, cuja inspeção cabe aos seus auxiliares como é o caso do Conselho Superior (chefiado por um diretor geral auxiliado por mais seis membros representantes de diretores, professores e delegados de distrito), e dos Inspectores de distritos.

O Diretor Geral será o intermediário entre o Governo e o Conselho Superior, tendo ainda entre outras atribuições publicar uma revista anual que evidencie os progressos do ensino, presidir concursos, apresentar um relatório anualmente ao Secretário do Interior contendo dados sobre o ensino, orçar despesas com a instrução pública, Propor ao Secretário do Interior reformas que se façam necessárias, resolver assuntos referentes ao plano de construções de obras, analisar os relatórios dos inspetores de distrito.

Os Inspectores de Distrito são responsáveis por visitar freqüentemente às escolas do distrito, elaborar e remeter relatórios ao Conselho Superior, efetuar junto com os municípios os recenseamentos escolares, exercer atribuições nos Conselhos Municipais.

DA FISCALIZAÇÃO DO ENSINO

Para efeito de fiscalização do ensino o Estado de São Paulo foi dividido em trinta distritos escolares, a estes são nomeados Inspectores de Distritos, pelo Governo, com mandato de três anos, mediante indicação do Conselho Superior. Este cargo exige como pré-requisito o mínimo de cinco anos de exercício do magistério.

É importante destacar que o Conselho Superior dirigirá uma seção de estatística e de um arquivo escolar.

DO RECENSEAMENTO

Versará sobre o número de alunos matriculados, freqüência mensal, número dos alunos abaixo da idade escolar os maiores de quatorze anos de idade, número de escolas particulares e de alunos matriculados nas escolas particulares, matriculados nas mesmas e as suas respectivas idades.

A Estatística Escolar deve conter estes dados mais a Estatística do pessoal de Ensino, cabendo ao Conselho Superior determinar a organização do Quadro Estatístico que constará dados das escolas públicas e das particulares, através das municipalidades.

DA OBRIGATORIEDADE DE FREQUENTAR AS ESCOLAS

Os presidentes das câmaras municipais eram obrigados a publicar através da imprensa, com antecedência de 15 dias, , a data da abertura das aulas nas escolas públicas, e trinta dias depois, os pais que não tivessem feito, a inscrição de seus filhos, seriam comunicados ex-officio da efetivação da matrícula de seus respectivos filhos.

Dizia-se ainda que caso as crianças faltassem às aulas por mais de 15 dias, os pais receberiam um multa. Estavam isentos dessa matrícula nas escolas públicas, aqueles alunos que frequentavam escolas particulares (embora, fossem obrigados a fazer um exame nas escolas públicas), e as crianças que residissem mais de 1 Km, no caso das meninas e mais de 2 Km, no caso dos meninos. Os patrões eram obrigados a dispensarem as crianças, para que estas pudessem estudarem, sob pena de multa do não cumprimento deste item.

A incapacidade física e intelectual, desde de que atestada pela municipalidade, também desobrigaria o aluno a estudar.

A todos aqueles que infligissem a lei de obrigatoriedade da instrução preliminar seria multada em 10\$000, duplicada em caso de reincidência.

DAS DESPESAS COM A INSTRUÇÃO

Havia uma tabela de vencimento dos professores, que recebiam seu pagamento nas coletorias do Estado, e tinham um “plano de carreira”, onde após 10 anos de carreira ele

receberão acréscimo de $\frac{1}{4}$ sob seu vencimentos, aos 15 anos de serviço receberia um acréscimo de $\frac{1}{3}$ e ao fim de 25 anos um acréscimo de mais 50% de seu salário.

Os livros e os materiais escolares adotados eram fornecidos gratuitamente, assim como cadernos, lápis, mapas e demais objetos de uso escolar.

DAS CAIXAS ECONÔMICAS ESCOLARES

Nas escolas preliminares, as complementares e as normais haverá uma secção especial denominada Secção das Caixas Escolares, responsável em receber de cada aluno uma quantia de no mínimo 100 réis e posteriormente serem depositadas em caixas econômicas (bancos-poupança) especificadas as quantias e os nomes dos contribuintes, controladas por cartão que era entregue na caixa (banco) quando a soma de seus depósitos atingissem 1\$000 momento em era aberta uma caderneta (poupança) em nome do aluno depositante, regidas pela legislação atual, até que saia a legislação do Estado, relativa às caixas econômicas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEI

Todo estabelecimento de ensino oficial, ficava sujeito a fiscalização do Estado; o Governo poderá impor junto com a lei penas disciplinares que lhe forem convenientes; nos lugares onde não for possível a instalação das escolas preliminares, serão mantidas as escolas provisórias, sob a aprovação do Presidente Estado, nelas se observará o seguinte programa de disciplinas: Leitura, Princípios de Cálculo, Escrita, Geografia Geral e do Brasil, Princípios Básicos da Constituição do Brasil e da Província; será distribuído aos alunos cadernos

impressos apropriados a observação gradual e metódica das dificuldades de escrita a serem superadas; os professores públicos receberão seus vencimentos de acordo com a tabela publicada na presente lei.

Sendo Presidente da Província: Bernardino de Campos, Vice-Presidente: Vicente de Carvalho Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior: João de Souza Amaral Gurgel.

TABELA DE VENCIMENTOS DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS NORMAIS E DAS ESCOLAS COMPLEMENTARES¹⁵

Professores do curso superior da escola normal da capital	8:000\$000
Professores das escolas normais primárias	6:000\$000
Professores de ginásios	6:000\$000
Professores das escolas complementares	4:800\$000
Gratificação aos diretores das escolas complementares (sendo professores)	1:200\$000

Verifica-se aqui nesta breve apresentação dos principais aspectos da lei, que ela representou e instituiu, os anseios e as aspirações dos republicanos em relação pública e que foram expressos em lei pela primeira vez em 1892.

Essas aspirações povoaram os debates verificados entre os anos de 1875 e 1889, assim como os assuntos, os diagnósticos e as propostas de soluções para a problemática da instrução pública expressas à época dos debates sobre a educação na imprensa (jornal “A Província de São Paulo”) entre os anos de 1875 e 1889.

Dai a justificativa em inserir este dado, apesar de não pertencer, do ponto de vista da sua decretação, dentro do período compreendido entre 1875 e 1889, mas cuja determinações e

o próprio documento , nada mais é do que a expressão dos debates sobre a educação na imprensa, feita pelos republicanos , com relação a educação e, ao mesmo tempo uma tentativa de responder e atender a necessidade de reforma da instrução pública, por parte do legislativo, e que foi regulamentada pelo executivo..

¹⁵ Lei n º88 - SECRETARIA DO INTERIOR - Lei de 8 de Setembro de 1892 - Reforma a Instrução Pública do Estado, In: COLLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO DE 1892, TOMO II, 1940. Pág. 58 - 72. A tabela de vencimentos encontra-se na página 71.

CAPÍTULO III

O DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO NO JORNAL “A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO” ENTRE 1875 - 1889

3.1. As origens históricas dos debates sobre a educação

A análise das matérias e artigos do jornal “A Província de São Paulo”, entre 1875-1889, possibilitam afirmar que a defesa da educação pública constitui aspecto muito importante da propaganda republicana. Como é sabido, em se tratando da questão da instrução, sua história em nosso país remonta aos idos de 1549, com a ação dos jesuítas, no interior de um movimento mais amplo de propagação da fé católica, e que, na realidade, serviu como instrumento de aculturação das populações indígenas aos padrões sociais, culturais e econômicos europeus.

Especificamente sobre o tema instrução pública, os primeiros debates ocorridos no Brasil deram-se no interior da Assembléia Constituinte de 1823. Nestes, porém, a questão do ensino elementar sequer foi motivo de menção, já que a tônica foi o ensino superior. De modo geral, ao longo do Império os debates sobre a instrução tiveram como característica principal o não comprometimento com o alargamento de oportunidades de acesso e de permanência da maior parte da população no ensino elementar. Tal característica em muito refletia a estrutura social existente e contribuía para que a divisão de classes e as desigualdades econômicas e sociais se mantivessem. Os estudos sobre o período do Império, ademais, revelam o total abandono da instrução pública elementar:

(...) Relatórios de ministros e de inspetores de instrução, durante todo o Período Imperial, dão um testemunho oficial do abandono total da instrução pública elementar do estado. (XAVIER, 1994 : p. 62).

No órgão de imprensa estudado, as críticas em relação às condições do ensino elementar apontam os altos índices de analfabetismo, a existência de poucas escolas e um número insuficiente de vagas oferecidas. De maneira geral, analisando-se as matérias e artigos publicados no Jornal “A Província de São Paulo” no período delimitado, pode-se constatar que tratavam: do estabelecimento e do cumprimento da legislação que tornava o ensino obrigatório na Província de São Paulo; do descrédito na ação do Governo Monárquico para espalhar a instrução pública; do oferecimento do ensino obrigatório e gratuito; do baixo salário recebido pelos professores; da impossibilidade dos pobres educarem seus filhos; da má e precária

instrução pública oferecida na Província de São Paulo; de que o Governo Monárquico não fazia boas reformas na instrução do povo, entre outros de menor abrangência.

De modo geral, pode-se afirmar que os debates sobre a educação ganharam mais força a partir de 1870, com a organização do Partido Republicano Paulista (PRP) e com a fase de Propaganda Republicana em defesa das idéias a favor da implantação desse regime de governo em nosso país. Esse partido apresentava-se como centro catalisador dos descontentamentos existentes, propugnando a implantação de uma sociedade justa, coesa, democrática e igualitária, aspectos entendidos como necessários e fundamentais para o estabelecimento da grande nação brasileira, conforme pode-se constatar no “Quadro 1” que encontra-se ao final do presente capítulo.

Nas páginas do jornal “A Província de São Paulo” é que eram veiculadas as críticas ao regime monárquico e apresentadas as propostas e as reformas defendidas pelos republicanos. Com relação à instrução, são elucidativos os textos transcritos no “Quadro 2”, ao final deste capítulo; a citação de duas matérias retiradas desse quadro exemplificam a lamúria que era feita à época quanto ao atraso da instrução pública e à situação dos docentes.

(...) Não é a falta de professores que devemos atribuir o atraso da instrucção popular no Brasil.

Pode-se dizer que os há em demasia, especialmente nesta província.

(...) Não nos seria difficultosa tarefa indicar logares da provincia onde isto se passa.

Resultado desta practica prejudicial é o ser mal applicada, mal gasta, a limitadissima verba de que dispomos para o ensino do povo. (“A Província de São Paulo, 30/12/1878).

A este respeito, as considerações de ZIMMERMANN são suficientemente explicativas quanto aos objetivos que tinham os republicanos ao proporem a reforma da instrução pública: queriam a implantação de um ensino livre, calcado nas ciências positivas e voltados à profissionalização dos educandos:

(...) O mais significativo sobre o debate da instrução pública era o fim que pretendiam chegar com ele. Os republicanos defendiam a idéia do ensino livre e mais científico - baseado nas ciências positivas - e voltada para a profissionalização. (ZIMMERMANN, 1986 : p. 94 - 95)

Para a divulgação das idéias e propostas republicanas é que criado o jornal “A Província de São Paulo”, um órgão de imprensa fundado, dirigido e mantido por republicanos, no intuito de divulgar idéias, propósitos e atividades deste segmento político. Era através deste instrumento que eles faziam a crítica ao regime monárquico, bem como a divulgação de suas propostas. Os debates levados por este órgão de imprensa, tiveram ampla penetração em nível nacional, notadamente junto a população letrada e que desempenhava o papel de formadora da opinião pública (a imprensa escrita não tinha como cumprir diretamente com um tal papel, pois a maioria da população brasileira era analfabeta).

Além desse órgão de imprensa, as teses propagadas pelos republicanos eram difundidas por meio de vários núcleos espalhados pelas províncias: Clubes Republicanos, Câmaras Provinciais, etc. Esses núcleos tinham por objetivo promover, por todos os cantos do país, uma verdadeira agitação em torno de suas teses, de modo a angariar o maior número possível de adeptos. Entre essas várias organizações, o PRP se destacava como um núcleo bem estruturado, organizado e ativo dentre os existentes nas várias províncias¹⁶.

¹⁶ Sobre o assunto ver as considerações feitas por ZIMMERMANN (1986 : 43-73).

3.2. Os principais personagens dos debates e os assuntos tratados

Os debates sobre a educação na imprensa tinham como atores principais os republicanos: A . R. de Loyola, Olympio Catão, Abílio César Borges, Alberto Salles, Cesário Lange, Senador Junqueira, José Leão, J. A . Comenius e Francisco Rangel Pestana, grande propagandista da República e principal redator do capítulo referente à “Instrução Pública” do Programa da Propaganda Republicana.

Rangel Pestana, por exemplo, escrevia com frequência no “A Província...”, sendo seus escritos muito reveladores da forma e do conteúdo das críticas dos republicados à instrução pública gerida pela monarquia, bem como das propostas que estes tinham para a educação. A transcrição de algumas das matérias assinadas por Rangel Pestana e publicadas entre 1882 e 1886 constituem, por si mesmas, exemplos disso:

(...) Não há quem ignore e deixe de afirmar que a instrucção publica n'esta provincia não corresponde ao seu desenvolvimento material, aos commetimentos da iniciativa particular no tocante ás industrias, principalmente as de viação.

Disse-o ainda hontem no salão da “Propagadora” o sr. conselheiro Leoncio, que pintou ao vivo o quadro sombrio do ensino primario e o não menos desanimador do secundario. (Editorial do “A Provincia de São Paulo”, de 06/08/1882)

(...) Pelo muito que se fala hoje da instrucção devia-se esperar que o governo cuidasse sériamente d'esse elemento

importantissimo na formação do character nacional e no desenvolvimento das forças de um povo para grandes commetimentos na sciencia, na industria, nas artes e na politica. Infelizmente há mais palavras que acções, mais illusões que realidade, mais jogo de interesses pessoaes que justiça nos actos dos administradores. É isto o que estamos vendo.

O sr. Conselheiro Soares Brandão, por exemplo, não toma a sério o serviço da instrucção publica em nossa provincia. (Idem, de 21/09/1882)

(...) Há, seguramente, oito dias que o projecto da reforma da Instrucção Publica da provincia corre impresso e já com o parecer da respectiva commissão, cujo relator foi tambem um dos membros da commissão encarregada de organizar o plano que constituiu o projecto offerecido á assembléa.

São poucos os pontos que podem levantar mais largo debate, os quaes, na 1ª discussão, se elucidarão. (Idem, 24/02/1883)

(...) Deve ter cahido sob as vistas dos srs. deputados o relatorio do inspector da instrucção, e, apesar de deficiente como esse mesmo funcionario confessa, é um documento que fornece dados para julgarmos as condições da instrucção primaria na provincia.

É força confessar que grande parte dos males que affectam a instituição das escolas publicas de ensino primario, provêm da politica na sua manifestação de character pessoal, procurando na influencia do favoretismo os meios de acção e triumpho.

Nenhuma reforma, portanto, será proficua, se não procurar vencer energicamente essa influencia.

Isso que ahi está e não honra a provincia de S. Paulo, é producto dos srs deputados, os de hoje e de hontem.

Basta olhar para os mappas para se reconhecer quanto os legisladores provinciaes têm compromettido o bom andamento da instrucção primaria. (Idem, 11/03/1885)

... A bancada republicana vae offerecer emendas á reforma do sr. dr. Almeida Couto, apresentada á Assembléa como projecto para discussão.

Em varios pontos as emendas alteram novamente aquelle trabalho que não sahiu completo da commissão especial que teve de terminar as suas reuniões ao aproximar-se o praso de encerramento da assembléa.

O principio dominante nas emendas é o da descentralização, guardada, porem, a unidade da direcção do ensino. (Idem, 30/03/1886)

É transparente que o alvo principal de tais artigos e matérias era mostrar a precariedade a que estava submetida a instrução pública sob o Governo Monárquico e, ao mesmo tempo, demonstrar que para os republicados a educação era tema da mais absoluta importância, sendo necessária e urgente a implantação de um moderno sistema de instrução pública sob os moldes pressupostos pelos republicanos e que estivesse voltado para o atendimento das necessidades educacionais da maioria da população brasileira. Os artigos escritos por Rangel Pestana tratavam de vários assuntos, no interior dos quais sempre que possível buscava apontar o estado em que se encontravam as escolas públicas, como por exemplo: a quantidade insuficiente de verbas públicas gastas com a instrução; a inadequação da legislação existente sobre a instrução pública; a necessidade urgente de reforma educacional e sob quais bases deveriam ser encaminhadas essa reforma.

Com base no conjunto das publicações trabalhadas, pode-se afirmar que os republicanos, cada vez mais, fomentaram o debate sobre a educação, a ponto deste tema constituir-se numa grande aspiração nacional da época, tanto de indivíduos, como de instituições e, por fim, do próprio Estado.

Os discursos republicanos pretendiam ter um caráter popular e democrático, denotando o claro objetivo de angariar adeptos. O próprio programa do PRP fazia a defesa de alguns aspectos e teses que evidenciavam a preocupação em relação a instrução e, dentre eles, a defesa da idéia de que caberia ao Estado dar garantias de oferecimento de instrução pública gratuita de qualidade e em quantidade que atendessem a demanda de toda a população.

Preocupavam-se com a expansão de escolas primárias de bom nível, de forma que propiciasse aos seus freqüentadores, uma continuidade dos estudos em níveis mais elevados; a questão da centralização e da descentralização do ensino, assim como da instância administrativa que deveria legislar e regulamentar os seus diferentes níveis. Tratavam, também, dos recursos que deveriam ser destinados a cada nível de ensino; da expansão deste ou daquele ramo de ensino; da deficiente formação de professores e, conseqüentemente, dos inadequados procedimentos didático-pedagógicos; da insuficiência de escolas que atendessem a demanda existente; do estado precário das instalações escolares e da inadequada localização destas que, na maioria das vezes, eram distantes das casas dos alunos que as freqüentavam, daí a baixa freqüência; do analfabetismo que acometia a maior parte da população e da necessidade de expansão e ampliação da rede escolar, notadamente a elementar.

Seguindo cronologicamente os artigos e matérias da imprensa constata-se que foi da indicação desse rosário de problemas, bem como das alternativas apontadas pelos republicanos, que se forjaram as reformas educacionais, quase todas direcionadas no sentido de superar as dificuldades e os problemas existentes e visando que se estabelecesse, de fato, um sistema educacional público e gratuito. Como é sabido, estas tentativas foram feitas em vários Estados, ao longo da Primeira República, notadamente entre os anos de 1890-1892 e, posteriormente, na década dos anos vinte.

3.3. Assuntos e questões em debate

Neste item será feita uma breve descrição, com base nos Quadros 1 e 2 incluídos ao fim deste capítulo e sem maiores pretensões analíticas, dos principais assuntos que estavam sendo objeto de debates, críticas, discursos e questionamentos, inventariados sobre o ensino entre os anos de 1875 - 1889.

No interior desse debate, alguns assuntos aparecem com maior frequência nos exemplares do Jornal “A Província de São Paulo” e claramente demarcam as propostas dos republicados com o fim de organizar o sistema nacional de educação e a instalação, de fato, de uma política nacional de educação. Dentre esses assuntos, destacam-se os seguintes¹⁷: 1) o direito à educação; 2) a obrigação do Estado no tocante a educação; 3) a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário; 4) a liberdade de atuação da iniciativa particular no ensino.

3.3.1. O direito de todos os cidadãos à educação

A Constituição de 1824 garantia instrução primária a todos os cidadãos. Em decorrência desse preceito constitucional, através de um Decreto de 1827, foi proposta a criação de escolas primárias em todo o país. Como se sabe, esse direito constitucional e essa

¹⁷ A este respeito, ver ANTUNHA, Heládio C. , “A Instrução Pública no Estado de São Paulo” : USP, 1976. 297p.

proposta não foram cumpridas. A situação educacional da população brasileira, em meados da década de 1870, era alarmante, com mais de oito milhões de analfabetos.

(...) É assustador, embora se possa afirmar que alguns paizes não estão em melhores circumstancias.

Entre o analphabeto e o irracional a diferença não é de monte.

Talvez nem seja erro dizer que o analphabeto é justamente o mais nocivo dos irracionaes." Esse desolador e gravissimo facto é a explicação primeira e mais radical de nossas miserias nacionaes.

Somos um povo de analphabetos!. (Editorial de "A Província de São Paulo", de 10/08/1876)

Com uma população total de 10 milhões de habitantes, o Brasil de 1875 possuía oficialmente 85 % de analfabetos (apenas 15 % de supostos alfabetizados, portanto). Tomando-se a Província de São Paulo como a mais desenvolvida desse período de transição do Império para a República, em decorrência da economia agro-exportadora cafeeira, o quadro educacional de sua população não sofria praticamente nenhuma alteração em relação ao da Nação, conforme os dados publicados em Editoriais do início de 1876 que apresentam inclusive outros detalhes (tais como as despesas do Governo Provincial com a instrução; a população escolar matriculada; a quantidade de escolas e sua relação com as despesas efetuadas e com a quantidade de matriculados, etc.). Dois editoriais do início de 1876, publicados a título de retrospectiva do ano anterior, traçam esse quadro:

(...) A população livre da provincia, calculada pelo recenseamento ultimo, mal chega a setescentas mil almas.

(...) Pelos dados recenseamento, da população livre inscripta dão-se como sabendo ler e escrever sómente 141 mil pessoas entre homens e mulheres.

Desconte-se a natural exageração dos que inscreveram-se com a afirmação do que elles chamam saber ler e escrever; attenda-se a serem as classes mais ignorantes e menos civilizadas justamente as que em maior escala esquivaram-se ao recenseamento, e ver-se-há que sem hesitação pôde-se afirmar – que da nossa população livre mais de sete oitavos são de analphabetos!

O recenseamento ainda offerece as seguintes minucias com referencia á provincia, que convém não esquecer:

A população escolar inscripta de 6 a 15 annos é de 168,799, sendo mais ou menos a metade do sexo masculino e a outra metade do feminino; desse, frequentam escolas 15,039 meninos e 8,544 meninas, e não as frequentam 71,271 meninos e 73,915 meninas.

(...) pôde-se dizer qua na população escolar de 6 a 15 annos apenas um oitavo frequenta escolas contra sete oitavos que ficam na triste condição de analphabetos!

Há na provincia uma lei que estatue o ensino primario obrigatorio; o governo chega officialmente aos resultados que acima indicamos sobre a população escolar, e entretanto o proprio governo não mostra perceber a demonstrada desidia do não cumprimento da lei!”.

(...) Para esta instrucção primaria, exclusivamente, o orçamento provincial d 74 – 75 auctorizou a despeza de 397:979\$330.

O orçamento actual de 75 – 76 elevou a verba a 404:355\$990..

Isto, só com as chamadas escolas publicas primarias e respectiva repartição superior do inspector geral.

(...) Se ainda é pouco, é pelo menos muito mais do que votava-se para essa importante despeza há alguns anos.

O que há, isso sim, é que tal verba é com certeza mui pouco aproveitada, como teremos occasião de verificar .

Proseguiremos. (Editorial, de 06/01/1876, publicado sob o título “Retrospecto de 1875 - II - A Instrução Pública”)

(...) Fiquemos por enquanto n'esses dados, e vejamos o que elles nos dizem.

Quatrocentos e quatro contos e tanto para ensinar onze mil creanças.

É muito ou é pouco?

Uma e outra coisa: muito e pouco.

Ezplica-se facilmente o enigma:

Quatrocentos e tantos contos para ensinar primeiras lettras a onze mil meninos é uma exorbitancia; essa quantia porém para custear 508 escólas é miserave ninharia.

O mal d'essa desharmenta, que torna a verba do orçamento ao mesmo tempo excessiva excessiva e insignificante, está em não ser o numero de escolas proporcional ao dos alumnos.

Em 508 escólas, a 50 alumnos para cada uma, ensinava-se 25,400.

Se a população escolar estivera regularmente condensada n'essa proporção de 50 meninos para uma escola, os 11. 000 alumnos das matriculas officiaes podiam receber instrucção em 220 escólas, e para esse numero de escólas os quatrocentos contos do orçamento já seriam uma verba regular nas nossas actuaes circumstancias."

(...) o que quer dizer que não é possivel pensar em diminuir o numero de escólas, é força reconhecer como facto irrecusavel que a verba do orçamento é insignificantissima.

(...) Se a quantia ora votada é insignificante, como de facto é, dupliquemol-a, quadruplicuemol-a Em vez de quinhentos contos, seja embora isso o quinto da renda provincial, votemos para essa despeza mil contos, dous mil contos.

A questão não é gastar; a questão é gastar com proveito.
(Editorial, de 11/01/1876)

Numa sequência a esses Editoriais, em vista dos dados apresentados quanto a situação educacional da população, a propaganda republicana buscou analisar as causas do descaso para

com a instrução pública, responsabilizando diretamente a Coroa, bem como seu representante na Província, pelo quadro apresentado. Tome-se como exemplo o publicado em 19/01/1876:

O Brazil, n'esse ponto como em tantos outros, ainda esta sob o pesado influxo de velhas doutrinas e mesquinhos habitos.

Nossa instrucção, em qualquer de seus grãos, é na sua feição normal e generica perfeitamente falsa, vasia, estreita e tacanha..

(...) O ensino, a instrucção, é antes de tudo questão profundamente social e politica.. (Editorial, de 19/01/1876).

Para alterar um tal quadro, o receituário republicano indicava o caminho das reformas, através do Poder Legislativo, tema tratado inúmeras vezes ao longo do período estudado. A este respeito, veja-se por exemplo o editorial publicado logo após a apresentação das estatísticas de 1875:

(...) A reforma da instrucção publica é sem duvida uma das que intimidam a assembléa.

Entretanto ella é urgente.

Á instrucção do povo deve merecer especial attenção dos corpos legislativos, mesmo porque o deputado conscienciosos e independente nos periodos eleitoraes tem occasião de conhecer de que valor é a instrucção concedida geralmente ao votante e ao eleitor. Um povo bem educado é uma garantia para aquelles que sabem lutar pela liberdade e pela ordem.

O systema de ensino publico é mau entre nos. Aqui mesmo na capital as aulas funcçionam em salas acanhadissimas, sem nenhuma das condições hygiênicas, e impropria para o fim a que são destinadas. (Editorial, de 11/03/1876)

Embora reivindicassem reformas no sistema educacional, os artigos publicados posteriormente revelam que os projetos de reforma encaminhados não correspondiam, por sua vez, às necessidades da população, mas a interesses políticos.

(...) Como sempre, em regra, taes projetos não correspondem as necessidades locaes, são exigências de políticos, afim de accommodarem mais pretendentes, ou arranjos de proprietários que têm casas para alugar, ou lembrança de um commodista que quer ter escola como farta para seus dous ou três filhos.

Com o fim de cohibir os abusos tantas vezes verificados na execução das leis que estabelecem novas escolas, a reforma de instrução exigiu que os projetos fossem acompanhados de informações precisas para se reconhecer a sua utilidade e a justificabilidade do pedido. (Por Amor a Instrução. In: A Província de São Paulo, 01/02/1889, p.1) .

Com relação ao princípio republicano de defesa do direito de todos os cidadãos à educação, ANTUNHA afirma que ela veio a aparecer pela primeira vez, efetivamente, muito depois de implantada a República:

(...) Este princípio aparece pela primeira vez na Constituição de 1934 que, em seu artigo 149, declara que “a educação é direito de todos” (ANTUNHA, 1976)

Conclui-se, portanto, que entre os anos de 1875 a 1889, este princípio difundido com tanta importância pela propaganda republicana e no interior do movimento republicano, não se consagrou. Isto é, com o advento do regime republicano, o quadro educacional do país pouco foi alterado: o ensino elementar se limitava à tarefa de ensinar as noções básicas de leitura e escrita; eram poucas as escolas que haviam sido instaladas e, mesmo assim, estas funcionavam

em condições precárias e inadequadas, tanto no que diz respeito as instalações oferecidas, como ao trabalho desenvolvido nas mesmas.

Apesar dos estudos demonstrarem o desinteresse do governo republicano pela educação, a mensagem presidencial encaminhada ao Congresso Nacional, em 1891, afirmava que o Governo Provisório havia tomado as medidas necessárias para organizar o ensino sob novas bases

Anteriormente ao atual regime, a constituição do ensino público se fizera sem espírito sistemático e sob acanhados moldes.

Dado o advento da república, forma de governo em que a difusão do ensino se impõe com o caráter de suprema necessidade, cuidou o Governo Provisório de organizá-lo sob novas bases, por modo completo, e harmônico, desde a escola primária até os institutos superiores, proporcionando aos estudos a orientação que o espírito moderno e as condições de nossa existência política imperiosamente exigiam. (In: A Educação nas mensagens presidenciais. 1890-1986. Brasília : INEP, 1987. 2 v. anexos. p.15-16).

3.3.2. A Instrução Pública como dever do Estado

A aspiração em prol da constituição da instrução pública, da educação enquanto um dever do Estado é marcante no período em estudo, como se pode observar na citação abaixo, extraída do Jornal “A Província de São Paulo”

(...) A instrucção publica é actualmente o thema favorito de todos aquelles que procuram afagar a popularidade de muitos

que desejam recommendar-se ao distribuidor das graças, pois que também a educação do povo tornou-se base para lançamento do imposto a vaidade.

Instruir o povo! eis a propaganda official que encontramos a cada passo prégada pelos homens do governo (28.10.1875)

Outro artigo do jornal, denominado “Reforma do Ensino”, mostra que a educação era tema de constante debate, movido pelos mais variados interesses

(...) De certo tempo para cá a instrucção publica tornou-se o thema predilecto de todos aquelles que procuram recommendar-se ao povo ou ao rei. O que devia ser acto voluntario, reflectido e patriotico, passou em muitos casos a ser a resultante da exploração da vaidade em virtude das graças promettidas pelo poder áquelles que auxiliassem o ensino publico.

Como quer que seja, porém, a instrucção publica é assumpto que parece merecer os cuidados do governo; a attenção de cidadãos ricos e de muitos sinceramente amantes do paiz cujo futuro deve ser mais ou menos brilhante, conforme os esforços empregados hoje para a elevação e alargamento da instrucção primaria, secundaria e superior. (13.06.1878)

A propósito, CALMON (1937. p. 310), afirma que: “Durante todo o periodo do Império a discussão em torno das escolas públicas foi o tema preferido das discussões e reformas políticas” explicando a razão de tamanho interesse por esta temática “pois não podia-se imaginar um regime representativo sem educação do povo”.

Esta apreciação feita pelo jornal não se tratava apenas de rivalidade política por parte dos republicanos para com a monarquia, como se pode notar pela conclusão a que chegaram estudiosos da educação no período. Fernando de Azevedo, por exemplo, afirma que: “Em

oposição à situação de abandono público pelo Estado do sistema educacional, a iniciativa particular atingiu entre 1860 e 1890 no setor das escolas secundárias um primeiro auge”.

(AZEVEDO: 1964, p. 590)

Em editorial escrito por Rangel Pestana, em 21.09.1882, encontramos novamente referências quanto a ideia do Governo assumir a responsabilidade para com a educação pública.

(...) Pelo muito que se fala hoje da instrução devia-se esperar que o governo cuidasse seriamente d'esse elemento importantissimo na formação do caracter nacional e no desenvolvimento das forças de um povo para grandes commetimentos na sciencia, na industria, nas artes e na politica. Infelizmente há mais palavras que acções, mais illusões que realidade, mais jogo de interesses pessoaes que justiça nos actos dos administradores. É isto o que estamos vendo.

O sr. Conselheiro Soares Brandão, por exemplo, não toma a sério o serviço da instrução publica em nossa provincia.

Nota-se também no conjunto das matérias do jornal, revelações e críticas quanto ao uso indevido da educação pelos ocupantes de postos públicos, como no Editorial “A Reforma da Instrução Pública”

(...) O governo continúa a manter o espirito partidário no serviço da instrução publica e para isso lança mão dos seus cabalistas para presidentes dos conselhos municipaes.

Tudo revela a intenção do governo provincial: os partidos monarchicos não tratam de educar cidadãos, fazem dos mestres instrumentos e dos alumnos machinas.

A preocupação dos reformadores da instrução é augmentar o numero dos seus partidarios e antes de nomear um cidadão para os cargos do ensino publico ou da administração que lhe é referente, a primeira cousa que se procura saber é se elle vota com a União (04/09/1887)

A desorganização e a falta de efetividade na ação política educacional era bastante perceptível, pois o jogo de interesses prevalecia. Este aspecto pode ser referenciado com o seguinte comentário publicado no “A Província de São Paulo”:

(...) Assim como vão as cousas no tocante a instrução pública, dentro de pouco tempo só haverá uma providência útil a tomar: reduzir a verba para a despesa com o ensino enquanto legislam accumulando escolas impossíveis, inúteis, sem mestres ou sem frequência. Virão depois os projetos reformando a nova lei de instrução pública.

Cada deputado da maioria trará uma idéa luminosa e a reforma que não presta, que esta sendo mau executada, torna-se a peor; será agitada francamente cos fins partidários.

É preciso dizer a verdade: o partido conservador pouco se preocupa com a boa instrução popular; o que elle quer é apparêntar interesse em instruir o povo, mas na realidade o que pretende é arranjar os seus parciaes, fazer clientela a custo do cofre provincial.

A influência do partido conservador sobre o ensino tem sido maléfica.. Pode-se dizer que lhe há trazido o achatamento intellectual da província. (Por Amor à Instrução. In: A Província de São Paulo, São Paulo, 1/02/1889. Editorial. p.1).

Apesar de ser uma crítica dirigida ao “partido conservador”, a citação acima indica uma situação freqüentemente mascarada pelo Estado. As reformas e as leis referentes as questões educacionais são caracterizadas pela sucessão de medidas e ações que, na sua maioria, nada trouxeram de benefícios e respostas adequadas às necessidades de oferecimento de ensino e instalação de escolas com infra-estrutura adequadas as atividades educativas. As idéias e as propostas debatidas e apresentadas nas Assembléias Provinciais, eram várias e todas se

ofereciam como a mais adequada e correta. Davam a exterioridade de preocupação com o ensino popular, porém, na prática executaram-se ações que não seguiram este princípio.

Essa situação se revela até mesmo na suplementação de recursos, em que a educação era merecedora das menores fatias, conforme pode ser apreendido da citação a seguir:

(...) Em vista de uma representação do inspetor interino do Thesouro provincial em officio de 27 do corrente foi aberto no mesmo thesouro um crédito suplementar da quantia de 889; 5454\$ 843 para ser distribuído pelas seguintes rubricas para supprir o déficit nellas demonstrado:

Presos pobres.....57:983\$068

Instrução Pública.....13:227\$518

Contratos.....33:437\$185

(Actos Officiaes. A Província de São Paulo, São Paulo, 2 out. 1889, p.2).

No órgão de imprensa objeto de investigação, podem ser encontradas, ainda, opiniões referentes aos debates que tratam da reorganização do ensino:

(...) Há portanto, vantagens pedagógicas e vantagens econômicas que não devem ser desprezadas quando procuramos empenhar o nosso esforço no honroso empenho de levar a effeito a reorganização do ensino público, verdadeira de todas as liberdades e regalias que se consubstanciam no regimen republicano ... Ainda sob este ponto de vista, os meus colegas vão ter pelos próprios termos do projeto a demonstração de que as escolas centraes são o complemento natural dos princípios que sobre a organização escolar adoptamos o anno passado; para crealas não é preciso nada mais do que reunir em um só prédio as diversas escolas que funcçionem no mesmo bairro, accrescendo ainda a circumstancia de ficar ao governo mais ampla liberdade para

organizal-as convenientemente, attendendo e remediando as deficiências que só, a prática pode indicar. (In: A Província de São Paulo, São Paulo, 24 maio 1889. p. 1).

As citações são elucidativas da propaganda dos republicanos em divulgar a idéia de que estavam empenhados em realizar várias mudanças no ensino, através do Estado. Os assuntos e as questões debatidas versavam sobre vários aspectos da problemática educacional e que envolviam uma série de aspectos econômicos, sociais, políticos e educacionais que afetavam vários interesses conflitantes na sociedade da época.

Resultado disto, a República, desde sua implantação, trouxe enquanto promessa política, a difusão do ensino. No entanto, não cumpriu o anunciado. Por sua vez, os debates na imprensa passavam a impressão que os republicanos estavam agindo com zelo e dentro da velocidade exigida pelas necessidades, como demonstra a mensagem enviada a Assembléia por Floriano Peixoto, então Vice-Presidente da República.

(...) O Governo tem-se desvelado em difundir a educação popular e a instrução pública, e aguarda da vossa sabedoria a necessária cooperação para a efetividade desse grande empenho. (Marechal Floriano Vieira Peixoto. In: A EDUCAÇÃO nas mensagens presidenciais (1890-1986). Brasília, INEP, 1987.2v. anexos. P. 19).

Este trecho citado expressa uma preocupação do Governo em demonstrar que estava atuando no sentido de cumprir a sua parte no que se refere a sua obrigação de difundir o ensino. Contudo, isso não garantia efetividade, já que servia mais como uma carta de manifestação de intenções por parte do Estado.

3.3.3. Da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário

Enquanto a gratuidade do ensino primário público já se faz presente na legislação brasileira desde a Constituição Imperial, que em seu artigo 179 estabelecia: “*A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos*”, a obrigatoriedade somente foi estabelecida na Constituição de 1934, na chamada Segunda República.

É possível através das páginas do jornal identificarmos que o princípio da gratuidade era apenas letra morta no texto constitucional.

(...) aquillo que deveria ser um encargo difficil mas glorioso, não passa de uma cousa tão descurada como outra qualquer. Parecia que o enthusiasmo official pela instrucção do povo traria reformas uteis e bem executadas. Enganamo-no todos. O governo em matéria de ensino anda tão atrasado e tão pouco escrupuloso como em outros actos referentes ao bem publico. (27.07.1875)

Um Editorial de 1875, em forma de retrospecto do ano anterior, também demonstra a problemática referente a questão da gratuidade no ensino primário

(...) Comprehendemos, portanto, em nosso quadro – a instrucção primaria e a secundaria, incluindo tambem o que se póde chamar conhecimentos praticos, indispensaveis á generalidade das funcções e espheras do viver social. Traçadas essas raías, as demais questões destacam-se por si mesmas:
Qyuaes as fontes de ensino na provincia;

*Que pontos de divergencia ou harmonia existem entre as
escôlas officiaes e as particulares;*

*Qual a natureza, gráu e mérito do ensino professado em taes
escôlas;*

*O que há ahi de bom e de máu, o que há a extinguir, melhorar
ou crear;*

*E finalmente, em que proporção esses fôcos de ensino
illuminam, aquecem e fecundam a população.*

Quando dos discursos e tentativas por parte do governo monárquico em incrementar o ensino de nível superior, a expansão de maneira obrigatória e gratuita do ensino primário era reivindicada pelos republicanos, como se pode notar na transcrição abaixo:

*(...) Ora, o povo, não é de Universidade que precisa, é de
instrucção primaria, de escôlas espalhadas por toda a parte e
ao alcance de todos, e que todos sejam obrigados a
frequentar. A Universidade, essa será só para a Côrte e para
os ricos.*

*Instruir primeiro a massa popular, elevae-lhe o nivel
intellectual e moral, que então comprehenderá a utilidade da
sciencia e dos doutores, e será bem vinda a vossa
Universidade. Fazer o contrario e começar por esta será vestir
o paiz de casaca conservando-o em ceroulas, como já alguém
disse. (Editorial, 06.12.1881)*

Na questão da obrigatoriedade no ensino primário, não podemos deixar de considerar que a maioria da população brasileira - no período de 1875 e 1889 - vivia em áreas rurais, portanto, nem sempre era possível freqüentar as escolas. Isto representava um impedimento ao acesso à instrução, de grande parcela da população, notadamente os mais pobres, cuja necessidade premente era o trabalho para a própria sobrevivência. Em consequência, a instrução era colocada em plano secundário.

A gratuidade, por sua vez, pode ser interpretada em função dos interesses, por parte de alguns segmentos sociais, em garantir o acesso ao ensino sem ter que pagar por isso (espécie de desejo que permeava o pensamento de todos os segmentos sociais). fica evidente que tal garantia era fundamental para as camadas mais pobres da população, impossibilitada de despendar recursos financeiros para garantir ensino a seus filhos. Os segmentos melhor estabelecidos, econômica e politicamente, pretendiam com esse princípio de gratuidade, fazer uso dos recursos públicos, para o oferecimento de instrução a seus filhos, dada a precariedade no oferecimento desse nível de ensino.

3.3.4. Liberdade de atuação da iniciativa particular no ensino

Este aspecto era importante para os republicanos, visto que, permitiria a oportunidade da instrução ser oferecida por instituições particulares, de forma que as instituições educacionais religiosas pudessem continuar a atuar nesse campo, como vinham fazendo desde o período imperial, através da fundação e funcionamento dos Colégios, Liceus e dos Seminários, como pode ser verificado na citação transcrita do jornal “a Província de São Paulo”, a partir de uma notícia publicada na Alemanha

(...) A INSTRUCÇÃO PUBLICA NO BRASIL – Com quanto se encontrem lacunas na cultura intellectual do Brazil em comparação com os estados europeus, cumpre reconhecer que o Brazil, desde o tempo colonial, em que a instrucção publica esteve totalmente esquecida por parte do governo, tem feito grande progresso” (Em uma obra publicada na Alemanha pelo

dr. G. E. Wappaus, professor da universidade de Goettingen).

24/09/1876

Fato interessante é que nas páginas do jornal “A Província de São Paulo”, que era representativo do pensamento dos republicanos, conforme já demonstramos, encontramos escritos que, colocam a escola particular como remédio para os males da educação brasileira, mas ao mesmo tempo chama a atenção para o problema que isto pode gerar quanto a dificuldade de acesso ao ensino, numa evidência da preocupação dos republicanos quanto a democratização fundado no princípio da oferta de oportunidades para o desenvolvimento dos talentos individuais de todos os membros da sociedade.

(...) A escola particular, eis o remedio que a necessidade impõe então aos que desejam educar seus filhos.

Porque o ensino gratuito é máu, convém pagar aos mestres.

Desaparece a escola democratica, levanta-se fronteira a ella a das crianças que tem dinheiro.

Eis ahi desde a infancia estabelecida a divisão de castas.”

(...) Quantos perigos não se encerram nesse estado de cousas?.

(30/12/187)

3.4. Interesses em disputa

No interior desses debates estavam em jogo uma série de interesses de classe, representados pelos vários segmentos da sociedade - regional e nacional - que disputavam o poder e tentavam preservar os seus privilégios. Seria difícil aglutinar as propostas que tinham por trás de si interesses tão divergentes, visto que cada segmento da sociedade tinha suas expectativas e prioridades assumidas e defendidas em relação ao ensino. A divisão de classes na

sociedade brasileira, com a Proclamação da República, não sofreu alteração que significasse a implantação dos ideais de democracia e de igualdade, como foram propagados no período de propaganda do movimento republicano. O próprio dualismo do sistema de ensino e a sua conseqüente descentralização, marcaram a disputa de interesses, inclusive do Estado, em relação aos negócios da instrução.

Através do controle do ensino oferecido às camadas populares, foram determinados os limites possíveis de oferecimento, de atendimento e de acesso à instrução para a maioria da população. Desde os anos iniciais o ensino popular era mal estruturado e funcionava em condições precárias, indicando uma ação no sentido de oferecer instrução diferenciada, em qualidade e em quantidade, aos diversos segmentos sociais existentes na época.

As citações apresentadas a seguir, extraídas de Editoriais do jornal “A Província de São Paulo”, escritos por Rangel Pestana, são ilustrativas dos vários interesses em disputa

(...) É preciso executar a reforma da instrução publica com lealdade e desejo de acertar. As tricas usadas nas eleições politicas devem ser banidas de todo o processo eleitoral para formação dos conselhos.

(...) O interesse publico e a condição neutra da instrução, que não tem partido, nem deve ser a imagem de seitas ou o producto da religião official, exigem accôrdo no procedimento leal para constituição dos conselhos directores. (Editorial, em 12.07.1885

(...) Agora, querido leitor, é possível e mesmo provavel que ouça dizer a certos figurões clericaes: Então os senhores querem fazer de nossos filhos uns sabios? Quando toda a gente fôr lettrada, quem há de varrer as ruas? Quem quererá ser criado, cosinheiro ou cultivador? (Editorial, em 10.04.1886)

(...) Desta vez dará ainda a Assembléa a reforma da instrucção publica. Os conservadores não a querem e levam as cousas de modo a não discutil-^a

(...) Há alguns dias que a reforma figura na ordem do dia, mas em posição de não poder ser discutidas, e não fazem mysterio de ser isso opposição ao projecto. Falta-lhes apenas a coragem de o dizerem francamente na tribuna e de justificarem a sua opposição com argumentos sérios, com as idéas contrarias e acceitaveis. (Editorial, em 15.04.1886)

(...) Vae par um mez que a Assembléa encerrou-se e ao passo que vemos muitos projectos de lei sem importancia sancionados, o da reforma da instrucção pára não sabemos onde, rodeado do silencio proprio a fazer esquecer as cousas inuteis.

Dar-se-há o caso de metterem os conservadores a instrucção popular na ordem das cousas inuteis?

(...) A Assembléa cumpriu o seu dever - legislou procurando attender aos altos interesses do ensino primario. Agora cabe ao presidente da provincia cumprir o seu dever." (Editorial, em 23/05/1886)

(...) A reforma tem o grande mérito de acabar com a influencia do ensino, que essa classe de funcionarios inuteis exerce actualmente.

Deu ao serviço da instrucção um character mais popular chamando os cidadãos interessados na fiscalização do ensino a intervirem na organização dos conselhos e na administração das escolas." Editorial em 27/05/1886

(...) Depois que os conservadores estão no governo, tem apparecido manifesta tendencia para se reduzir despeza, cortando na verba da Instrucção publica e principalmente no tocante ao superior e meios de proporcionar ao povo

conhecimentos especiaes. Editorial, escrito por Rangel Pestana, em 27/07/1887

(...) O elemento popular não exerce a menor influencia sobre a instrucção e tudo presagia que este estado de cousas há de perdurar.

Desenganemo-nos:

Em quanto quizerem fazer política com os negócios da instrucção publica, não teremos escolas, não teremos professores, não teremos fiscalização do ensino.” (Editorial, em 23.11.1887)

A solução dos problemas e das dificuldades existentes no ensino popular, não era assumida pelo Estado; ao contrário, ele contribuiu para que as alternativas debatidas não se concretizassem, ao mesmo tempo em que as reformas educacionais, assim como outros fatores relacionados a forma com que era assegurado o ensino, também limitavam qualquer possibilidade para que este funcionasse adequadamente, como se pode notar pelas citações a seguir:

(...) Não é somente a falta de escolas que se deve attribuir o rebaixado nivel da instrucção popular nesta provincia.

Há escólas de mais, mas escólas creadas sem criterio, sem attenção á diversidade de recursos e situações dos lugares em que ellas têm de funcçãoar. (Instrução Pública 29/01/1878)

(...) Muito se tem escripto sobre o atrazo da instrucção publica, cuja causa (dizem todos) é a incapacidade do professorado, ignorancia do corpo docente, homens desanimados que procuram o magisterio publico como meio de subsistencia. Para nos a causa não esta na incapacidade profissional, mas sim na lei,; não esta na ignorancia, mas nos regulamentos e na nenhuma importancia,, que se liga ao professor, reduzindo-o a nullidade, como passamos a provar.”

(Seção Livre. "Para o Exm. Governo ver", escrito por um professor, em 05/04/1878)

Do ponto de vista ideológico, verifica-se que o debate provocado em torno da questão educacional, transmitia a falsa e errônea idéia de que acabando-se com o analfabetismo, estaria-se, por conseguinte, solucionando todos os problemas do país. Esta interpretação ou concepção educacional, foi difundida largamente na época e ultrapassou o período compreendido entre 1875 e 1889, exercendo forte influência no pensamento educacional brasileiro até os dias atuais.

A disputa de interesses entre os grupos envolvidos nas questões educacionais, por sua vez, impedia a instalação de um sistema nacional de instrução. Desde o Ato Adicional de 1824, como já assinalamos, adotou-se o princípio da divisão de competências entre os Estados, em relação aos assuntos referentes a administração e a legislação dos vários níveis e ramos de ensino, agravando de forma substancial os problemas já existentes.

Isto contribuiu para que as camadas populares permanecessem à margem do processo de escolarização. Enquanto isso, via argumentos os mais esdrúxulos possíveis, os analfabetos eram responsabilizados pelo atraso cultural e material do país. Ao mesmo tempo, não se erradicava o analfabetismo, mas ao contrário, as medidas adotadas pela política educacional republicana, contribuíram para agravar a exclusão de grandes contingentes populacionais do acesso a instrução, mesmo que precária.

Com relação a estes aspectos, os assuntos tratados nas páginas do jornal, fazem um diagnóstico das questões e dos problemas apontados, como por exemplo

(...) Outro seria por certo o estado da instrução do povo brasileiro se possuissem todas as freguezias parochos e inspectores de ensino, animados de igual fervor ao de v. s., eu faço votos para que tenha v. s. imitadores nesse nobre empenho que o levou a procurar, a bem das escolas de sua parochia, no poder individual os recursos que o poder governamental não dá, nem poderá jamais dar à todas na proporção das necessidades, ainda que nos seus depositarios sobrassem zelo, actividade e bons desejos. (Seção Livre, “Educação do Povo”, escrito por Abílio César Borges”, em 11/01/1877)

(...) O recente relatório da administração provincial, apresentado à assembléa no dia de sua instalação, é o quadro mais ou menos completo da situação da provincia.. O desenvolvimento intellectual em nossa provincia não alcançou ainda o nivel do progresso material. A população é calculada em 837,354 habitantes, e destes 696,131 jazem nas trevas da ignorancia. Temos 462 escolas providas, e são apenas frequentadas por 10,826 alumnos, o que dá 23 a cada uma.” (Seção Administrativa, “Extratos do Relatório da Presidência - Instrução Pública”, em 09/02/1877)

As reformas educacionais, por seu turno, atendiam a interesses privatistas, voltados para a diferenciação de oferecimento e de distribuição do ensino, tanto em quantidade quanto na qualidade. Entende-se, pois, que o quadro verificado no período aqui delimitado e tomado para estudo, face aos interesses e aos limites impostos naquele momento histórico, só poderiam ser estes, e como tal, não havia uma séria preocupação em oferecer um ensino popular que atendesse às necessidades de formação cultural e educacional do conjunto da população.

As medidas e as ações legais tomadas trataram de manter este nível de ensino funcionando de forma precária e deficiente, quando pensado em número de vagas a serem oferecidas e quanto a infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino

Pode-se afirmar, assim, que a educação brasileira no período estudado, não visava o oferecimento de ensino às camadas pobres da população, apesar da defesa pelos republicanos quanto a princípios de obrigatoriedade e gratuidade.

Havia interesse por parte do Governo em que as escolas e o ensino popular funcionassem de forma precária, criando conseqüentemente, barreiras sociais difíceis de serem superadas, como demonstra AZEVEDO (1958). Além disso, o mau funcionamento da máquina do Estado atendia as necessidades políticas e educacionais que preservassem o dualismo e as desigualdades até então verificadas e que podem ser referenciadas pela análise de AZEVEDO (1958).

Além dos assuntos e das questões apresentadas até aqui, abordavam no interior da problemática educacional outros também foram motivo de tratamento e de discussões no jornal “A Província de São Paulo”, como por exemplo: a Lei do Ensino Obrigatório de março de 1874, a má instrução pública na província de São Paulo (abordados no ano de 1875) e a diminuição das verbas com a instrução pública.

3.5. Quadros descritivos das matérias do jornal “A Província de São Paulo”, de 1875 a 1889

A leitura das edições diárias do jornal “A Província de São Paulo”, entre 1875 e 1889, permitiram a identificação dos assuntos e tópicos tratados no presente capítulo. Para sistematizar a leitura, organizar as matérias e ao mesmo tempo construir um entendimento geral do conteúdo, foram elaborados dois quadros descritivos, os quais serão apresentados como anexos. No Quadro 1 constam os assuntos educacionais tratados nas matérias e artigos, organizados por data, seção, título e autor; no Quadro 2, seguindo a ordem cronológica de publicação, é feita uma transcrição dos principais trechos dos artigos e matérias que tratam de educação.

QUADRO 1 - ASSUNTOS EDUCACIONAIS TRATADOS NO JORNAL
“A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO”- 1875 A 1889
- por Data, Seção e Título/ Autor

ANO DE 1875

Data	Seção	Título / Autor	Assunto(s) Tratado(s)
07/02	Noticiário	“Ensino Obrigatório”	• Lei do Ensino Obrigatório de março de 1874 • Estabelece o seu cumprimento na Província
19/02	Instrução Pública	“As Colônias Agrícolas de Menores”, de A . R. de Loyola	• Como melhorar a vida dos pobres • “Não acreditado na ação do Governo para derramar a Instrução Pública”
06/03	Noticiário	Edital falando do ensino primário obrigatório	• Ensino primário obrigatório e gratuito
02/07	Seção Livre	“O Professorado Público Primário”, escrito por O . Catão	• Baixo salário dos professores
27/07	Seção Administrativa	“A Instrução Pública em Santos”	• Instrução Pública em Santos • O governo não faz boas reformas na instrução do povo • Os pobres não podem educar os seus filhos • A mentira oficial; a falta de escrípulos; o ensino obrigatório
28/10	Seção Administrativa	“Escolas Públicas - A Instrução do povo como propaganda oficial”	• A instrução do povo como propaganda oficial
7/11	Questões Sociais	“A Instrução Pública na Província de São Paulo”	• A má instrução pública na província de São Paulo • Necessidade da educação religiosa
03/12	Questões Sociais	“Instrução Pública”, notícia da cidade de Casa Branca	• Sugestões para melhorar a instrução pública; • O pouco caso na escolha do pessoal das repartições públicas no Brasil (no caso da educação trata-se dos inspetores de distrito)

ANO DE 1876

Data	Seção	Título / Autor	Assunto(s) Tratado(s)
06/01	Editorial	“Retrospecto de 1875 - II - A Instrução Pública”	- Dados sobre a instrução pública - O não cumprimento do ensino obrigatório
11/01	Editorial	“Retrospecto de 1875-III- A Instrução Pública”, continuação do artigo anterior	- Número de alunos em escolas oficiais - A má qualidade do ensino
13/01	Editorial	“Retrospecto de 1875-IV-A Instrução Pública”, continuação do artigo anterior	- Os professores - Ensina-se pouco e mal - Dados sobre a instrução pública - Os culpados de tal situação - Quadro vergonhoso - Os hábitos e o nível moral da sociedade - São mal preparados e mal escolhidos - As escolas são mal instaladas, pois são geralmente alugadas pelos professores - o modo de proceder do governo
15/01	Editorial	“Retrospecto de 1875 - V - A Instrução Pública”, continuação do artigo anterior.	- Críticas à Inspeção Geral da Instrução Pública - O ensino secundário é pouco distribuído pelo governo provincial - Ensino secundário é pouco distribuído pelo governo provincial; - O que há de bom no ensino, deve-se aos esforços dos particulares.
19/01	Editorial	“Retrospecto de 1875-VI- A Instrução Pública”, continuação do artigo anterior	A educação que distribuímos é a reprodução da nossa
11/03	Editorial	“A Reforma da Instrução Pública é Necessária e Intimada a Assembléia”	- As assembléias agem por conveniência política - As somas gastas com a instrução popular aumenta as fontes de renda
10/08	Editorial	“Algarismos Eloquentes” - Dados sobre a Instrução Pública”	- Dados sobre a instrução pública - O analfabeto é o mais nocivo e irracional dos seres humanos - A falta da instrução pública é a principal causa das misérias nacionais

			• Recenseamento da população no império-dados sobre a instrução pública
24/09	Noticiário	“A Instrução Pública no Brasil”, Nota que foi publicada na Alemanha	• Nota alemã sobre a educação no amazonas • A instrução pública no Brasil •
5/12	Seção Livre	“o Sr Abílio César Borges”, transcrição do Diário de Minas, fala de seu ofício dizendo do péssimo estado em que se encontra a instrução pública”	Ofício dizendo do péssimo estado da instrução pública

ANO DE 1877

Data	Seção	Título / Autor	Assunto (s) Tratado (s)
06/01	Instrução Pública	"A Instrução Pública no Brasil e nos Estados Unidos", escrito por Alberto Salles"	• A instrução pública no Brasil e nos Estados Unidos • Nossa sociedade é racista, preconceituosa e sem iniciativa • Alberto Sale se faz tal comparação; • Análise crítica de nossa sociedade
11/01	Seção Livre	"Educação do Povo", escrito por Abílio César Borges"	• Deve-se cuidar da instrução sem esperar que o governo o faça
09/02	Seção Administrativa	"Extratos do Relatório da Presidência - Instrução Pública", apontam dados sobre a instrução	• Extrato do relatórios sobre a instrução pública • Os conselhos e as câmaras municipais não tem tempo para cuidarem da instrução • O presidente da província silencia-se sobre o ensino primário obrigatório
10/02	Seção Administrativa	"Escolas em Campo-Largo"	• A iniciativa particular faz cada vez mais em relação a instrução pública
17/03	Instrução Pública	"Um Exemplo", transcrição do "Ensaio" de Piracicaba"	• A iniciativa particular pode muito • A organização do ensino é má
14/04	Editorial	"A Instrução e a Assembléia"	• A assembléia age por favores pessoais em menosprezo ao interesse público • A desordem em relação a instrução
09/08	Noticiário	"Professores às Moscas"	• Salários de professores atrasados
28/12	Instrução Pública	"Escolas Públicas"	• Todos falam em instrução pública mas pouco se realiza em seu proveito • O atraso do Brasil ao ser comparado com outros países • O mal maior esta nas instituições, no hábitos e no modo ser da nação • O mal não está só na falta de mestres, escolas e de inspetores zelosos

			• Todos falam em instrução pública mas pouco se realiza em seu proveito • O atraso do Brasil ao ser comparado com outros países • O mal maior esta nas instituições, no hábitos e no modo ser da nação • O mal não está só na falta de mestres, escolas e de inspetores zelosos
29/12	Questões Sociais	“Instrução Pública”, escrito pelo Padre Domingos Lourenço de Luna	• Os professores são considerados empregados públicos das esferas baixas- • Os municípios não gastam nada com a instrução - isto é um absurdo • Não faltaram professores- • A verba é mal gasta com o ensino • Educar filhos só a escola particular- • O ensino gratuito é mal • Desde a infância já há uma divisão de castas
-			
30/12	INSTRUÇÃO PÚBLICA	“Falta de Professores”	

ANO DE 1878

Data	Seção	Título / Autor	Assunto (s) Tratado (s)
23/01	Editorial	“S. Paulo e os Paulistas”	O ensino em São Paulo merece pouca atenção. O que São Paulo tem em matéria de instrução
29/01	Instrução Pública	“Falta de Escolas”	- Há escolas demais, mas sem critério - Por quê o governo e os particulares são tão indiferentes com a instrução pública
05/04	Seção Livre	“Par o Exm. Governo ver”, escrito por um professor	- dizem que a causa do atraso da instrução pública é o professorado, na verdade é a lei que reduz o professor a uma nulidade e a não ser bem considerado - As escolas são improvisadas - O menino vai para o suplicio
13/06	Instrução Pública	“Reforma do Ensino”	“Reforma do Ensino” - a instrução pública virou tema dos que querem recomendar-se - O governo e os ricos não parecem ocupar-se seriamente dela, mas o principal culpado é o governo
05/09	Noticiário	“O Caos da Instrução Pública”	- O caos na instrução pública - Há 190 escolas de instrução pública primária que estão vagas

ANO DE 1879

Data	Seção	Título / Autor	Assunto (s) Tratado (s)
03/01	Noticiário	“Idéias Bonitas”, presentes no relatório de Leôncio de Carvalho	• “idéias bonitas” - no relatório de Leôncio de Carvalho trata da urgência de decretar o ensino primário obrigatório
15/02	Seção Livre	“Escola Pública”, escrita por Cesário Lange	• A instrução pública tem tido grande impulso na província • As escolas públicas, sem meios, afugentam as crianças • A iniciativa particular deve fazer alguma coisa
29/04	Assembléia Geral	“Fala do senador Dr. Junqueira sobre o Decreto 7247	• É a implantação do socialismo, porque transforma o governo em tutor da população (senador Junqueira, sobre o decreto 7247
30/04	Instrução Pública	“Ministério do Império - O Decreto 7247, de 19/04/1879”	• A aplicação parcial do decreto e o que há de importante no
01-03/05 E 24/05	Instrução pública	“Informações Gerais sobre o mesmo.	• A secularização do ensino; • A frequência livre; • A admissão de meninos até 10 anos nas escolas de meninas; • A criação de caixas escolares; • A supressão do juramento; • A dispensa do grau de doutor para os concursos para o magistério superior; • A autorização dos cursos livres nos edifícios das escolas e faculdades do Estado; • Estabelece cinco horas de aula por dia com uma hora de recreio, o que já entrou em vigor.
17/06	Noticiário	“O Dr. João Barbalho Cavalcanti”	• Sua visita em São Paulo nos estabelecimentos de ensino, ele deve estar tendo má impressão, pois a instrução na província é uma das mais atrasadas da nação (dr. João Barbalho Cavalcanti - Inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco).
20/06	Questões Sociais	“Os Estadistas e o Estado (Palestra Política)”, escrita por José Leão (continuação)	• “A educação foi sempre descuidada em todas as áreas” - (palestra política de José Leão “os estadistas e o Estado” proferida em 18/06/1879).
21/09	Instrução Pública	“Cartas ao Presidente da Província S. Paulo - I”, escrita por J. A. Comenius	• No temos escolas de fato • Os professores são analfabetos por serem nomeados por amizade e ganharem mal -
19/11	Instrução Pública	“Considerações Sobre os Exames”, escrito por José Leão	• O ensino livre proposto por Leôncio de Carvalho foi mutilado. • O regime monárquico sabe valer as posições

ANO DE 1880

Data	Seção	Título / Autor	Assunto (s) Tratado (s)
07/03	Questões Sociais	“S. Paulo e Sua Instrução Pública”, escrito por um professor público	• O artigo trata da Província de São Paulo e sua instrução pública • O professor de hoje ganha menos do que em 1846 • Dados sobre o quanto é gasto com a instrução em várias províncias
10/04	Editorial	“Trata da discussão na Assembléia do projeto de Inglez de Souza para a Escola Normal”	• A fala de Inglez de Souza na assembleia, parece que ele está atrasado em matéria de instrução
30/07	Editorial	“A Instrução Pública na Província está atrasadíssima, ao mesmo tempo, que ela se encontra bem longe do seu desenvolvimento material”	• O editorial: aponta que a instrução pública na Província de São Paulo está atrasadíssima e longe do seu desenvolvimento material, destaca-se que a cidade de Campinas é exceção
07/09	Editorial	“Trata das agitações em torno da reforma da instrução no Rio de Janeiro	• O artigo aponta que os três fatores do mal ensino são os pais, os mestres e o governo. • Aponta ainda que os esforços dos particulares tem se tornado inúteis.
07/09	Seção Livre	“O Aniversário da Independência e a Educação Nacional”, escrito por Assis Prado	• A educação do povo deve e há de vir do próprio povo
22/09	Editorial	“Fala do Presidente da Província de São Paulo, reclamando do atraso da instrução nesta província	• O artigo aponta que a instrução pública em São Paulo não progride, e que a de hoje é a mesma que a de trinta anos atrás • Que a situação da instrução pública está tão ruim que nem o ensino obrigatório pode ser executado • Que os colégios particulares não encontram apoio eficaz dos poderes públicos
28/09	Editorial	“Trata da falta de zelo dos ministros que nunca cuidaram com seriedade da instrução”	• O artigo aponta que os ministros nunca trataram seriamente da instrução e que precisou que um estrangeiro mostrasse o quanto ela estava ruim
10/10	Instrução Pública	“Continuação de artigo, que trata do abandono das escolas públicas”	• O artigo aponta que as nossas escolas públicas jazem no abandono em qualquer grau que se tome para análise
27/10	Editorial	“Apresentação de propostas feitas pelos professores sobre a reforma do primário”	• O artigo faz referência ao fato de que os professores apresentaram propostas para a reforma do primário, e que estas iniciativas devem ser animadas.

ANO DE 1881

Data	Seção	Título / Autor	Assunto(s) Tratado(s)
24/04	Instrução Pública	“Ao Exm. Presidente da Província de S. Paulo”, carta escrita por J. A. Comenius”	• O artigo aponta o estado lastimável da instrução pública em São Paulo e faz algumas sugestões com o intuito de melhorá-la
09/06	Seção Livre	“Instrução Pública”	• O artigo apresenta um pedido de aumento de salários feito pelos professores da cidade de Lorena.
01/10	Instrução Pública	“Professores Normalistas”, comunicado	• O artigo aponta o fato de que os salários dos professores normalistas estão atrasados e que os mesmos não foram pagos, dando a idéia de que os mesmos são pagos em troca de um favor prestado. • Aponta ainda que a Província de São Paulo progride e possui dinheiro para tudo, menos para a instrução pública que está ruim.
06/12	Editorial	“Transcrição do comunicado escrito no interior e que trata da Universidade”	• Neste editorial, defende-se a idéia de que o povo precisa é de instrução primária e não de universidade como parecia ser o caminho indicado pelas proposta de alguns.

ANO DE 1882

Data	Seção	Título / Autor	Assunto(s) Tratado(s)
06/10	Seção Livre	“Instrução Pública - Ao Exm. Sr Conde de Trés-Rios”	• O pagamento de salários dos professores estão suspensos. tal situação evidencia o quadro em que se encontra a instrução pública
10/01	Editorial	“Trata das freqüentes reformas da instrução pública”	• O artigo indica que nada se reforma com mais freqüência que a instrução pública , e que mesmo assim ela continua desorganizada.
14/02	Editorial	“Fala da reforma da instrução em andamento”	• O artigo faz algumas considerações a respeito da reforma da instrução que esta em andamento e que ainda não foi concluída.
23/02	Seção Livre	“Instrução Pública”	• O artigo apresenta a necessidade de que sejam tomadas providências com relação à questão dos salários dos professores que estão com os mesmos atrasados.
28/02	Editorial	“O jornal Diário da Manhã” comenta o editorial de 21/02 da “Província”, que responde aqui.	• O artigo trata do o projeto de reforma da instrução pública, que em virtude das pressões da oposição, está sendo inutilizado pelo patronato.
23/03	Editorial	“Comentários feitos sobre o discurso de Rodolfo Dantas”	• O artigo cita o discurso do senador Rodolfo Dantas sobre instrução pública e aponta a opinião do mesmo, que entende ser má a intenção de ampliar o ensino secundário.
15/04	Editorial	“O Presidente da Província manda publicar várias leis.”	• O artigo trata de indicar e comentar algumas leis publicadas pelo presidente da província sobre a instrução primária, apontando que as mesmas são verdadeiros favores pessoais, da forma como são apresentadas. • de que apesar de haver aumento de despesas com a instrução pública, não se verifica nenhum resultado quanto ao aproveitamento dos alunos. • De que em matéria de instrução, as decisões tomadas evidenciam a ausência de critérios quanto a tomada de decisões e quanto a sua execução , trazendo várias inconveniências.
11/05	Editorial	“A reforma completa da instrução pública é urgente”	• O artigo aponta a questão de que a reforma completa da instrução não pode mais esperar, indica ainda, que não se deve impedir a atividade e a iniciativa particular em relação ao

			ensino.;	Indica ainda, o fato de que da forma como a situação da instrução pública se encontra, o ensino oficial (público) acaba por prejudicar o particular.
06/06	Editorial		“Reclamo de que a Reforma da Instrução” ainda não aconteceu”	O artigo aponta que a reforma da instrução pública, um assunto tão necessário e importante, ainda não foi posta em execução. qual será as razões disto acontecer.
15/06	Editorial		“Trata do Parecer da Câmara a respeito do Decreto de 19 de Abril de 1879”	- O artigo trata do parecer da câmara sobre o decreto datado de 19/04/1879 - Indica ainda, que a reforma da instrução é importante e que por isso tal assunto deve merecer toda atenção, de maneira séria e cuidadosa;- - de que os nossos governos, ao longo dos tempos, têm aristocratizado cada vez mais a educação em nosso país.
06/08	Editorial escrito por Rangel Pestana		“Fala do atraso da Instrução Pública na Província de São Paulo”	O presente editorial escrito por Rangel Pestana, aponta o fato evidente de que a instrução pública na província não corresponde ao seu desenvolvimento material, ou seja, uma província rica com uma educação pobre.
21/09	Editorial		“Notas e Respiças”, escrito por Rangel Pestana	Neste editorial Rangel Pestana reclama do estado da instrução pública e diz que o governo deveria cuidar, mais não cuida da instrução pública em nosso país.
30/11	Editorial escrito por Rangel Pestana			- Neste editorial Rangel Pestana, critica o estado em que se encontra a instrução pública e ataca a pessoa de Soares Brandão, acusando-o de não cuidar da instrução pública, e que tal situação deixa muita coisa abandonada” - Aponta ainda que a sua má administração reflete a si, que, segundo Rangel, nada mais é do que a própria imagem do imperador”.

ANO DE 1883

Data	Seção	Título / Autor	Assunto(s) Tratado(s)
24/02	Editorial	“Necessidade dos legisladores concluírem a reforma da instrução”, escrito por Rangel Pestana	Neste editorial Rangel Pestana, aponta a necessidade da legislação atual em deixar acabada a reforma da instrução pública, já que o projeto que trata deste assunto, já está pronto.
06/03	Editorial	“Reforma da Instrução”, escrito por Olympio Catão	O autor aponta que a reforma da instrução da forma como está sendo apresentada, traz inúmeros prejuízos para os professores. Desta forma, os professores acabam sendo prejudicados pela mesma, ao invés de serem beneficiados por ela.
13/03	Instrução Pública	“Instrução Pública”, trata da situação em que ficará os professores com a reforma da instrução pública.	O artigo trata sobre os direitos e situação dos professores no projeto de reforma da instrução pública que está sendo apresentada.
12/04	Seção Livre	“Instrução Pública”	O artigo fala do apoio aos professores que se reuniram contra o plano de reforma da instrução pública. que esta sendo apresentada a Assembléia.
04/07	Editorial	“Instrução Pública”, editorial escrito por Rangel Pestana	Neste editorial, Rangel aponta que ao invés da Assembléia discutir e votar a reforma da instrução pública, criou cadeiras a esmo. No entender do mesmo, isto reflete a idéia de que nem presidente nem inspetor podem resistir as pressões feitas pela oposição.
14/08	Editorial	Editorial escrito por Rangel Pestana	Rangel aponta o fato de que o modo de pagar os professores é irracional e inadequado.
07/10	Editorial	“Notas e Respigas”, escritos por Rangel Pestana	Rangel indica que o imperador faz um outro congresso, onde discute a reforma do ensino público com os seus auxiliares.
17/10	Editorial	“Notas e Respigas”, escrito por Rangel Pestana	Rangel trata de comentar a criação da Liga do Ensino no Brasil, destinada ao estudo do ensino público, dos métodos e das condições do professorado.
27/10	Editorial	“Notas e Respigas”, escrito por Rangel Pestana	Neste artigo, Rangel comenta as bases de sua organização e funcionamento.
27/10	Seção Livre	“Ao Professorado Público Primário da Província”, escrito por Olympio Catão	O autor escreve dirigindo-se ao professorado público primário da província de São Paulo, Olímpio Catão diz ainda que a reforma da instrução pública tem artigos que são prejudiciais aos professores.

ANO DE 1884

Data	Seção	Título / Autor	Assunto(s) Tratado(s)
23/09	Editorial	"A Instrução Pública na Província", escrito por Rangel Pestana	• Rangel aponta que a instrução pública está atrasada, e que por essa razão, tudo vai mal, ele roga para que Almeida Couto olhe para ela com atenção e cuidado • Ele aponta ainda que na sua opinião julga em geral, um luto a instrução oferecida aos pobres; • Que a instrução pública na Província de São Paulo e no país, é uma vergonha
07/12	Editorial	"O Ensino Primário", editorial escrito por Rangel Pestana	• Rangel aponta que o projeto de Lei de reforma da Instrução de 1882, está servindo de base para a discussão da reforma da instrução pública; • Aponta ainda que a disputa de interesses e o bipartidarismo evidenciam a luta de interesses presentes nas discussões da reforma.

ANO DE 1885

Data	Seção	Título / Autor	Assunto(s) Tratado(s)
11/03	Editorial	“Um Bom Espelho”, editorial escrito por Rangel Pestana	- Rangel indica que grande parte dos males das escolas públicas vem da política e dos seus reflexos nesse ramo do serviço público; - indica ainda o mau uso da verba gasta com a instrução pública; - na opinião do autor, esse dinheiro gasto é dinheiro jogado fora.
12/05	Editorial	“A Reforma da Instrução”, escrito por Rangel Pestana	- Rangel trata mais uma vez do assunto “Reforma da Instrução Pública”; - Ele comenta e chama a atenção para o fato de que a mesma esta publicada e posta em execução, o jornal A Província de São “Paulo”, através deste autor, contesta o que diz sobre o assunto o jornal “Correio Paulistano”
21/05	Editorial	“A Reforma da Instrução Pública”, escrito por Rangel Pestana	- Rangel, em nome jornal, coloca em rediscussão do editorial anterior de 12/05, manifestando a opinião de que o jornal “A Província de São Paulo” aceita a idéia de reforma da instrução pública, porém, com reserva - Apona ainda que os conservadores retiraram-se das relativas a este assunto.
01/07	Editorial	“Votar para Instruir”, escrito por Rangel Pestana	O autor lembra que em outros países o povo participa bastante das decisões relativas ao ensino e que aqui a nova reforma da instrução pública tenta o mesmo, fazendo o povo interferir na organização dos Conselhos Diretores. Ele aponta a necessidade de que esse interesse por parte do povo, deveria ser maior do se tem mostrado até aquele momento;
04/07	Editorial	“Entre o Desleixo e o Egoísmo”, escrito por Rangel Pestana	- O autor manifesta o seu pensamento de que se a repartição da instrução pública fosse melhor, não haveria problemas em fazer a reforma precipitada da forma como está sendo feita; - Apona ainda, que o Presidente da Província que estava interessado em melhorar a instrução pública, deixou a administração e que o vice não a conhecia suficientemente para poder dirigi-la em bons caminhos; - Ainda segundo o autor, os vícios da centralização do ensino são um grande problema ; - Denuncia ainda, que os Inspectores de Distrito trabalham em

			defesa de interesses eleitorais e só depois, por aqueles referentes à instrução.
12/07	Editorial	“Reforma da Instrução”, escrito por Rangel Pestana	• O autor aponta a existência de interesses públicos na instrução • Ele indica ainda, que as eleições para os Conselhos de Instrução Pública devem ser neutras e não política como tem sido.
17/07	Editorial	“Conselhos de Instrução Pública”, escrito por Rangel Pestana	• O autor reclama as ações dos Conselhos de Instrução Pública”, que pouco tem feito em nome da boa instrução, e insiste na opinião de que a instrução precisa de fiscalização séria e competente, situação até então não verificada por parte dos conselhos.
06/09	Noticiário	“Instrução Pública”, escrito por Rangel Pestana	• O autor reclama o fato de que a Reforma da Instrução pública votada em maio ainda se encontra suspensa de ser aplicada.
10/10	Editorial	“Vícios do Ensino”, escrito por Rangel Pestana	• O autor aponta o fato de que fala-se muito em reformas da instrução pública e que alguma coisa tem sido feita, porém, tudo sem sistema. E sem organização, quanto ao ensino secundário prevalece o espírito centralizador o que vem causando o caos na instrução.
03/11	Editorial	“A Instrução Pública na Província”, escrito por Rangel Pestana	• O autor expressa a sua preocupação com que verá o Conselheiro João Alfredo ao examinar a instrução pública na Província de São Paulo; • Aponta que na sua opinião, os professores públicos nada ensinam; • Explicita que as tentativas de reformas do ensino até então realizadas, tem sido frustradas e não têm alcançado os objetivos a que se propõem.
22/11	Editorial	“Exames nas Escolas Públicas”, escrito por Rangel Pestana	• Rangel apresenta a sua idéia da necessidade desses exames com a finalidade de conhecer melhor a situação da instrução pública na província de São Paulo. A este respeito, aliás, ele apresenta sugestões de como esses exames poderiam ser organizados.

ANO DE 1886

ANO DE 1886	DIAGNÓSTICOS	ASSUNTOS EM DEBATE	INTERESSES EM DISPUTA
20/03	Editorial	"Reforma da Instrução Pública", escrito por Rangel Pestana	• Rangel deixa claro que a bancada republicana apresentará emendas ao projeto de Almeida Couto sobre a reforma da instrução pública.
10/04	Editorial	"Progresso e Reformas", escrito por Rangel Pestana	• O autor apresenta a sua preocupação, com a instrução e, ao mesmo tempo, apresenta sua posição sobre o assunto, ou seja, quando todos forem letrados, quem varrerá as ruas?
15/04	Editorial	"Reforma da Instrução Pública", escrito por Rangel Pestana	• O autor cita o fato de que os conservadores fazem de tudo para não deixar passarem a reforma da instrução pública, e que da forma como está sendo apresentada, os professores ficam sem nenhuma garantia de preservação de seus direitos e dos seus interesses no projeto que está sendo proposto.
23/05	Editorial	"Reforma da Instrução Pública", escrito por Rangel Pestana	• O autor aponta que por motivos de disputa de interesses políticos, a Assembleia Provincial tenta não discutir a reforma do ensino, porém, está é urgente e necessária, não podendo esperar mais para ser feita.
27/05	Editorial	"Reforma da Instrução Pública", escrito por Rangel Pestana	• O autor aponta a disputa de interesses políticos com relação ao ensino; • Com relação a reforma da instrução tenta dar um caráter mais popular ao ensino, chamando os cidadãos para interferirem mais diretamente nela.

ANO DE 1887

Data	Seção	Título / Autor	Assunto(s) Tratado(s)
23/04	Editorial	“A Reforma da Instrução Pública”, escrito por Rangel Pestana	• O autor tece alguns comentários sobre os itens contidos nesta lei de reforma do ensino.
27/07	Editorial	“Fatos e Comentários”, escrito por Rangel Pestana	• O autor atenta para o fato de que não se deve tirar verba da instrução pública.
05/08	Editorial	“Fatos e Comentários”, escrito por Rangel Pestana	• O autor aponta que se a reforma da instrução não melhorar certos fatos é devido ao espírito partidário contido no interior da Assembléia Provincial.
04/09	Editorial	“A Reforma da Instrução Pública”	• O autor aponta que o espírito do partidarismo atrapalha a execução da reforma da instrução no interior da Assembléia Provincial.

ANO DE 1888

Data	Seção	Título / Autor	Assunto(s) Tratado(s)
21/01	Editorial	"Novos Exames", escrito por Rangel Pestana	• O autor aponta o fato de que o ensino oficial está tão ruim que está se tornando insuportável de ser aceito a situação em que ele se encontra.
23/11	Editorial	"Instrução Pública", escrito por Rangel Pestana	• O autor aponta trata da legislação da instrução pública • -Indica ainda, como deveria ser as bases da reforma da instrução, segundo o seu entendimento; • -Para o autor, pelo projeto proposto Presidente da Província de São Paulo perderia a ação mais direta sobre os professores públicos • -Na opinião do autor, enquanto continuar a se fazer política com a instrução pública, não haverá uma boa instrução pública.

ANO DE 1889

Data	Seção	Título / Autor	Assunto(s) Tratado(s)
01/02	Editorial	“Por amor... à Instrução”	• O artigo trata da diminuição das verbas para com a instrução pública.
04/04 ”	Editorial	“A instrução e as municipalidades”	• O artigo trata da questão de que o serviço da instrução pública passou para a responsabilidade das municipalidades.
17/05	Editorial	“A lei de 16 de fevereiro”	• O artigo informa que a reforma da instrução pública, mesmo deficiente passou, porém, ele acredita que a mesma vai ser anulada.

**QUADRO 2 - TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS PRINCIPAIS DOS ARTIGOS E MATÉRIAS,
PUBLICADOS NO JORNAL “A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO”- 1875 A 1889**

ANO DE 1875

<i>Data/Seção</i>	<i>Título / Autor</i>	<i>Transcrição de trecho(s) básico(s)</i>	<i>Palavras Chaves</i>
02/07 Seção Livre	“O Professorado Público Primário”, escrito por O. Calão	“(…) Parece á primeira vista, que a assembleia fez tudo o que devia em favor do professorado publico primario; mas se attendermos á careza da vida nesta capital, temos necessariamente de ver, sr que é aqui impossivel a subsistencia de uma familia ou mesmo de um só individuo com a quantia de trinta e quarenta e tantos mil réis mensaes, (que é o ordenado que recebemos nós os professores-alunos), e tiramos a conclusão de que ainda alguma cousa a fazer.”	• Assembleia Legislativa Provincial: desca- • Professorado público primário: dificulda- • des econômicas • salário dos professores-alunos: insufici- • ente para a subsistência
27/07 Seção Ad-	“A Instrução Pública em Santos”	“(…) Abrindo espaço ás censuras do collega, não entramos no exame dos seus fundamentos e reservamo-nos para tratar detidamente do modo por- que se vae cuidando de largar o ensino publico. Então teremos opportuni- dade para mostrar que as mais bellas esperanças estão sendo desfeitas e que aquillo que deveria ser um encargo difficil mas glorioso, não passa de uma cousa tão descurada como outra qualquer. Parecia que o enthusiasmo official pela instrucção do povo traria reformas uteis e bem executadas. Enganamo-no todos. O governo em matéria de ensino anda tão atrazado e tão pouco esculpulo- so como em outros actos referentes ao bem publico” “(…) Em outra occasião trataremos da melindrosa questão de dar instruc- ção ao povo e do modo porque o governo comprehende este dever que elle mesmo não cessa de engrandecer”.	• Ensino público: modo como é tratado pelo governo • entusiasmo official pela instrução: não trouxe reformas úteis como esperado • concepção de ensino do governo: atrasada como em outras questões.
28/10 Seção Ad-	“Escolas Públicas”	“(…) A instrucção publica é actualmente o thema favorito de todos aque- lles que procuram afagar a popularidade de muitos que desejam recom- mendar-se ao distribuidor das graças, pois que tambem a educação do povo tornou-se base para lançamento do imposto da vaidade. <u>Instruir o povo!</u> eis a propaganda official que encontramos a cada passo <u>prêgada pelos homens do governo</u>	• Instrução pública: tema usado de maneira populista pelos políticos; tema de propa- ganda official OBS: A distribuição da folha é de atualmente 2.250 exemplares.

03/12 Questões Sociais	“Instrução Pública”, notícia da cidade de Casa Branca”	“(…) O maior mal que atormenta a administração publica no Brasil é o pouco caso na escolha do pessoal proprio para as diferentes repartições. É preciso que o individuo, nomeado para este ou aquelle cargo, reúna, além das habilitações indispensáveis, um comportamento irreprehenivel. Só assim os governos poderão oppôr aos seus adversarios as duas qualidades inherentes a qualquer posição social – capacidade e probidade. Barateal-as é ferir no coração- os unicos elementos do governo representativo.” “(…) A classe dos inspectores de districto, em relação á instrução publica,, é uma prova irrecusavel do levamos dito. Em regra, quasi todos dispõem de pouco cabedal intellectual ; e, por tanto, na posição de exploradores do bom comportamento do professor publico e do cumprimento dos seus deveres, acham-se completamente embaraçados! Tanto mais quando em geral entregam á revelia aquellas obrigações e pouco importam-se com um encargo que somente lhes dá onus e incommodos! Infelizmente em nosso paiz – o patriotismo ainda não está bem acclimatado” “(…) Quaes as verdadeiras causas do descrédito e falta de confiança em relação á repartição da instrução publica nesta provincia.”	• Administração pública no Brasil; • Instrução Pública; • As verdadeiras causas do descrédito e da falta de confiança na Instrução pública da Província.
---	---	--	--

ANO DE 1876

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	Palavras-Chaves
06/01 Editorial -	"Retrospecto de 1875 - II- A Instrução Pública"	" (...) Compreendemos, portanto, em nosso quadro – a instrução primária e a secundária, incluindo também o que se pôde chamar conhecimentos praticos, indispensaveis á generalidade das funcções e espheras do viver social. Traçadas essas raizs, as demais questões destacam-se por si mesmas: Quaes as fontes de ensino na provincia; Que pontos de divergencia ou harmonia existem entre as escolas officiaes e as particulares; Qual a natureza, gráu e mérito do ensino professado em taes escolas; O que há ahí de bom e de máu, o que há a extinguir, melhorar ou crear; E finalmente, em que proporção esses focos de ensino illuminam, aquecem e fecundam a população." "(...) A população livre da provincia, calculada pelo recenseamento ultimo, mal chega a setescentas mil almas." "(...) Pelos dados recenseamento, da população livre inscripta dão-se como sabendo ler e escrever sómente 141mil pessoas entre homens e mulheres. Desconte-se a natural exaggeração dos que inscreveram-se com a affirmação do que elles chamam saber ler e escrever; attenda-se a serem as classes mais ignorantes e menos civilisadas justamente as que em maior escala esquivaram-se ao recenseamento, e ver-se-há que sem hesitação pôde-se afirmar – que da nossa população livre mais de sete oitavos são de analphabetos! O recenseamento ainda offerece as seguintes minucias com referencia á provincia, que convém não esquecer: A população escolar inscripta de 6 a 15 annos é de 168,799, sendo mais ou menos a metade do sexo masculino e a outra metade do feminino; desse, frequentam escolas 15,039 meninos e 8,544 meninas, e não as frequentam 71,271 meninos e 73,915 meninas." "(...) pôde-se dizer que na população escolar de 6 a 15 annos apenas um oitavo frequenta escolas contra sete oitavos que ficam na triste condição de analphabetos! Há na provincia uma lei que estatue o ensino primario obrigatorio; o governo chega officialmente aos resultados que acima indicamos sobre	• Instrução pública primária e secundária; • As fontes de ensino primário; População livre da Provincia é de sessenta mil pessoas; • População livre que sabe ler e escrever (cento e quarenta e um mil pessoas); • População livre com idade de 6 a 15 annos é de 168.799 entre pessoas do sexo masculino e feminino; • Da População escolar de 6 a 15 annos, apenas 1/8 frequenta escolas; • para a instrução primária, o orçamento provincial de 74 e 75 autorizou-se a despesa de 397.979.

		a população escolar, e entretanto o proprio governo não mostra perceber a demonstrada desidia do não cumprimento da lei!" "(...) Para esta instrução primaria, exclusivamente, o orçamento provincial d 74 - 75 auctorizou a despesa de 397:979\$330. O orçamento actual de 75 - 76 elevou a verba a 404:355\$990.. Isto, só com as chamadas escolas publicas primarias e respectiva reparação superior do inspector geral." "(...) Se ainda é pouco, é pelo menos muito mais do que cogitava-se para essa importante despesa há alguns anos. O que há, isso sim, é que tal verba é com certeza mui pouco aproveitada, como teremos occasião de verificar. Proseguiremos."
--	--	---

11/01 Editorial	"Retrospecto de 1875-III- A Instrução Pública", continuação do artigo anterior	"(...) Fiquemos por enquanto n'esses dados, e vejamos o que elles nos dizem. Quatrocentos e quatro contos e tanto para ensinar onze mil creanças. É muito ou é pouco? Uma e outra coisa: muito e pouco. Explica-se facilmente o enigma: Quatrocentos e tantos contos para ensinar primeiras letras a onze mil meninos é uma exorbitancia; essa quantia porém para custear 508 escolas é miseravel ninharia. O mal d'essa deshermenia, que torna a verba do orçamento ao mesmo tempo excessiva excessiva e insignificante, está em não ser o numero de escolas proporcional ao dos alumnos. Em 508 escolas, a 50 alumnos para cada uma, ensinava-se 25,400. Se a população escolar estivera regularmente condensada n'essa porção de 50 meninos para uma escola, os 11. 000 alumnos das matriculas officiaes podiam receber instrução em 220 escolas, e para esse numero de escolas os quatrocentos contos do orçamento já seriam uma verba regular nas nossas actuaes circumstancias." "(...) o que quer dizer que não é possível pensar em diminuir o numero de escolas, é força reconhecer como facto irrecusavel que a verba do orçamento é insignificatissima. "(...) Se a quantia ora votada é insignificante, como de facto é, dupliquemol-a, quadruplicuemol-a Em vez de quinhentos contos, seja embora isso o quinto da renda provincial, votemos para essa despeza mil contos, dous mil contos. A questão não é gastar; a questão é gastar com proveito."	• Instrução pública; • Não é possível diminuir o número de escolas; • Orçamento para a educação é insignificante; • A questão não é gastar: mas sim gastar com proveito.
-------------------------------	---	---	---

13/01 Editorial	"Retrospecto de 1875-IV- A Instrução Pública", continuação do artigo anterior	"(...) Os dados conhecidos sobre nossa instrução primaria official resumem-se no seguinte: 508 escolas, despeza de 400 e tantos contos de réis, e 11 mil alumnos constantes da matricula. Em nada é lisongeto semelhante quadro, principalmente quando se considera que esses 11 mil alumnos significam a realidade da matricula escolar, e que esta, sem exaggeração, pôde ser diminuida de um terço pelo menos para corresponder à realidade da effeiva frequencia. Não é pelo menos contristador o facto, desde que se confronta essa minima parcella com os 150 mil meninos e meninas de idade escolar que, pelos dados da estatistica, não frequentam nem escolas publicas nem escolas particulares. São varias e de natureza diversa as causas deste deplorável retratamento e desamor popular pela instrução. Pertencem umas aos proprios habitos e nivel intellectual da sociedade, e outras ao modo porque procede a acção governamental na direcção deste importantissimo ramo dos serviços publicos."	• Dados sobre a instrução pública official; • "Onze mil alumnos significam a realidade da matricula escolar", dado considerado exagerado; • Quadro "contristador" que confronta a parcela de cento e cinquentia mil meninos e meninas de idade escolar, que não frequentam nem escolas publicas nem particular; • Desamor popular pela instrução por parte da sociedade; • A acção governamental na direcção deste importantissimo ramo do serviço público.
15/01 Editorial	"Retrospecto de 1875-V- A Instrução Pública", continuação do artigo anterior	"(...) O governo provincial não distribui a seus administrados instrução secundaria. Em materia de ensino limita-se a sua solicitude ao pouco e ainda pessimo ensino primario, de que já temos conhecimento."	• Governo provincial não distribui a seus administrados instrução secundaria; • Em matéria de ensino limita-se ao ensino primário de pouco conhecimento.

19/01 Editorial	"Retrospecto de 1875-VI- A Instrução Pública", continuação	"(...) É lastimável, digamol-o com franqueza, a situação em que estamos em tal sentido, embora sirvanos de consolo a circunstancia de que não pertencemos ainda assim no numero das mais atrasadas provincias d'este vasto imperio. Nem o governo e nem os governados dão mostras de comprehender a gravidade do caso, e isto assim, não só na provincia como em todo o paiz." O Brazil, n'esse ponto como em tantos outros, ainda esta sob o pesado influxo de velhas doutrinas e mesquinhos habitos. Nossa instrução, em qualquer de seus grãos, é na sua feição normal e generica perfeitamente falsa, vazia, estreita e tacanha." "(...) O ensino, a instrução, é antes de tudo questão profundamente social e politica."	• Embora atrasada, a Província da São Paulo não pertence ao número das mais atrasadas províncias deste vasto Império; • Nem o Governo nem os governados dão mostras de compreender a gravidade do problema da educação na província e no país; • O Brasil ainda está sob o pesado influxo das velhas doutrinas e mesquinhos hábitos; • Nossa instrução, em qualquer de seus graus, é perfeitamente falsa, vazia, estreita e tacanha; • O ensino e a instrução como questão profundamente social e política.
11/03 Editorial	"A Reforma da Instrução Pública é Necessária e Inimada a Assembléa"	"(...) A reforma da instrução publica é sem duvida uma das que intimidadam a assembléa. Entretanto ella é urgente. Á instrução do povo deve merecer especial attenção dos corpos legislativos, mesmo porque o deputado conscienciosos e independente nos peritodos electoraes tem occasião de conhecer de que valor é a instrução concedida geralmente ao volante e ao eleitor. Um povo bem educado é uma garantia para aquelles que sabem lutar pela liberdade e pela ordem. O systema de ensino publico é mau entre nos. Aqui mesmo na capital as aulas funcionam em salas acanhadissimas, sem nenhuma das condições hygiénicas, e impropria para o fim a que são destinadas."	• A Reforma da Instrução Pública; • A instrução do povo merecendo atenção dos corpos legislativos; • O povo bem educado é uma garantia; • O sistema de ensino público na capital está sem nenhuma condição de hygiene e as salas são acanhadas; • A população geral do Império é de dez milhões de pessoas, das quais oito milhões e quinhentas mil eram analfabetas; • A situação do ensino em outros países é pior; • O analfabetismo é visto como produto das nossas misérias nacionais; • Somos um povo de analfabetos.

10/08	Editorial	“Algarismos Eloquientes” – Dados sobre a Instrução Pública”	“(…) Esta orçada a população geral do imperio, conta redonda, em dez milhões de almas. Nessa massa total conta-se como sabendo ler: Homens, 1.012.097 Mulheres, 550.981 Ao todo, 1.563.078. Conta redonda de analfabetos: oito milhões e quinhentos mil! É assustador, embora se possa afirmar que alguns paizes não estão em melhores circumstancias. Entre o analfabeto e o irracional a diferença não é de monte. Talvez nem seja erro dizer que o analfabeto é justamente o mais nocivo dos irracionais.” Esse desolador e gravissimo facto é a explicação primeira e mais radical de nossas miserias nacionaes. Somos um povo de analfabetos!”	• A população geral do Império é de dez milhões de pessoas, das quais oito milhões e quinhentas mil eram analfabetas; • A situação do ensino em outros países é pior; • O analfabetismo é visto como produto das nossas misérias nacionais; • Somos um povo de analfabetos.
24/09	Noticiário	“A Instrução Pública no Brasil”, Nota que foi publicada na Alemanha”	“(…)A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL – Com quanto se encontram lacunas na cultura intelectual do Brazil em comparação com os estados europeus, cumpre reconhecer que o Brazil, desde o tempo colonial, em que a instrução publica esteve totalmente esquecida por parte do governo, tem feito grande progresso” (Em uma obra publicada na Alemanha pelo dr. G. E. Wappaus, professor da universidade de Göttingen).”	• Instrução pública no Brasil em comparação com os estados europeus; • A Instrução Pública, esquecida por parte do Governo tem alcançado progresso;
5/12	Seção Livre	“o Sr Abílio César Borges”, transcrição do Diário de Minas, fala de seu ofício dizendo do péssimo estado em que se encontra a instrução pública”	“(…) O povo brasileiro, digo com dôr, não é hoje mais instruído do que era quando fez a sua independencia; nem se-lo ha mais daqui a 50 annos se continuar a levar o serviço da instrucção publica o mesmo teor. Também, meu caro senhor, como poderão concorrer com a instrucção do povo escolas, quaes as que possuímos, baldas de bons mestres, e baldas quasi totalmente de livros e dos outros meios de ensino?”	• O Povo brasileiro esta com grau de instrução igual ou idêntico ao da época da Independência; • A instrução do povo em escolas onde faltam mestres, livros e outros meios de ensino.

ANO DE 1877

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	<i>Palavras-Chaves</i>
06/01 Instrução Pública	"A Instrução Pública no Brasil e nos Estados Unidos", escrito por Alberto Salles"	"(...) É inegável que a única base verdadeira do progresso e da grandeza de um povo reside na escola, porque é ella a fonte para onde correm anciosos, a beber a agua da vida, aquelles que mais tarde, na qualidade de cidadãos, influirão não só na direcção da nua do Estado, como também em sua legislação e na distribuição de suas leis. Assim compete ao Estado o cuidado, o exame e a fiscalização completa dos estabelecimentos de instrução publica." "(...) Se os Estados Unidos tem espantado o mundo em seu desenvolvimento moral e material, é devido ao gigantesco impulso que recebeu a instrução popular; e se o Brazil é pobre, embora tenha a natureza sido pródiga para conosco, e se causamos pasmo ao mundo pelo nosso atraso, é porque não temos escolas. Fundem-se escolas, edique-se o povo, espalhe-se a luz por todas as camadas sociaes, e o gigante da América meridional, hoje adormecido, levantará amanhã a cabeça altiva diante das outras potencias da terra."	• Única base verdadeira do progresso e da grandeza de um povo reside na escola; • Compete ao Estado cuidar da fiscalização da escola de instrução pública; O desenvolvimento dos estado unidos deve-se a Instrução Popular; • Fundem-se escolas, edique-se o povo, espalhe-se a luz por todas as camadas sociais e o Brasil se tornará uma das maiores potências da terra.
11/01 Seção Livre	"Educação do Povo", escrito por Abílio César Borges"	" (...) Outro seria por certo o estado da instrução do povo brasileiro se possuíssem todas as freguezias parochos e inspectores de ensino, animados de igual fervor ao de v. s., eu faço votos para que tenha v. s. imitadores nesse nobre empenho que o levou a procurar, a bem das escolas de sua parochia, no poder individual os recursos que o poder governamental não dá, nem poderá jamais dar à todas na proporção das necessidades, ainda que nos seus depositarios sobrassem zelo, actividade e bons desejos."	• O estado da Instrução do povo brasileiro; • A necessidade de todas as freguesias terem inspetores de ensino, escolas e recursos apropriados para o ensino.

09/02 Seção Administrativa	“Extratos do Relatório da Presidência - Instrução Pública”; apontam dados sobre a instrução	“(…) O recente relatório da administração provincial, apresentado á assembléa no dia de sua instalação, é o quadro mais ou menos completo da situação da provincia.. “O desenvolvimento intellectual em nossa provincia não alcançou ainda o nível do progresso material. A população é calculada em 837,354 habitantes, e destes 696,131 jazem nas trevas da ignorancia. Temos 462 escolas providas, e são apenas frequentadas por 10,826 alumnos, o que dá 23 a cada uma.”	• Recente Relatório da Administração Provincial; • Desenvolvimento intelectual na Provincia; • Dados informando o número de habitantes, de escolas e de alunos.
10/02 Seção Administrativa	“Escolas em Campo-Largo”	“(…) O movimento em favor da instrução vae se tornado cada vez mais notavel em nossa provincia. O desejo de instrução cresce de dia em dia e a iniciativa particular consegue crear escolas, fazer professores, edificar casas especiaes e organizar associações, que se incumbem de propagar os conhecimentos uteis. “(…) A questão do ensino publico, portanto, apresenta-se hoje reclamando todo o cuidado e exame dos cidadãos. Instruir convenientemente o povo equivale a liberta-lo; mas no convenientemente está a grandeza do acto.”	• Movimento em favor da instrução; • Crescente desejo de instrução; • Criação de escolas pela iniciativa particular; • Associações que propaguem conhecimentos úteis; • Instruir convenientemente o povo equivale a libertá-lo.

17/03 Instrução Pública	“Um Exemplo” do transcrição “Ensaio” de Piraci- caba.	“(...) O Ensaio, pequeno periodico publicado em Piracicaba já nos deu há dias notaveis observações a respeito da instrução publica, que nós transcrevemos. Em outro numero recente, de 11 de março, traz as novas considerações que passamos a reproduzir, igualmente interessantes, com referencia especial ás escólas publicas primarias daquella importante cidade. É lastimavel o que nos revela o contemporaneo. Deve isso ser lido e relido pelos senhores deputados provinciales, pelo exm. Presidente da provincia, pelo sr. Dr. Inspector geral da instrução, e por todos os que se interessa por esse melindrosos assumpto. “Nesta cidade (Piracicaba) existem creadas cinco cadeiras de instrucção primaria -- duas para o sexo masculino, tres para o feminino. Existem, sim, porque foram creadas pela assemblea provincial, embora sua existencia seja meramente “ideal” -- platonica official.” Em nosso paiz -- official e ideal -- são expressões synonymas, menos quando tem de pagar, porque então “official” significa mais que “real”, o paiz paga sempre o que compra ou o que manda fazer pelo duplo ou triplo do que realmente vale. Com esta explicação nossa noticia deixara de escandalisar os leitores, que não sabem quem são os professores, nem onde funcçionam essas cinco escólas na cidade. A verdade verdadeira é a seguintes: As duas escólas para o sexo masculino estão sem professores.”	• Periódico da cidade de Piracicaba-SP, cita a existência de cinco cadeiras de instrução pública, sendo três para o sexo masculino e duas para o sexo feminino; • Indica que essas cadeiras existem porque foram criadas pela Assembleia Provincial; • Compras públicas feitas pelo triplo do valor; • A inexistência, na prática, do funcionamento dessas escolas em Piracicaba, por falta de professores.
-------------------------------	---	--	--

14/04 Editorial	“A Instrução e a Assembléa”	“(…) Atendam para o que vamos expor: Na secção do dia 12 foi o seguinte projecto offerecido á deliberação dos srs. Deputados: A assembléa provincial decreta: Art 1º Fica habilitado para exercer o professorado publico de 1.as letras o tenente Benedicto Velloso de Oliveira, independente de exame e concurso. Art. 2º O cidadão de que trata o artigo gozará de todas as vantagens pela lei attribuidas ao alumno que tendo sido approved em exame da Escola Normal, exerce o professorado.” “(…) Mas não se trata disso , trata-se do tristissimo exemplo de favor pessoal que em menosprezo do s interesse publico ostenta o projecto Si a assembléa abre a porta ás nomeações de professores por decreto, sómente porque um deputado arvora-se em padrinho do actual candidato, com que justiça há de amanhã recusar o mesmo obsequio aos demais deputados, quando cada um delles apresentar o seu afillhado á nova pia baptismal de professores? ” “(…) Ouvimos dizer que os professores publicos estão sem receber seus ordenados, não abemos ao certo si de Julho sómente ou de Junho e Julho.”	• Habilitação para exercer o professorado público; • As vantagens aos aprovados em Exame da Escola nacional que exerce o professorado; • Menosprezo aos interesses públicos.
09/08 Noticiário	“Professores às Moscas”	“(…) Ouvimos dizer que os professores publicos estão sem receber seus ordenados, não abemos ao certo si de Julho sómente ou de Junho e Julho.”	• Ordenados dos professores públicos em atraso.
28/12 Instrução Pública	“Escolas Públicas”	“(…) Escrever sobre este assumpto tem sido até hoje perfeita inutilidade. A imprensa brasileira, honra lhe seja feita, não cessa de negar que a prosperidade dos Estados constituídos sobre a base da soberania popular, depende do grau de illustração dos individuos que os compõem.” “(…) Muito pouco temos adelantado em materia de instrução publica.”	• Escrever sobre o assunto referente as escolas públicas é inútil; • A imprensa não para de indicar que a prosperidade dos Estados constituídos sobre a soberania popular depende do grau de illustração das pessoas; • Estamos muito atrasados em matéria de instrução.

30/12 Instrução Pública	"Falta de Professores"	"(...) Não é a falta de professores que devemos atribuir o atraso da instrução popular no Brasil. Pode-se dizer que os há em demasia, especialmente nesta província." "(...) Não nos seria difficullosa tarefa indicar logares da provincia onde isto se passa. Resultado desta practica prejudicial é o ser mal applicada, mal gasta, a limitadissima verba de que dispomos para o ensino do povo." "(...) A escola particular, eis o remedio que a necessidade impõe então aos que desejam educar seus filhos. Porque o ensino gratuito é máu, convém pagar aos mestres. Desaparece a escola democratica, levanta-se fronteira a ella a das crianças que tem dinheiro. Eis ahi desde a infancia estabelecida a divisão de castas." "(...) Quantos perigos não se encerram nesse estado de cousas?"	• Não é a falta de professores que atribui o atraso da Instrução Popular no Brasil, mas a falta de investimento.
-------------------------------	------------------------	--	--

ANO DE 1878

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s)	Palavras-Chaves
23/01 Editorial	"S. Paulo e os Paulistas"	"(...) É opinião geralmente aceita, e a cada passo repetida na imprensa, que a província de São Paulo, na senda do progresso, marcha na vanguarda de suas irmãs <i>Este conceito honrado, que nos torna dignos do nome legado pelos antigos paulistas, deve ser estimulo a novos comprometimentos, para maior realce d'esse nome, tão justamente ennobrecido.</i>" "(...) Não é somente a falta de escolas que se deve atribuir o rebaixado nível da instrução popular nesta província. <i>Há escolas de mais, mas escolas creadas sem critério, sem attenção á diversidade de recursos e situações dos lugares em que ellas têm de funcionar.</i>"	• Província de São Paulo no centro do progresso; • Estimulos a novos "comprometimentos".
29/01 Instrução Pública	"Falta de Escolas"	"(...) Muito se tem escripto sobre o atrazo da instrucção publica, cuja causa (dizem todos) é a incapacidade do professorado, ignorancia do corpo docente, homens desanimados que procuram o magisterio publico como meio de subsistencia. Para nos a causa não esta na incapacidade profissional, mas sim na lei.; não esta na ignorancia, mas nos regulamentos e na nenhuma importancia., que se liga ao professor, reduzindo-o a nullidade, como passamos a provar."	• Falta de escolas; • Baixo nível de instrução; • Escolas criadas sem critérios e em lugares desnecessários.
05/04 Seção Livre	"Para o Exm. Governo ver". escrito por um professor	"(...) Muito se tem escripto sobre o atrazo da instrucção publica, cuja causa (dizem todos) é a incapacidade do professorado, ignorancia do corpo docente, homens desanimados que procuram o magisterio publico como meio de subsistencia. Para nos a causa não esta na incapacidade profissional, mas sim na lei.; não esta na ignorancia, mas nos regulamentos e na nenhuma importancia., que se liga ao professor, reduzindo-o a nullidade, como passamos a provar."	• Muito se escreve sobre o atraso da instrução pública, tendo como causa, os professores (sua incapacidade e ignorância); • Acredita-se que a incapacidade esta na lei e nos regulamentos que reduzem o professor a nulidade.
13/06 Instrução Pública	"Reforma do Ensino"	"(...) De certo tempo para cá a instrucção publica tornou-se o thema predilecto de todos aquelles que procuram recomendar-se ao povo ou ao rei. O que devia ser acto voluntario, reflectido e patriotico, passou em muitos casos a ser a resultante da exploração da vaidade em virtude das graças prometidas pelo poder aquelles que auxiliassem o ensino publico. <i>Como quer que seja, porém, a instrucção publica é assumpto que parece merecer os cuidados do governo; a attenção de cidadãos ricos e de muitos sinceramente amantes do paiz cujo futuro deve ser mais ou menos brilhante, conforme os esforços empregados hoje para a elevação e alargamento da instrucção primaria, secundaria e superior.</i>"	• Instrução pública tornou-se tema predileto daqueles que recomendam ao povo e ao rei; • a exploração da vaidade em virtudes das graças protetoras para quem auxiliasse o ensino público; • A Instrução Pública é um assunto que merece os cuidados do governo; • Atenção dos cidadãos ricos e dos amantes do país deve ser mais ou menos brilhante; • Atenção dos cidadãos para a instrução primária, secundária e superior.

05/09 Noticiário	"O Caos da Instrução Pública"	<i>"(...) Considerando, que se acham vagas actualmente 190 escolas de instrução primaria, sendo 145 do sexo masculino e 45 do feminino;</i> <i>Considerando, a urgente necessidade de prover-se a educação da infancia, que carece de instrução elemental, satisfazendo-se assim as justas aspirações das localidades, que reclamam esse beneficio, de que têm estado e continuarão privadas por tempo incerto, illudindo-se desta arte os votos do legislador que creou escolas para que fossem providas;"</i>	• Escolas de instrução primária vagas; • Ilusão do estado legislador; • Urgente necessidade de prover-se a educação da infância.
--------------------------------	--------------------------------------	---	--

ANO DE 1879

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	Palavras Chaves
03/01 Noticiário	"Idéias Bonitas", presentes no relatório de Leôncio de Carvalho	<i>"(...) As reformas é possível que tenham muita cousa a emendar ou completar, mas é certo que foram inspiradas pelos princípios da democracia e pelas idéas adelantadas que no assumpto professa a muito tempo o sr. dr. Leôncio de Carvalho."</i>	• Emendas inspiradas no princípio da democracia e nas idéias de Leôncio de Carvalho.
15/02 Seção Livre	"Escola Pública", escrita por Cesário Lange	<i>"(...) As escolas publicas, creadas e providas em tão grande numero, não podem preencher inteiramente seu fim.</i> <i>Em todas ellas as creanças perdem grande parte de seu tempo : os professores não podem adoptar um systema de ensino, nem empregar os processos mais apropriados, porque o logar da aula é acanhado, porque não dispõem de móveis, porque os alunos não possuem os mesmos livros de leitura, a mesma grammatica, a mesma arithmetica, o mesmo catechismo, porque a uns faltam traslados, a outros a tinta, a pena, o papel!</i> <i>O professor, a principio, procura vencer todos estes obstaculos, sacrifica uma parte de seu mingoado ordenado para obter uma casa melhor e fornecer alguns objectos mais necessarios, redobra de actividade, multiplica-se, mas, depois, vendo que os meios de subsistencia escaceiam, que a saude foge, esmorece e deixa que a escola caminhe a mercê das circumstancias."</i>	• As escolas públicas em grande parte não preenchem o seu fim; • As crianças perdem grande parte do seu tempo; • Professores sem condições de dar aulas; • As escolas não tem móveis nem livros; • A falta de equipamentos e de materiais; • O sacrificio dos professores que oferecem objetos de ensino.
29/04 Assembléa Geral	"Fala do senador Dr. Junqueira sobre o Decreto 7247	<i>"(...) SENADO</i> <i>Na sessão de 26 o sr. Junqueira occupou-se do decreto sobre a reforma do ensino.</i> <i>Ataca-o por Ter sido feito sem auctorisação do corpo legislativo, e diz que elle crêa despesas enormes e altera o acto adicional.</i> <i>É contradictório, como se vê, comparando o artigo 26 com o art. 28. Manda pôr já em execução medidas, que ao mesmo tempo diz que ficam dependentes da approvação legislativa; porque importam augmento de despesa."</i>	• Decreto sobre a Reforma do Ensino; • Despesas com a educação altera o Ato Adicional; • Aumentos de despesas.

30/04	Ministério do Império – O Decreto 7247, de 19/04/1879”	“(...) DECRETO 7.247 DE 19 DE ABRIL DE 1879 Reforma o ensino primário e secundário em todo o império.”	• Reforma o ensino primário e secundário em todo o Império.
01-03/05 e 24/05	Informações Gerais sobre o mesmo.		
17/06	“O Dr. João Barbalho Cavalcanti”	“(...) Acha-se nesta capital este ilustrado pernambucano, inspector geral da instrução na provincia de Pernambuco, S. S. têm visitado alguns estabelecimentos de ensino e procurado conhecer o estado desse ramo de serviço publico entre nós. Infelizmente deve ser má a impressão recebida, porque a provincia de S. Paulo em instrução publica e mesmo na particular é uma das mais atrasadas. Cumprimos o funcionario e agradecemos o cavalheiro a delicadeza da offerta que nos fez de alguns folhetos relativos a instrução naquella provincia.”	• Visita do Inspetor Geral da Instrução da Província de Pernambuco aos estabelecimentos de ensino da Província de São Paulo.
20/06	“Os Estadistas e o Estado (Palestra Politi- ca)”, escrita por José Leão (continuação)	“(...) a educação scientifica foi descuidada, sem noções exactas do mundo em que habitavam da natureza em cujo seio viviam, tinham a vaga intuição da historia, sem saber as modificações a que estão sujeitas as raças. Os exemplos terriveis dos povos, que antes delles se haviam governado pelo mesmo systema,, faziam tremer os nossos homens e as cogitações do futuro eram todas inspiradas na sua consciencia fragil de demolidores.”	• A educação científica foi descuidada sem noção exata do mundo, da natureza e com vaga intuição da História e das modificações que estão sujeitos os povos.
21/09	“Cartas ao Presidente da Província S. Paulo - I”, escrita por J. A. Comenius	“(...) mal atamancada a instrução primaria, a secundaria atamancase igualmente, e espera-se que as necessidades da vida hão de affeição ao estudo e abrir o caminho que os professores nem indicaram.”	• Oferecimento indevido da instrução primária e secundária.

19/11 Instrução Pública	"Considerações os Exames", por José Leão	<i>"(...)Quando se pensava que o ensino livre fosse um progresso para o país, um pharol para as academias, viu-se que não passou de uma chimera do moço lente que um belo dia foi surprehendido com a pasta de ministro.</i> <i>Uma das razões pela qual a reforma do ensino se nos antolhou absurda e impossível é porque as disposições contidas no decreto de 19 de Abril requeriam organizações próprias, espiritos emancipados nas cadeiras dos diferentes cursos e não é com o actual corpo cathedrático, composto na maior parte de velhos turrões, que a liberdade da instrução possa conquistar adeptos e vigorar no terreno das nossas academias."</i>	• O Ensino Livre como uma quimera do moço lente ,que foi surprehendido fazendo parte do Governo; • Reforma do ensino absurda; • Corpo catedrático composto por velhos conservadores, progresso, país, academias, pasta de ministro, reforma de ensino, decreto, cadeiras, espiritos emancipados, corpo catedrático, liberdade da instrução.
-------------------------------	--	--	---

ANO DE 1880

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	Palavras Chaves
07/03 Questões Sociais	"S. Paulo e Sua Instrução Pública", escrito por um professor público	"(...) Compulsando nossa legislação provincial, vemos que nosso ordenado fixo de 500\$, é o maximo marcado para as cidades pela lei n. 34 de 1846 (há 34 annos!!) lei n. 47 de 7 de maio de 1857 estabeleceu a gratificação de 100\$, que a lei n. 8 de 1862 elevou a 150\$,..." "(...) Em materia de instrução publica parece que regressamos em lugar de progredir."	- Ordenado fixado no valor máximo de 500\$; - Em matéria de Instrução Pública parece que regredimos em vez de progredirmos.
10/04 Editorial	"Trata da discussão na Assembléia do projeto de Inglez de Souza para a Escola Normal"	"(...) O sr. Inglez de Souza que fallou longamente sustentando aquelle seu projecto e combatendo o substitutivo da commissão, collocou-se em um terreno falso e avançou proposições contestaveis em relação á instrução publica e á educação nacional."	Inglez de Souza combate o substitutivo da comissão.
30/07 Editorial	"A Instrução Pública na Província está atrasadissima, ao mesmo tempo, que ella se encontra bem longe do seu desenvolvimento material"	"(...) É um facto incontestavel, e confessado officialmente, que a instrução publica nesta provincia está atrazadissima e muito longe do seu desenvolvimento material." "(...) Pòde-se dizer que, tratando-se de progresso, o nome paulista apresenta-se como um exemplo, como um estimulo. Não assim quanto á instrução publica."	A instrução pública longe de seu desenvolvimento material.
07/09 Editorial	"Trata das agitações em torno da reforma da instrução no Rio de Janeiro"	"(...) Parece que a idéa de se reformar o ensino entra no periodo de agitação efficaç, porque revela um plano combinado e tem logar na capital do imperio, em face do imperador e dos seus ministros" "(...) grande parte coube tambem ao governo e aos mestres. São estes os tres principaes factores desse producto mau, inconsistente e absurdo que se chama - instrução primaria, secundaria e superior."	- A idéia de reformar o ensino entra no periodo de agitação no Rio de Janeiro, relacionada com a Instrução Primária, Secundária e Superior; - Neutralização dos efeitos da Reforma Leoncio de Carvalho.
07/09 Seção Livre	"O Aniversário da Independência e a Educação Nacional", escrito por Assis Prado	"(...) Quando um ministro como sr. Leoncio, amante da instrução, tem o arrojo de publicar um decreto, melhorando-a muito mais do que estava, a astucia busca meios de neutralizar e impedir os bons effeitos da reforma, e tudo volve ao estado anti-diluviano; e a gente toda da reforma ou revolução se curva submissal!"	Neutralização dos efeitos da Reforma Leoncio de Carvalho.

22/09 Editorial	“Fala do Presidente da Província de São Paulo, reclamando do atraso da instrução nesta província”	“(…) Eis ahí uma verdade, confessada oficialmente e incontestavel. Nesses trinta annos atrazámo-nos ou parámos, sem um ideal em materia de ensino, sem um plano scientifico, sem comprehensão do valor da instrucção.”	• A falta de ideal e de comprehensão do valor da Instrução.
28/09 Editorial	“Trata da falta de zelo dos ministros que nunca cuidaram com seriedade da instrucção”	“(…) há na vida deste paiz phenomenos admiraveis. Algumas vezes o absurdo se apresenta de par com o ridiculo, e outras vezes o despotismo ostenta-se ao lado da villania.”	• Despotismo ostenta-se ao lado da vilania.
10/10 Instrução Pública	“Continuação de artigo, que trata do abandono das escolas publicas”	“(…) Toda a reforma improvisada é uma reforma condemnada.”	• Toda Reforma improvisada é uma Reforma condemnada.
27/10 Editorial	“Apresentação de propostas feitas pelos professores sobre a reforma do primário”	“(…) Erguer os mestres do abatimento moral em que se acham, estimul-os a estudar, pensar e reunir os resultados de suas experiencias na applicação dos methodos, é uma necessidade; e para taes fins devem convergir os esforços dos que trabalham sériamente pela reforma da instrucção primaria. É por isso que applaudimos o procedimento dos professores que têm mandado á commissão as suas observações.”	• Erguer os mestres do abatimento moral em que se acham e estimulá-los é uma necessidade; • Esperanças pela Reforma da Instrução primária.

ANO DE 1881

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	Palavras Chaves
24/04 Instrução Pública	"Ao Exm. Presidente da Província de S. Paulo", carta escrita por J. A. Comenius"	"(...) Os tempos correram e nada, absolutamente nada, de feito se nota, a não ser a criação da Escola Normal que, apenas nascida, já pede em altos brados uma reforma, mais na altura do conceito que do professor se tem na época actual."	• Criação da Escola Normal.
09/06 Seção Livre	"Instrução Pública"	"(...) lms. E exms. srs. deputados á assembléa legislativa provincial de S. Paulo. - Os abaixo assinado, professores publicos primarios n'este districto de Lorena, vêm pedir a essa illustre assembléa a elevação dos vencimentos dos actuaes professores simples ou não normalistas, e bem assim o auxilio, a todos os professores publicos, de metade, ao menos, da quantia que cada um d'elles despende com aluguel de casas para as funcções da escola e residencia."	• Abaixo assinado dos professores públicos do distrito de Lorena solicitando elevação dos vencimentos.
01/10 Instrução Pública	"Professores Normalistas", comunicado	"(...) Os professores normalistas e os que a elles são equiparados não tiveram ainda, até esta data, solução alguma definitiva sobre o pagamento de seus vencimentos dados pela lei n. 110 d'este anno e suspensos por s. exc. O sr. Presidente da provincia, em 29 do mez findo. - Que demora é esta de decidir-se uma questão decidida?"	• Cobrança de solução definitiva para o pagamento de vencimentos.
06/12 Editorial	"Transcrição do comunicado escrito no interior e que trata da Universidade"	"(...) Ora, o povo, não é de Universidade que precisa, é de instrução primaria, de escolas espalhadas por toda a parte e ao alcance de todos, e que todos sejam obrigados a frequentar. A Universidade, essa será só para a Côrte e para os ricos. Instruir primeiro a massa popula, eleve-lhe o nivel intellectual e moral, que então compehenderá a utilidade da sciencia e dos doutores, e será bem vinda a vossa Universidade. Fazer o contrario e começar por esta será vestir o paiz de casaca conservando-o em ceroulas, como já alguem disse."	• O povo não precisa de Universidade mas de Instrução Pública (primária), Universidade é só para Corte e para os ricos. • Instruir primeiro a massa popular; • Elevar o nível intelectual para compreender a utilidade da ciência e dos doutores.

ANO DE 1882

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	Palavras Chaves
06/10 Seção Livre	"Instrução Pública - Ao Exm. Sr Conde de Três-Rios"	<i>"(...) Há mais ou menos cinco mezes que, em virtude de uma portaria do governo, o Thesouro provincial suspendeu o pagamento da melhoria de vencimentos concedida aos professores normalistas da provincia pela lei n. 110 de 30 de junho do anno passado."</i>	Falta de projeto para melhoria dos vencimentos dos professores normalistas da provincia.
10/01 Editorial	"Trata das frequentes reformas da instrução publica"	<i>"(...) Nada como a instrução publica se reforma entre nós com mais frequencia, o que não impede que nenhum outro serviço ande e continue a andar mais desorganizado. Como o assumpto, em todo o caso, é digno de séria attenção, vale a pena pelo menos registrar as occorências."</i>	- A frequência com que se reforma a Instrução Pública; - Serviço público desorganizado.
14/02 Editorial	"Fala da reforma da instrução em andamento"	<i>"(...) É louvavel o empenho com que os dous cavalheiros que ultimamente tem estado na administração da provincia, procuram regular o serviço da instrução publica. Há dias tivemos occasião de mencionar um acto referente á execução de algumas leis que estavam sendo interpretadas de modo a alterar o plano da reforma projectada."</i>	Regulamentação da Instrução Pública e da Administração da Provincia.
28/02 Editorial	"O jornal Diário da Manhã" comenta o editorial de 21/02 da "Provincia", que ressonda aqui.	<i>"(...) Em primeiro logar direnos que não se pôde attribuir ao senador Florencio de Abreu a facilidade de ter sancionado uma lei sem conhecer o seu alcance relativamente ao plano de reforma da Instrução Publica: 1º, porque o acto da sanção importa, em objecto de tanta transcendencia, conhecimento exacto dos eu alcance; 2º, porque o senador Florencio, que tinha como um dos pontos do seu programma apressar essa reforma e tomar providencias no sentido de facilitar-a, como prova o acto suspendendo o concurso para as cadeiras vagas, não podia negligenciar sobre assumpto que, no entender da "Provincia", trouxe confusão no regimen do ensino primario ""</i>	Plano de reforma da Instrução Pública pelo Senador Florêncio de Abreu.
23/03 Editorial	"Comentários feitos sobre o discurso de Rodolfo Dantas"	<i>"(...) S. exc. occupa-se largamente da instrução publica, revelando-se conhecedor dos mais adiantados processos adoptados n'este importante ramo dos serviço publico, manifestou opiniões tão adiantadas, que causaram verdadeiro assombro a muitos senadores."</i> <i>"(...) Em todo o caso, o sr. Rodolfo Dantas assignalará brilhantemente a sua passagem pelo poder, si iniciar e levar a cabo reformas do ensino, no sentido pratico e utilitario em que hontem se manifestou."</i>	Comentários feitos por Rodolfo Dantas, a respeito da Instrução Pública.

15/04 Editorial	“O Presidente da Província manda publicar várias leis.”	“(…) na folha official sahiram, no dia 12, varias leis mandadas publicar pelo sr.. presidente da Assembléa em virtude do art. 19 da lei de 12 de agosto de 1834, o acto adicional, isto é, por não as ter o presidente da provincia sancionado nem motivado a não sanção no prazo legal. Quasi todas versam sobre a instrucção publica primaria da provincia e constituem verdadeiros favores pessoas.”	• Leis mandadas publicar pelo Sr. Presidente da assembléa, em virtude da Lei de 12.08.1834, versando sobre a Instrução Pública.
11/05 Editorial	“A reforma completa da instrucção pública é urgente”	“(…) Uma boa reforma da instrucção, trabalho o mais completo possivel, abrangendo o ensino primario, o secundario e o superior, não é assumpto que possa e deva ser adiado por mais tempo.”	• Reforma completa sobre a Instrução Pública referindo-se ao Ensino Primário, Secundário e Superior.
06/06 Editorial	“Reclamo de que a Reforma da Instrução” ainda não aconteceu”	“(…) Dizia-se em meado de abril que a reforma da instrucção publica estava prompta e seria apresentada à Camara dos Deputados dentro de dous ou tres dias. Varios jornaes deram algumas informações acerca do plano, e nos aqui apresentámos em summa os pontos capitaes do grandioso trabalho da respectiva commissão aquella caos do parlamento. São, entretanto, decorridos mais de vinte dias e a nação espera Ter conhecimento exacto do que se pretende fazer em relação ao decerto de 19 de abril.”	• Reforma da Instrução pública apresentada à Câmara dos Deputados.
15/06 Editorial	“Trata do Parecer da Câmara a respeito do Decreto de 19 de Abril de 1879”	“(…) Está publicado o parecer da commissão de instrucção da camara temporaria relativo ao decreto de 19 de abril. É incontestavelmente um trabalho importante e o primeiro parecer de verdadeiro merito que sahe das commissões n'esta legislatura. A discussão da reforma do ensino publico, tendo por base esse trabalho, devia abrir-se e correr notavel. Duvidamos, porém, que elle seja dado para ordem do dia n'esta sessão e que os homens mais competentes com assento na Camara se disponham a discutir convenientemente a reforma.”	• Parecer da Comissão de Instrução da Câmara Temporária relativo ao decreto de 19.04.; • Discussão da Reforma do Ensino Público.
06/08 Editorial	“Fala do atraso da Instrução Pública na Província de São Paulo”, editorial escrito por Rangel Pestana.	“(…) Não há quem ignore e deixe de afirmar que a instrucção publica n'esta provincia não corresponde ao seu desenvolvimento material, aos commetimentos da iniciativa particular no tocante ás industrias, principalmente as de viação. Disse-o ainda hontem no salão da “Propagadora” o sr.. conselheiro Leocicio, que pintou ao vivo o quadro sombrio do ensino primario e o não menos desanimador do secundario.”	• A Instrução Pública na Província de São Paulo, não corresponde ao desenvolvimento material, nem aos cometimentos da iniciativa particular.

21/09 Editorial	"Notas e Respigas", escrito por Rangel Pestana.	<i>"(...) Pelo muito que se fala hoje da instrução devia-se esperar que o governo cuidasse seriamente d'esse elemento importantíssimo na formação do carácter nacional e no desenvolvimento das forças de um povo para grandes commetimentos na sciencia, na industria, nas artes e na politica. Infelizmente há mais palavras que acções, mais illusões que realidade, mais jogo de interesses pessoases que justiça nos actos dos administradores. É isto o que estamos vendo. O sr. Conselheiro Soares Brandão, por exemplo, não toma a sério o serviço da instrução publica em nossa provincia."</i>	• A instrução como elemento importante na formação do carácter nacional e no desenvolvimento de forma geral. • O governo não toma a sério o serviço da Instrução Pública na Provincia.
30/11 Editorial	"Editorial, escrito por Rangel Pestana"	<i>"(...) Quanto á instrução publica, a administração do sr. Soares Brandão tem sido infeliz. Há por ahí muitos logares sem inspector de districto. A imprensa de Santos, por exemplo, diz que há mezes que o municipio não tem inspectores de instrução, e assim outros logares."</i> <i>"(...) Mas, o sr. Conselheiro Soares Brandão é a imagem do seu imperador: governa constitucionalmente, ouvindo a todos para nada fazer ou fazer o peor com a responsabilidade de muitos. A opinião na provincia está formada a respeito de s. exc. E crêmos havel-a fielmente representado."</i>	• Critica o estado da Instrução Pública, a pessoa de Soares Brandão e o Imperador.

ANO DE 1883

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	<i>Palavras Chaves</i>
24/02 Editorial	"Necessidade dos legisladores concluírem a reforma da instrução", editorial escrito por Rangel Pestana	"(...) Há, seguramente, oito dias que o projecto da reforma da Instrução Publica da provincia corre impresso e já com o parecer da respectiva comissão, cujo relator foi também um dos membros da comissão encarregada de organizar o plano que constituiu o projecto offerecido à assembléa. São poucos os pontos que podem levantar mais largo debate, os quaes, na 1ª discussão, se elucidarão."	Projeto da Reforma da Instrução Pública da Província esta impresso já com o parecer da respectiva comissão.
06/03 Seção Livre	"Reforma da Instrução", escrito por Olympio Catão	"(...) Si os projectos membros da comissão que formulou o projecto de reforma da Instrução, em sua quasi totalidade, não me inspirassem illimitada confiança eu acreditaria que se procurou propositalmente prejudicar não só os professores de concurso, como especialmente os habilitados na Escola Normal em 1876 e 1877!"	O Projeto de Reforma da Instrução prejudica professores aprovados em concurso e os habilitados na escola Normal.
13/03 Instrução Pública	"Instrução Pública", trata da situação em que ficará os professores com a reforma da instrução pública.	"(...) Muitos professores são casados, e teem já familia. Poderão manter-se em S. Paulo só com o seu vencimento!? O governo tira lhes a gratificação, dando-lhes somente os vencimentos; o seu ordenado fica reduzido a cincoenta mil réis por mez. Com essa quantia, o professor há de Ter casa, mesa, roupa lavada e engomada, livros para os seus estudos e mais utensilios necessarios?!"	Os vencimentos dos professores são insuficientes.
14/08 Editorial	Editorial escrito por Rangel Pestana	"(...) Lendo a Provincia de São Paulo, n. 2.394, de 13 de março proximo findo, vi que os illustrados collegas da capital, em numero de 21, reuniram-se na sala da Instrução Publica para eleger seu representante na Corte perante o Congresso Pedagogico ao distincto professor Thomaz Galhardo, deliberado na mesma occasião representar contra o projecto de reforma do ensino primario, que muito de perto fere os interesses dos actuaes professores, maximo dos que não são normalistas."	Província de São Paulo – jornal – A reunião da sala da Instrução Pública elegeu como representante do professores na Corte junto ao Congresso Pedagógico o professor Thomaz Galhardo.
07/10 Notas e Respigas	"Notas e Respigas, escrito por Rangel Pestana	"(...) Parece que o fim do imperador é conhecer, em sabbatina, qual dos dous estadistas é capaz de lhe servir na reforma da instrução publica."	O fim do Imperador é conhecer qual dos dois estadistas é capaz de lhe ser fiel junto a Reforma da instrução Pública.

27/10 A Liga do Ensino no Brasil	“A Liga do Ensino no Brasil”	“(…) damos as bases da organização d'esta util associação que já nos mereceu palavras de louvor. CONSTITUIÇÃO DA LIGA DO ENSINO NO BRASIL Fins da sociedade Os socios A administração.”	• Constituição da Liga do Ensino no Brasil.
27/10 Seção Livre	“Ao Professorado Público Primário da Província”, escrito por Olympio Catão	“(…) Cumpre que cada professor entenda-se a respeito com o deputado em que votou, fazendo-lhe especialmente sentir que alguns artigos do projecto que se quer converter em lei é um grave problema para os mestres que sabem sel-o”	• Cada professor deve procurar o deputado em que votou e mostrar que alguns artigos do projeto de lei é uma grave problema para os mestres.

ANO DE 1884

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	<i>Palavras Chaves</i>
23/09 Editorial	"A Instrução Pública na Província", editorial escrito por Rangel Pestana.	"(...) Não vale a pena levantar questões que ficarão abandonadas ou quando muito tratadas às carreiras, sem a devida importância. A instrução pública é uma dessas questões. Ninguém ignora que esse ramo de serviço público, na província, se acha em condições injustificáveis em face do progresso industrial; não corresponde de modo algum, à fama que acompanha o nome paulista." "(...) O actual systema de ensino é pessimo; os processos absurdos, o plano geral defeituosissimo." "(...) A reforma da instrução primaria recebe os cuidados do presidente illustrado o sr. Dr. Almeida Couto que há trabalho feito e apresentado a Assembléa em 1882."	• As questões relativas a instrução pública são tratadas as carreiras, sem a devida importância; • Esse ramo de serviço público na Província (ensino) encontra-se em condições injustificáveis, em face do progresso industrial; • O atual sistema de ensino é péssimo e defeituoso.
07/12 Editorial	"O Ensino Primário", escrito por Rangel Pestana.		• Reforma da Instrução Primária recebe os cuidados do Sr. Almeida Couto na Assembléia de 1882.

ANO DE 1885

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	Palavras Chaves
11/03 Editorial	"Um Bom Espelho", editorial escrito por Rangel Pestana	<i>"(...) Deve ter cahido sob as vistas dos srs. deputados o relatório do inspetor da instrução, e, apesar de deficiente como esse mesmo funcionario confessa, é um documento que fornece dados para julgarmos as condições da instrução primaria na provincia. É força confessar que grande parte dos males que affectam a instrução das escolas publicas de ensino primario, provêm da politica na sua manifestação de caracter pessoal, procurando na influencia do favoritismo os meios de acção e triumpho. Nenhuma reforma, portanto, será proficua, se não procurar vencer energicamente essa influencia. Isso que ahi está e não honra a provincia de S. Paulo, é producto dos srs deputados, os de hoje e de hontem. Basta olhar para os mappas para se reconhecer quanto os legisladores provinciales têm comprometido o bom andamento da instrução primaria."</i>	• O Relatório do Inspetor da Instrução, embora seja deficiente, fornece dados para julgarmos as condições da Instrução Primária na Província; • Grande parte dos males que afetam a a instrução das escolas públicas vem da política; • Nenhuma reforma será profícua se não vencer as barreiras; • Os legisladores da província tem se comprometido com a instrução primária.
12/05 Editorial	"A Reforma da Instrução", escrito por Rangel Pestana.	<i>"(...) Está publicada a reforma da instrução publica e posta em execução. O Correio Paulistano contesta a competencia do governo para fazel-a e aparece disposto a crear embaraços á sua execução."</i>	• Publicada e posta em execução a Reforma da Instrução Pública; • A competência do governo contestada pelo Correio Paulistano.
21/05 Editorial	"A Reforma da Instrução Pública", escrito por Rangel Pestana	<i>"(...) O Correio Paulistano, no seu ultimo artigo sobre a instrução publica foi injusto e allegou factos que podem ser contestados."</i>	• Os escritos do Correio Paulistano, sobre a Instrução Pública foram injustos.
01/07 Editorial	"Votar para Instruir", editorial escrito por Rangel Pestana.	<i>"(...) O zelo pelo ensino é nos Estados Unidos uma verdadeira paixão; ninguém regateia a instrução nem o dinheiro, nem o tempo; o capitalista contribui com sommas enormes para a fundação de escolas; o industrial abandona os seus negócios para vigiar o aproveitamento dos alumno ; as mulheres consagram os melhores annos de sua juventude á educação da infancia."</i>	• O zelo pelo ensino nos Estados Unidos é uma verdadeira paixão.

04/07 Editorial	"Entre o Desleixo e o Egoísmo", escrito por Rangel Pestana	"(...) Registramos com desgosto o facto que attesta o pouco cuidado com que se fazem as cousas sérias entre nós. Por maior que fosse a precipitação com que se annunciou a execução da reforma, isso não a difficultaria, se tivéssemos uma repartição de instrução pública bem dirigida e capaz de comprehender as necessidades do ensino com bastante dedicação para pôr em execução uma reforma importante."	• A execução da Reforma da Instrução; • O pouco cuidado feito com as coisas sérias.
12/07 Editorial	"Reforma da Instrução", editorial escrito por Rangel Pestana	"(...) É preciso executar a reforma da instrução publica com lealdade e desejo de acertar. As tricas usadas nas eleições politicas devem ser banidas de todo o processo eleitoral para formação dos conselhos" "(...) O interesse publico e a condição neutra da instrução, que não tem partido, nem deve ser a imagem de seitas ou o producto da religião official, exigem accordo no procedimento leal para constituição dos conselhos directores."	• O interesse público e a condição neutra a da instrução.
06/09 Noticiário	"Instrução Pública"	"(...) O sr. Dr. Vice presidente da provincia, attendendo a que o acto presidencial de 2 de maio do corrente anno, que reforma a instrução pública, não pode ser executado por enquanto, dando uma organização inteiramente nova a este serviço..."	• A Reforma da Instrução Pública não pode ser executada por enquanto, embora propicie uma organização nova a este serviço.
10/10 Editorial	"Vícios do Ensino Secundário", editorial escrito por Rangel Pestana	"(...) Nestes ultimos tempos muito se tem falado de reforma dos planos de ensino official e das instituições que ministram esse ensino. Alguma coisa, é certo, se há feito; mas tudo sem systema, sem attender á gradação do ensino, ao relacionamento scientifico dos conhecimentos."	• A Reforma dos Planos de Ensino Oficial e das instituições tem sido feitas sem sistema.
03/11 Editorial	"A Instrução Pública na Provincia", editorial escrito por Rangel Pestana	"(...) Que juizo formará o sr. Conselheiro João Alfredo da instrução publica na provincia de S. Paulo?"	• A Instrução Pública na Provincia de São Paulo, vista pelo Conselheiro João Alfredo.
22/11 Editorial	"Exames nas Escolas Públicas", editorial escrito por Rangel Pestana	"(...) Aproxima-se o período de exames nas escolas publicas, occa-sião opportuna para o governo ficar conhecendo alguma cousa de real no tocante á instrução primaria; e não deve perdê-la, para adquirir esse conhecimento approximado do que é o ensino publico na provincia."	• O período de Exames nas escolas públicas permite ao governo conhecer a instrução primária e o ensino público na Provincia.

ANO DE 1886

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	Palavras Chaves
20/03 Editorial	"Reforma da Instrução Pública", editorial escrito por Rangel Pestana	"(...) A bancada republicana vae offerecer emendas á reforma do sr. dr. Almeida Couto, apresentada á Assembléa como projecto para discussão. Em varios pontos as emendas alteram novamente aquelle trabalho que não sahuiu completo da comissão especial que teve de terminar as suas reuniões ao aproximar-se o prazo de encerramento da assembléa. O principio dominante nas emendas é o da descentralização, guardada, porém, a unidade da direcção do ensino."	• A bancada republicana discute a Reforma de ensino; • Alteração das emendas pela Comissão especial; • A defesa da idéia de Descentralização do Ensino.
10/04 Editorial	"Progresso e Reformas", editorial escrito por Rangel Pestana.	"(...) Agora, querido leitor, é possível e mesmo provavel que ouça dizer a certos figurões clericais: Então os senhores querem fazer de nossos filhos uns sabios? Quando toda a gente fôr letrada, quem há de varrer as ruas? Quem quererá ser criado, cosinheiro ou cultivador?"	• Preconceito e desigualdade a respeito da instrução popular.
15/04 Editorial	"Reforma da Instrução Pública", escrito por Rangel Pestana	"(...) Desta vez dará ainda a Assembléa a reforma da instrução publica. Os conservadores não a querem e levam as cousas de modo a não discutil-a" "(...) Há alguns dias que a reforma figura na ordem do dia, mas em posição de não poder ser discutidas, e não fazem mysterio de ser isso opposição ao projecto. Falta-lhes apenas a coragem de o dizerem francamente na tribuna e de justificar a sua opposição com argumentos sérios, com as idéas contrarias e acceitaveis."	• A Reforma da Instrução Pública, não é discutida pelos conservadores.

23/05 Editorial	"Instrução Pública", escrito por Rangel Pestana.	<i>"(...) Vae par um mez que a Assembléa encerrou-se e ao passo que vemos muitos projectos de lei sem importancia sancionados, o da reforma da instrução pára não sabemos onde, rodeado do silencio proprio a fazer esquecer as cousas inuteis. Dar-se-há o caso de metterem os conservadores a instrução popular na ordem das cousas inuteis?"</i> <i>"(...) A Assembléa cumpriu o seu dever - legislou procurando attender aos altos interesses do ensino primario. Agora cabe ao presidente da provincia cumprir o seu dever."</i> <i>"(...) A reforma tem o grande mérito de acabar com a influencia do ensino, que essa classe de funcionarios inuteis exerce actualmente. Deu ao serviço da instrução um caracter mais popular chamando os cidadãos interessados na fiscalização do ensino a intervirem na organização dos conselhos e na administração das escolas."</i>	• A Reforma da Instrução Pública na Assembléa esta rodeada de silencio.
27/05 Editorial	"Reforma da Instrução Pública", escrito por Rangel Pestana.		• A Reforma tem o grande mérito de acabar com a influencia no ensino.

ANO DE 1887

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	Palavras Chaves
13/04 Editorial	"A Reforma da Instrução Pública", editorial escrito por Rangel Pestana.	"(...) Tem sido atacada a nova lei da instrução pública e mal e injustamente."	A nova lei da instrução pública tem sido atacada mal e injustamente.
27/07 Editorial	"Fatos e Comentários", editorial escrito por Rangel Pestana.	"(...) Depois que os conservadores estão no governo, tem aparecido manifesta tendência para se reduzir despeza, cortando na verba da Instrução pública e principalmente no tocante ao superior e meios de proporcionar ao povo conhecimentos especiaes."	O corte na verba da Instrução Pública no tocante ao nível superior.
05/08 Editorial	"Fatos e Comentários"	"(...) Fez o Liberal paulista censura a administração por não executar a nova lei da instrução pública e a propósito lembrou factos condemnaveis que se estão dando ainda no regime da lei reformada."	O Liberal Paulista censura a administração por não executar a nova lei da Instrução Pública.
04/09 Editorial	"A Reforma da Instrução Pública"	"(...) O governo continúa a manter o espirito partidário no serviço da instrução pública e para isso lança mão dos seus cabalistas para presidentes dos conselhos municipaes. Tudo revela a intenção do governo provincial: os partidos monarchicos não tratam de educar cidadãos, fazem dos mestres instrumentos e dos alumnos machinas. A preocupação dos reformadores da instrução é augmentar o numero dos seus partidarios e antes de nomear um cidadão para os cargos do ensino publico ou da administração que lhe é referente, a primeira cousa que se procura saber é se elle vota com a União."	- O Governo mantendo o espírito partidário no serviço da Instrução Pública; - Os partidários monarquistas não educam os cidadãos, fazem dos mestres instrumentos e dos alunos máquinas; - A preocupação dos reformadores da instrução é aumentar o número de partidários e nenhuma preocupação como ensino público ou administrativo.
25/12 Editorial	"A Reforma da Instrução Pública"	"(...) Cada periodo de exames é uma confirmação do pessimo sistema dos programas officiaes para exhibição das provas de sufficiencia no estudo das materias exigidas como preparatorios para matricula nos cursos superiores."	O período de exames confirma o péssimo sistema dos programas oficiais.

ANO DE 1888

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	Palavras Chaves
21/01 Editorial	"Novos Exames"	"(...) O ensino official vae se tornado insupportavel, impossivel de ser dirigido e condemnado por todos os homens de bom senso. O governo parece caprichar em anarchisar tudo. Há alguns actos que são verdadeiros disparates administrativos." "(...) Havemos de mostrar a que estado os ministros destes ultimos annos reduziram a instrução publica e a que tristes condições levaram as faculdades de Direito e outros estabelecimentos de ensino."	• O ensino official está insupportável e impossivel de ser dirigido; • O governo anarquiza tudo; • Ministros do governo reduziram a Instrução Pública a triste condição.
23/11 Editorial	"Instrução Pública"	"(...) O elemento popular não exerce a menor influencia sobre a instrução e tudo presagia que este estado de cousas há de perdurar." <i>Desenganemo-nos:</i> Em quanto quizerem fazer politica com os negócios da instrução publica, não teremos escolas, não teremos professores, não teremos fiscalização do ensino."	• O elemento popular não exerce a menor influência sobre a instrução.

ANO DE 1889

Data / Seção	Título / Autor	Transcrição de trecho(s) básico(s)	Palavras Chaves
½ Editorial	“Por Amor... à Instrução”	“(…) Com o fim de coibir os abusos tantas vezes verificados na execução das leis que estabelecem novas escolas, a reforma da instrução exigiu que os projectos fossem acompanhados de informações precisas para se reconhecer a sua utilidade e a justificabilidade do pedido.” “(…) O resultado é que se estabelecem escolas onde já existem outras funcionando ou apesar da lei que os determinar não tem sido possível promover-las. Este facto está commentado nos relatorios dos inspectores de instrução pública e ainda agora foi referido a affirmado na tribuna da Assembléa.” “(…) Assim como vão as cousas no tocante a instrução pública, dentro de pouco tempo só haverá uma providencia útil a tomar; reduzir a verba para a despesa com o ensino primário.”	• A fim de coibir os abusos com respeito acirrarão de escolas, exigiu-se a existência de projectos.
04/04 Editorial	“A Instrução e as Municipalidades”, editorial escrito por Rangel Pestana	“(…) A municipalização do ensino, lembrada pelos representantes republicanos que fizeram parte das comissões da reforma da instrução, encontrou sempre séria e tenaz opposição porque consideravam-na inconstitucional, contrária a lei de 1 de Outubro de 1828, a constituição das municipalidades.”	• A Municipalização do Ensino cobrada por representantes republicanos.
17/05 Editorial	“A Lei de 16 de Fevereiro”, editorial escrito por Rangel Pestana	“(…) Com a reforma da instrução pública nesta provincia verifica-se o que se tem notado em relação ao imperio”	• Reforma da instrução pública Província de São Paulo.

CONCLUSÃO

A partir do estudo em torno do debate educacional na imprensa, verifica-se que não se pode falar sobre a educação no Brasil, entre os anos de 1875 e 1889, sem falar do Movimento Republicano, chave para a compreensão dos acontecimentos daquele período, resultado de pressões, especialmente dos fazendeiros de café do Oeste paulista, detentores do poder econômico em busca do poder político.

Os debates sobre a educação na imprensa paulista remontam a Constituinte de 1823, contudo, ganham força no interior do movimento republicano. Os atores desses debates eram pessoas influentes ligadas a grupos econômicos e políticos que disputavam o poder, e os assuntos debatidos eram referentes aos princípios e aos diagnósticos feitos pelos republicanos paulistas com relação à situação em que se encontrava a instrução pública na Província de São Paulo e, no país como um todo. Estes debates eram motivados pela preocupação de alguns segmentos sociais da época em montar, de acordo com os seus interesses, um sistema de ensino público que fosse compatível com as necessidades da época. A questão é que no interior destes

debates estavam também uma série de interesses de classe (político-partidário, econômicos), onde cada segmento, buscando defendê-los, utilizava-se dos mais variados argumentos. Isto se dava em razão da sociedade brasileira estar sofrendo profundas modificações, decorrência de alterações econômicas e políticas em nível mundial.

A própria instalação do modelo republicano de administração e a consolidação do novo regime significaram dificuldades e enfrentamentos difíceis, sendo um período marcado por contestações. A questão educacional foi um dos pontos mais importantes no interior do Movimento Republicano, que através da Propaganda, apresentava propostas que traduziam solução a este problema. Assim, o jornal “A Província de São Paulo” desempenhou um papel fundamental na divulgação de idéias como expressão das posições republicanas, oriundas de determinados grupos sociais, chegando a exercer uma certa influência, embora sua leitura fosse restrita uma minoria letrada (que chamamos de elite intelectual da época), o que constituía uma verdadeira ilha num mar de analfabetos.

De qualquer forma, aqueles debates constituíram e desempenharam um importante papel histórico no sentido de contribuir para a solução dos problemas da instrução pública existentes. Por essa razão, é importante que se entenda a situação educacional brasileira atual como resultado histórico da instalação efetiva do sistema nacional de educação, realizado a partir da instalação da República

O acompanhamento dos debates travados através da imprensa permitiu a identificação das idéias e princípios defendidos pelos republicanos no Brasil em relação à instrução pública,

bem como os diagnósticos feitos pelos mesmos com relação à situação em que se encontrava a instrução, em especial à instrução pública primária.

Enquanto principais assuntos tratados pelos republicanos no Jornal “A Província de São Paulo” entre 1875-1889, tivemos: a defesa pelo estabelecimento de uma lei de ensino obrigatório; exposição de um plano para a criação de escolas populares e gratuitas; importância em se ter uma Instrução com caráter público, gratuito, além de obrigatório; o Estado deveria investir mais na Instrução Pública, com o objetivo de melhorá-la; necessidade de uma educação para a moralidade e para o civismo; necessidade de haver escola de meio período para que os menores pudessem trabalhar; a atribuição do governo quanto a Instrução Pública ia desde cuidar, examinar e fiscalizar; a Instrução de todas as camadas sociais é a base mais segura para a instauração de instituições democráticas; necessidade de liberdade ao professor no exercício de suas atribuições; defesa em prol da Reforma da Instrução; defesa em prol do estabelecimento de bases para a fundação de escolas normais; denúncia da aristocratização crescente da educação por parte dos governos;

Através dos jornais os assuntos, os temas, as opiniões e as idéias eram debatidas, discutidas e apresentadas, assim como algumas alternativas ou soluções para os problemas existentes no país. A posição dos republicanos quanto a educação, mostra que eles entediam os desequilíbrios existentes como consequência da desorganização administrativa e dos problemas econômicos e sociais não dirimidos pela monarquia, conforme está expresso no Manifesto Republicano de 1870, no Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873, no Manifesto do Congresso Republicano Federal de 1887 e no Manifesto do Congresso

Republicano Paulista de 1888, assim como a Carta Política ao País e ao Partido Republicano de Silva Jardim, em 1889, o Manifesto de Quintino Bocaiúva ao Partido Republicano Brasileiro - 1889, e por fim, A Proclamação do Governo Provisório da República

Tudo isso resultou em discussões, projetos e leis que defendiam princípios como o de autonomia das províncias e que a verdadeira democracia era incompatível com o modelo de administração monárquico. Diziam ainda que se o Partido Republicano estivesse no poder, convocaria a Nação para decidir livremente sobre que encaminhamento dar aos problemas então existentes. Apontaram ainda a situação de abandono da instrução pública, mostrando que isto objetivava deixar o povo na ignorância, posto que desta forma o manteria distanciado de uma plena participação social e política.

O Governo Provisório, tão logo Proclamada a República, mostrou que se comprometia, única e exclusivamente, com a promessa de garantir a todos os habitantes do Brasil: Segurança - da vida e da propriedade; Respeito aos direitos individuais e políticos - ressaltados os interesses da Pátria e da "legítima defesa" do governo, mesmo que para isso fosse necessário o uso da força bélica (militar). As idéias, as propostas da propaganda republicana, tais como: o estabelecimento da democracia, da liberdade e do sufrágio universal; também da igualdade econômica, social educacional; a erradicação do analfabetismo e a conseqüente ampliação das oportunidades de acesso e permanência no sistema de ensino e do próprio sistema de ensino, nada foi assumido. Isto significa que muito se prometeu, muito se falou e muito se propagou em defesa da República e da educação pública mas nada foi efetivado. A situação educacional brasileira em nada se alterou com a Proclamação da

República.

As disputas políticas impediram que se concretizassem as promessas, freqüentemente divulgadas pelos republicanos ao longo de sua propaganda, sendo em sua maioria de caráter democrática. E ao invés do Estado providenciar as condições necessárias para que se desse a difusão do ensino elementar, priorizou-se o desenvolvimento dos níveis de ensino voltados às camadas sociais melhor estabelecidas econômica e politicamente, notadamente a educação secundária. A maioria da população, por sua vez, sofria preconceito, que era forte e amplo. Os analfabetos eram responsabilizados por todos os problemas nacionais, inclusive pelo atraso econômico, social e cultural da sociedade da época.

Ainda quanto aos debates educacionais, apesar da sua importância, grande parte da população ficou afastada de qualquer participação nos mesmos, assim, a questão da defesa da educação tornou-se um problema meramente político partidário. Isso resultou em pressões em favor do atendimento às necessidades educacionais, de caráter liberal, visando a democratização do ensino público: que fosse gratuito, extensivo a todos, como tarefa e obrigação tanto de sua expansão como de sua manutenção e legislação pelo Estado. Pensava-se que somente desta forma, seria possível alcançar o progresso, tanto do ponto de vista individual, como do conjunto da nação brasileira. Solidifica-se a idéia de que só a educação do povo era capaz de salvar o país e tirá-lo do atraso em que se encontrava em relação às demais nações do mundo. Tal crença foi sendo alimentada como idéia e concepção para se resolver os problemas nacionais.

Os acontecimentos e as determinações advindas com a República, revelou que não era a que havia sido prometida. A economia tornou-se próspera, em razão do crescimento da população urbana e do volume de serviços necessários a atender esta demanda, porém, na mesma proporção, aumentava a diferenciação e as desigualdades econômicas e sociais. Acontece que a indústria brasileira foi instalada tardiamente. Assim a industrialização não tinha como competir com os grandes impérios tecnológicos europeus, com a mesma qualidade e quantidade de produção e capacidade de investimentos. A maioria dos brasileiros não possuía grau de instrução compatível com aqueles exigidos nos grandes parques industriais europeus, para operarem os novos equipamentos, fruto dos avanços tecnológicos

A preocupação com o estabelecimento de um sistema nacional de instrução pública não é recente, porém, a sua instalação é datada precisamente com a implantação do regime republicano. Houve uma crença de que acabar com o analfabetismo fosse uma questão de tempo; bastavam algumas medidas para corrigir as distorções e pronto. Mas ao longo de todo o período de 1875 e 1889, os esforços para a ampliação das oportunidades escolares, sofreram impedimentos e barreiras para concretização, justamente daqueles que propagaram a sua importância e a sua defesa. É muito importante atentar para o fato de que os discursos e os personagens que tanto defenderam a instrução popular e a sua ampliação, terminaram por restringir e limitar o seu acesso às camadas populares.

Os dados de pesquisa permitem concluir ainda que o desenvolvimento e a ampliação do sistema educacional estão atrelado aos interesses políticos, econômicos e sociais, dos

diversos segmentos de classes sociais, notadamente daqueles que detém o controle efetivo sobre os demais. Os discursos (diagnósticos feitos sobre a educação pelos republicanos) indicam a situação da instrução pública que faz interface com a situação social, influenciando e ao mesmo tempo sendo influenciada, daí a verificação desse aspecto ao se interpretar a legislação à política educacional adotada e as ações práticas levadas a cabo com relação a instrução pública.

A imprensa republicana tratou da questão educacional como um dos baluartes principais no jornal “A Província de São Paulo”, entre os anos de 1875 e 1889. As opiniões, as propostas e as críticas encontradas em suas páginas no período aqui delimitado para estudo foram muito importantes e influenciaram as autoridades, os políticos, os partidos e os setores sociais da época. Também podemos notar nos debates no jornal uma preocupação com questões de natureza mais pedagógica, como por exemplo a necessidade de uma reforma que tivesse um caráter mais amplo que as modificações até então realizadas

Os debates sobre a educação, somente se concretizaram de fato na política educacional anos mais tarde, com a promulgação da Lei nº 88/1892, a primeira manifestação concreta e assumida das propostas e dos interesses dos republicanos e, por conseguinte do Estado republicano, em relação aos negócios da Instrução Pública. Verifica-se que muitos dos assuntos e das propostas defendidas pelos republicanos expressam-se neste texto legal, porém, o seu cumprimento por completo não foi efetivado, alegaram-se dificuldades para o estabelecimento e cumprimento dos seus dispositivos.

A análise das matérias e artigos do jornal “A Província de São Paulo”, entre 1875-1889, possibilitam afirmar que a defesa da educação pública constitui aspecto muito importante da propaganda republicana. Especificamente sobre o tema instrução pública, os primeiros debates ocorridos no Brasil deram-se no interior da Assembléia Constituinte de 1823. Nestes, porém, a questão do ensino elementar sequer foi motivo de menção, já que a tônica foi o ensino superior.

De modo geral, pode-se afirmar que os debates sobre a educação ganharam mais força a partir de 1870, com a organização do Partido Republicano Paulista (PRP) e com a fase de Propaganda Republicana em defesa das idéias a favor da implantação desse regime de governo em nosso país. Os discursos republicanos pretendiam ter um caráter popular e democrático, denotando o claro objetivo de angariar adeptos. O próprio programa do PRP fazia a defesa de alguns aspectos e teses que evidenciavam a preocupação em relação a instrução e, dentre eles, a defesa da idéia de que caberia ao Estado dar garantias de oferecimento de instrução pública gratuita de qualidade e em quantidade que atendesse a demanda de toda a população.

Preocupavam-se com a expansão de escolas primárias de bom nível, com os recursos que deveriam ser destinados a cada nível de ensino, formação de professores, a insuficiência de escolas que atendessem a demanda existente, o estado precário das instalações escolares. Dentre esses assuntos, destacam-se 1) o direito à educação; 2) a obrigação do Estado no tocante a educação; 3) a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário; 4) a liberdade de atuação da iniciativa particular no ensino.

O receituário republicano indicava o caminho das reformas, através do Poder Legislativo, sendo que a aspiração em prol da constituição da instrução pública, da educação enquanto um dever do Estado é marcante no período em estudo. O princípio da gratuidade embora amplamente propagandeado, é possível identificarmos através das páginas do jornal que virou letra morta no texto constitucional.

Na questão da obrigatoriedade no ensino primário, não podemos deixar de considerar que a maioria da população brasileira - no período de 1875 e 1889 - vivia em áreas rurais, portanto, nem sempre era possível freqüentar as escolas, além de que a necessidade premente era o trabalho para a própria sobrevivência. A liberdade de ensino era outro aspecto importante para os republicanos, visto que, permitiria a oportunidade da instrução ser oferecida por instituições particulares, ao mesmo tempo chama a atenção para o problema que isto pode gerar quanto a dificuldade de acesso ao ensino, numa evidente preocupação quanto a democratização fundada no princípio da oferta de oportunidades para o desenvolvimento dos talentos individuais de todos os membros da sociedade.

Através do controle do ensino oferecido às camadas populares, foram determinados os limites possíveis de oferecimento, de atendimento e de acesso à instrução para a maioria da população. Do ponto de vista ideológico, verifica-se que o debate provocado em torno da questão educacional, transmitia a falsa e errônea idéia de que acabando-se com o analfabetismo, estar-se-ia, por conseguinte, solucionando todos os problemas do país. Esta interpretação ou concepção educacional, foi difundida largamente na época e ultrapassou o

período compreendido entre 1875 e 1889, exercendo forte influência no pensamento educacional brasileiro até os dias atuais.

Pode-se afirmar, assim, que a educação brasileira no período estudado, não visava o oferecimento de ensino às camadas pobres da população, apesar da defesa pelos republicanos quanto a princípios de obrigatoriedade e gratuidade. Havia interesse por parte do Governo em que as escolas e o ensino popular funcionassem de forma precária, criando conseqüentemente, barreiras sociais difíceis de serem superadas.

A busca pela democratização do ensino público primário iniciado nos primórdios da República brasileira, atravessou as décadas seguintes, sem que se concretizasse ou atendesse a maioria da população. Não houve difusão de forma democrática, ao contrário, o ensino público elementar permaneceu excludente, elitista, precário, inadequado.

Entende-se que compreender este quadro abre as possibilidades de, à luz do estudo sobre os problemas educacionais do passado, melhor interpretar o presente, preparando os caminhos mais adequados à efetivação de um ensino público gratuito e de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Francisco. **História da sociedade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1985. 339p.

ALMEIDA, Rui Guimarães de. **A política da educação de Alberto Torres**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v.2, n.5, p.212-220, nov. 1994.

ALVES, G. L. **As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo**. Revista Novos Rumos, São Paulo, v.16, p.89-112, 1990.

_____. **Da história a história da educação**. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 1981. (Dissertação, Mestrado).

_____. **Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande: UFMS: Imprensa Universitária, 1984.

AZANHA, José Mário Pires. **Democratização do ensino**: vicissitudes da idéia do ensino paulista. Cadernos de Pesquisa, v.30, n.3, p.13-20, set. 1979.

_____. **Experimentação educacional**; uma contribuição para sua análise. São Paulo: EDART, 1974. 78p.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Diretrizes e bases da educação nacional**. São Paulo: Pioneira, [1960]. 577p.

_____. **Ensaio sobre educação**. São Paulo: Grijalbo, 1971. 305p.

_____. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: USP/FFCLA, 1959. 411p.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976-77. 4v.

_____. **História sincera da república de 1889 a 1930**. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1968. 3v.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974. 189p.

- _____. **Política e educação popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982. 304p.
- BELLO, José Maria. **História da República - 1889-1954**: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. 5. ed. São Paulo: Difel, 1964.
- BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1980.
- BLOCH, M. **Introdução à história**. 4.ed. Portugal: Europa-América, 1942.
- BOEHER, George C. A. **Da monarquia à república**: história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889). Tradução de B. Xavier. Rio de Janeiro: Ministério da educação e Cultura, 1954. 300p.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de C. Perdigão Gomes da Silva. São Paulo: F. Alves, 1975].
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL. **Coleção das leis da república dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Parte I (24-02 a 30-06-1891). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. v.1

_____. **Coleção das leis da república dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Parte II** (01-07 à 31-12-1891). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

_____. **Coleção das leis da república dos Estados Unidos do Brasil de 1892. Parte I e II.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

_____. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos. **Relatório ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**, maio de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos partidos e o 2º Império.** São Paulo ; [s.n.], 1878.

BRESCIANI, M. Stella, ARAÚJO, Heloísa A. Campos Sales: a prática política de um propagandista republicano através da “Gazeta de Campinas”. In: **Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo.** São Paulo: ANPHU, 1974. p.75-95.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

CARDOSO, Vicente (Org.). **À margem da história da República**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil: 1877-1944**. São Paulo: Difel, 1984. 314p.

_____. **A república nova: 1930-1937**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1976. 414p.

_____. **A república velha: instituições e classes sociais**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Difel, 1972. 390p.

_____. **A república velha: evolução política**. São Paulo: Difel, 1971.

_____. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)**. São Paulo: Difel, 1975. 141p.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 196p.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, v.32, n.3, p.265-280, 1989.

CARVALHO, Laerte R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. Boletim da USP/FFCL. História e Filosofia da Educação, São Paulo, nº1, 1952.

CASALECCHI, José Enio. **A proclamação da república**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos políticos brasileiros: discurso e praxis dos seus programas**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CORREIA, Leôncio. **A verdade histórica sobre o 15 de novembro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

COSTA, Ana Maria Catelli Infantosi da. **A escola na república velha: expansão do ensino primário em São Paulo**: EDEC, 1983. 162p.

COSTA, Cruz. **O positivismo na República: notas sobre a história do positivismo no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1956.

_____. **O movimento republicano em Itu: os fazendeiros do Oeste Paulista e os pródomos do movimento republicano**. Revista da História, São Paulo, p.379-405, 1954.

COSTA, J.C. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COTRIM, Álvaro. **O 15 de novembro na imprensa ilustrada**. Jornal do Brasil, 15 nov. 1973.

CRUZ COSTA, João. **Pequena história da república**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986. 293p.

_____. (Org.). **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1985.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação: uma questão democrática no governo provisório do Mal. Deodoro e no Congresso Constituinte de 1890-1891**. Belo Horizonte: UFMG, 1991.

_____. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1985.

DEBES, Célio. **O partido republicano na propaganda**. São Paulo: [s.n.], 1975. (Tese, Doutorado)

DE DECCA, Edgard Salvadori de, VESENTINI, Carlos Alberto. **A revolução do vencedor.**

Contraponto, v.1, n.1, p.60-71, nov. 1976.

DEWEY, John. **Democracia e educação:** introdução à filosofia da educação. Tradução de

Godofredo Rangel e Anísio Spinola Teixeira. 4.ed. São Paulo: Nacional, 1979.

DIAS, Everaldo. **História das lutas sociais no Brasil.** São Paulo: Edaglit, 1962. 330p.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação.** Rio de Janeiro: Ed. Autores:

Nobel, 1986.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935.** Tradução de C. P.

Horta. 2. ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 489p.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** Tradução de Lourenço Filho. 6. ed. São Paulo:

Melhoramentos, 1965.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder:** a formação do patronato brasileiro. 3. ed.rev. Porto

Alegre: Globo, 1976. 750p.

FAUSTO, Bóris. (Org.) **História geral da civilização brasileira:** período republicano. 2. ed.

São Paulo: Difel, 1986. 11v.

- _____. **Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945.** São Paulo: CEBRAP, [1971]. 110p.
- _____. **A revolução de 1930: historiografia e história.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense. 118p.
- FENELON, Dea Ribeiro. **50 textos de história do Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1974. 210p.
- FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1989.
- _____. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus: EDUSP, 1966.
- _____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 413p.
- FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil: 1880-1920.** Petrópolis: Vozes, 1978. 187p.
- FISCHMANN, Roseli. **Escola brasileira: temas e estudos.** São Paulo: Atlas, 1987. 234p.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e aliança liberal: 1927-1930.** São Paulo: Polis, 1978. 111p.

_____. **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 117p.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem.** 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 17. ed. São Paulo: Nacional, 1980. 284p.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade.** 5. ed.rev. São Paulo: Moraes, 1984.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira.** Recife: UFPE, 1959.

FREITAS, M.A. Teixeira de. **Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.7, n.20 p.189-222, fev. 1946.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 18. ed. São Paulo, Nacional, 1982.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** 2. ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados.

_____. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito.** São Paulo: Autores Associados & Cortez, 1980.

GALVÃO, R. Anexo F. relatório dos trabalhos da inspetoria geral e dos estabelecimentos de instrução que lhe são imediatamente dependentes. n: **Relatório do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos**, maio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

GEBARA, Ademir. **Campinas: 1869/1875: republicanismo, imprensa e sociedade**. São Paulo: [s.n.], 1975. (Tese, Doutorado)

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1987. 167p.

_____. O “entusiasmo pela educação “ e o “ otimismo pedagógico” numa visão dialética. Revista da ANDE, v.5, n.9, p. 5-7, 1985.

_____. **História da Educação**. São Paulo: MEC/PUC, 1988.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Movimento operário e educação popular na Primeira República**. Cadernos de Pesquisa, v.57, p.30-38, maio, 1986.

_____. **Pedagogia e luta de classes no Brasil: 1930-1937.** São Paulo: PUC-SP, 1990.
(Tese, Doutorado).

_____. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GRAMSCI, A. **Introdução à filosofia da Práxis.** Lisboa: Antídoto, 1978.

GUIMARÃES, A.A.R. Conferências. In: **Conferências feitas no Clube Republicano em Campinas.** Campinas: Tip. da Gazeta de Campinas, 1886.

HAIDAR, Maria de Lourdes. **O ensino secundário no Império brasileiro.** São Paulo: EDUSP: Grijalbo, 1972.

HAMBLOCH, Ernest. **Sua majestade o presidente do Brasil:** um estudo do Brasil constitucional: 1889-1934. Tradução de L. B. Rodrigues. Brasília, DF: UnB, [1936]. 206p.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão:** vida operária e cultura anarquista no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 199p.

- JARDIM, Antonio da Silva. **Propaganda republicana (1888-1889)**. Rio de Janeiro: MEC/FGV, 1978.
- JEFFERSON, Thomaz. **O partido Republicano na província de São Paulo**. Rio de Janeiro: Typ. do Globo, 1877.
- KHOURY, Iara Aum. **As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1981. 221p.
- KISHIMOTO, T. M. **A pré escola em São Paulo: 1875 a 1940**. São Paulo: Loyola, 1988.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976. 276p.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalíia ; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950.
- LEME, Pascoal. **Memórias**. São Paulo: Cortez: INEP, 1988. 3v.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

LOMBARDI, J. C. **Marxismo e história da educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1993. (Tese, Doutorado)

LOURENÇO FILHO, M.B.A. **A educação, problema nacional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, São Paulo: Brasiliense/CNPQ, 1989.

_____. **Pedagogia de Rui Barbosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

LUZ, Nícia Villela. **O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano**. Revista de História, São Paulo, v.15, n.28, p.13-27, 1964.

MAGALHÃES Júnior, R. **Deodoro, a espada contra o Império**. São Paulo: Nacional, 1957. 2v.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem?** Petrópolis: Vozes, 1987.

MARX-ENGELS. Textos. São Paulo: Edições sociais, 1974.

MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1973.

_____. *O 18 Brumário e cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença: Martins Fontes, 1974.

_____. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v.2.

MATTOS, L. A. *Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)*. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MELLO, Guiomar Namó de. *Educação e educador ou o difícil equilíbrio entre o reboquismo e o vanguardismo*. Revista da ANDE, n.2, p.4, 1981.

_____. (Org.) *Escola Nova, tecnicismo e educação compensatória*. São Paulo: Loyola, 1984.

_____. *Magistério de 1. grau: da competência técnica ao compromisso político*. 8. ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1987. 151p.

MELO Franco, Afonso Arinos de. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1974.

MENDES, Dumerval Bartolomeu Trigueiro. **Filosofia da educação brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. 239p.

MENDES, R. Teixeira. **Benjamin Constant**: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República brasileira.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1979. 210p.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares. **Educação no Brasil**: esboço de um estudo histórico. 3. ed. Recife: UFP, 1978. 91p.

MOACYR, Primitivo. **A educação e a república**: reformas Benjamim Constant: 1890-1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. 4v.

_____. **A instrução e o império**: subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936-1938.

_____. **A instrução e a república.** Rio de Janeiro: Nacional, 1941-1944. 4v.

MONTEIRO, Tobias. **Pesquisas e depoimentos para a história.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1913.

MORAIS, Regis de. **Cultura brasileira e educação.** Campinas, SP: Papirus, 1989.

MOREIRA, A.F.B. **Currículos e programas no Brasil.** Campinas, SP: Papirus, 1990.

MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva.** 14.ed. São Paulo: Difel, 1984. 367p.

_____. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974: pontos para uma revisão histórica.** 4.ed. São Paulo: Ática, 1980. 368p.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. 400p.

_____. **Introdução da Escola Nova no Brasil (antecedentes).** In: Boletim da Teoria Geral da Educação. Araraquara: FFCL, [s.d.]. nº 2/64.

NOBREGA, V.L. de. **Enciclopédia de Legislação do Ensino.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967. v.3, t. 1-2.

OITICICA, J.R.L. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. 4.ed. São Paulo: Econômica, 1983.

PAIVA, J.M. de. **Colonização e catequese (1549-1600)**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1982.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1987. 368p.

_____. **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 326p.

PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Educação no Brasil anos vinte**. São Paulo: Loyola, 1983. 180p.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **O primeiro centenário do manifesto republicano de 1870**. Revista de História, São Paulo, v.21, n.41, p.401-437, 1970.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro . **O congresso do Partido Republicano Paulista de 1873 e seu significado**. In: **Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo**. São Paulo: ANPUH, 1974. p.65-74.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil: 1889-1930; documentos.** São Paulo: Alfa Omega, 1979.

_____. **Política e trabalho no Brasil dos anos vinte a 1930.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 191p.

PINHO, Wanderley. **A questão militar e a República.** Revista do Brasil, v.2, n.17, p.23-30, 1939.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes.** Tradução e prefácio de J. Severo de Camargo Pereira. 7.ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1986.

PORTO, M. E. de Campos. **Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 34.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 364p.

QUEIROZ, M.P.I. de. **O coronelismo numa interpretação sociológica.** In: BORIS, Fausto. História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1985. v.3, t.1.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **São Paulo (1875-1975)**. Revista de História, v.54, n.108, p.419-502, out.-dez. 1976.

_____. **Os radicais da República: Jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897**.

RAMOS, Artur. **O negro na civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956.

REPÚBLICA da ignorância. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 set. 1991, p.1-11.

RIBEIRO, D. **Nossa escola é uma calamidade**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

RIBEIRO, Maria Luisa dos Santos. **A formação política do professor de 1º e 2º graus**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **História da educação brasileira; a organização escolar**. 13.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

_____. **Introdução à história da educação**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1984.

RODRIGUES, J.L. **Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1974. 159p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 276p.

ROMERO, Sílvio. **O Brasil social**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1907.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1978.

SÁ, Nicanor P. **Política educacional e populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

SADER, Eder. **Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX**. Belo Horizonte: Vega, [19-?]. 11p.

SAES, Décio Azevedo Marques. **Classe média e sistema político no Brasil**. Tradução de M. Gitahy. São Paulo: T. A. de Queiroz, 1985. 235p.

Sales, Alberto. Balanço político: necessidade de uma reforma constitucional. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1901 e 25 jul. 1901.

_____. SALES, Alberto. **A pátria paulista**. Campinas, SP: Tip. a vapor da Gazeta de Campinas, 1887.

_____. A instrução pública nos Estados Unidos e no Brasil . In: **Almanach Litterario de 1879**. São Paulo: Tip. da Província, 1878. p.152-169.

SALLES, Alberto. **Catecismo republicano**. São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1885.

SALLES, Campos. **Da propaganda a presidência**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

SANTOS, Maria José dos. **Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista**. Rio de Janeiro ; J.. Olympio, 1960.

SANTOS, Maria José dos. **Os republicanos paulistas e a abolição**. São Paulo: Martins, 1942.

SANTOS, P.R.S. Contribuição para a história da imprensa em São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, v.142, p.143-236, jan.-dez., 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça; a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados & Cortez, 1980.

_____. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 6.ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1987.

_____. **O ensino e o processo de democratização da sociedade brasileira**. Revista da ANDE, v.4, n.7, p.9-14, 1984.

_____. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 4.ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1987.

_____. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1984.

_____. **A pedagogia histórico crítica no quadro das tendências críticas da educação brasileira**. Revista da ANDE, v.5, n.11, p.15-23, 1986.

_____. **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **Política e educação no Brasil; o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 2.ed. São Paulo, Cortez & Autores Associados, 1988. 162p.

_____. **Tendências e correntes da educação brasileira.** In: MENDES, Trigueiro. **Filosofia da educação brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.

SCHAFF, Adam. **História e verdade.** Lisboa: Estampa, 1974.

SILVA, Eduardo. **O quarto escuro da história.** *Ciência Hoje*, v.5, n.27, p.65-72, nov./dez., 1986.

SILVA, Geraldo B. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria.** São Paulo: Nacional, 1969.

SILVA, Hippolyto da. **Humorismos da propaganda republicana.** São Paulo: Duprat & Cia, 1904.

SILVA, Raul Andrade e. **Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais**. Revista de História. São Paulo, v.21, nº 41, p.439-447, 1970..

SILVA JARDIM, Antonio. **Propaganda republicana: 1888-1889**. Rio de Janeiro: MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa: Conselho Federal de Cultura, 1978. 482p.

SINGER, P. **O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930**. In: BORIS, Fausto. História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1985. v.3, t.1..

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. Tradução de Maria Helena Albarran. 2.ed. Lisboa: Moraes, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 11.ed. São Paulo: Difel, 1982. 415p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Panorama do Segundo Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. **Síntese da história da cultura brasileira**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 136p.

SOUZA, M. do Carmo Campello de. **O processo político partidário na primeira república.**

In: Brasil Perspectiva. São Paulo: Difel, 1971. p.162-226.

SUD MENUCCI. **Cem anos de instrução pública: 1822-1922.** São Paulo: Editores Salles

Oliveira, Rocha & Cia., 1932.

TANURI, L.M. **O ensino normal no Estado de São Paulo (1890-1930).** São Paulo:

Faculdade de Educação/USP, 1979.

TAUNAY, Visconde de. **Império e República.** São Paulo: Melhoramentos, [s.d.].

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **A Educação e a crise brasileira.** São Paulo: Nacional, 1956.

352p.

_____. **Educação não é privilégio.** 4.ed. São Paulo: Nacional, 1977.

_____. **Educação no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Nacional ; Brasília: INL/MEC, 1976.

_____. **Educação para a democracia.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 387p.

THOME Júnior. **Já é tempo!** Revista Ilustrada, n.590, p.2-3, maio 1890.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
v.1-3

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1933.

TORRES, Antônio. *Pasquinadas cariocas*. Rio de Janeiro: A.J. Castilho, 1921. .

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1943.

TRONTI, M. *Operários e capital*. Porto: Afrontamento, 1971.

VASCO, N. *A concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984.

VERISSIMO, J. *A educação nacional*. Porto Alegre, RS: Mundo Aberto, 1985.

VIEIRA, Evaldo Amaro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1981. 149p.

_____. *Estado e miséria social no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

VITA, Luis Washington. *Alberto Sales: ideólogo da república*. São Paulo: Nacional, 1965.

WEREBE, M. José. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1968.

WITTER, José Sebastião. **A primeira tentativa de organização partidária na República: o Partido Republicano Federal - 1893/1897**. São Paulo ; [s.n.], 1971. (Tese, Doutorado).

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1980. 144p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Educação nas mensagens presidenciais (1890 – 1986). Brasília, INEP, 1987. 2v. anexos.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil: (1500 – 1889)**; tradução de Antonio Chizzotti. – são Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ALVES, G. L.. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800 – 1836**. – Ibitinga, São Paulo: Humanidades, 1993.

ANTUNHA, Heládio Cesar Gonçalves. **A instrução pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920**. São Paulo: USP, 1976. 297p.

A Província de São Paulo, São Paulo, 1875 – 1889.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 1893, 1895.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4.ed. ; Melhoramentos. 1958. 3v.

COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Tomo I – X, 1889 – 1900.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 4 ed. - São Paulo: Brasiliense, 1987. 361p.

CUPERTINO, Fausto. **Educação como um problema social**: uma radiografia do ensino no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Coleção Realidade Brasileira), v. 7.

MARIANO, Júlio. **História da imprensa em Campinas**. Campinas, São Paulo: Ind. Gráficas Massaioli Ltda, 1972.

PAIVA, Vanilda. **Um século de educação republicana**. In: Revista Pró – Posições. FE/Unicamp – Campinas São Paulo. nº 2, p. 7 –18. Jul. 1990.

PESSOA, Reynado Xavier Carneiro. **A idéia republicana no Brasil através dos documentos**; textos para seminários. São Paulo: Alfa Omega, 1973. 176p.

REIS FILHO, Casemiro. **A Educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1981. 214p.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1990. 182p.

_____. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994 – (Coleção Aprender & Ensinar)

ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. **O PRP e os fazendeiros de café**. – Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (Série Teses).